

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

TAIZA DA HORA FONSECA

**LÍGIA FARINHA ALMEIDA - FEMINISMO, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA
RAINHA DA FRONTEIRA (1947-1955)**

**Bagé
2024**

TAIZA DA HORA FONSECA

**LÍGIA FARINHA ALMEIDA - FEMINISMO, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA
RAINHA DA FRONTEIRA (1947-1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGMAE) da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientador: Alessandro Carvalho Bica

**Bagé
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

F676l Fonseca, Taiza da Hora
Lígia Farinha Almeida - Feminismo, Educação e Resistência na Rainha da Fronteira (1947-1955) / Taiza da Hora Fonseca.

187 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ENSINO, 2024.

"Orientação: Alessandro Carvalho Bica".

1. Lígia Farinha Almeida. 2. Mulheres na política. 3. História da Educação. 4. Gênero. 5. Bagé/RS. I. Título.

Taiza Da Hora Fonseca

Lígia Farinha Almeida - Feminismo, Educação e Resistência na Rainha da Fronteira (1947-1955)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 26 de março de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
Orientador
(Unipampa)

Prof.^a Dr.^a Fernando Seffner
(UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Suzana Cavalheiro de Jesus
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/03/2024, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Fernando Seffner, Usuário Externo**, em 05/04/2024, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SUZANA CAVALHEIRO DE JESUS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/04/2024, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1390223** e o código CRC **08E0B60A**.

Para minha amada mãe, Mari!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma caminhada de perseverança e sonhos, fui absolutamente atravessada por histórias inspiradoras de pessoas que me incentivaram e possibilitaram a minha chegada até aqui, por isso, os agradeço.

Agradeço, primeiramente, a minha amada mãe, Marli da Hora Fonseca. Uma mulher forte, batalhadora e que apesar das grandes dificuldades que a vida apresenta, sempre mostrou a mim e aos meus irmãos a força da esperança e do perseverar. Os meus sonhos, sonho junto aos dela. Sei que com ela ao meu lado, nunca estarei sozinha.

Agradeço a Denise Almeida da Hora. Minha tia que também é minha mãe de coração. Nossas vidas foram unidas quando ela era ainda jovem, no entanto, me abraçou como se eu fosse também dela. Admiração gigante tenho por essa mulher forte e guerreira. Viver este sonho não seria possível sem o apoio e amizade dela.

Agradeço ao meu companheiro, Matheus Teixeira Azevedo. Por preencher minha vida de arte e música, por todos os dias me mostrar que essa vida vale a pena ser vivida e compartilhada com toda leveza e bondade. Por todo canto, prosa, voz e violão, por toda canção que me preenche a alma e acalma os dias ruins.

Agradeço ao meu professor e orientador, Alessandro Carvalho Bica. Que fez desta trajetória humanizada, que com paciência mostrou-me quais caminhos trilhar. Admiro-o tanto, espero que algum dia possa eu ser um pouco do grande profissional que és, mas por certo, carregarei junto a mim seus ensinamentos a cada passo do caminho.

Agradeço aos meus colegas de Mestrado, os queridos Marcelo, Larissa e Gabriela que estiveram comigo em cada etapa da realização desta escrita, que compartilharam comigo suas angústias e medos fazendo com que essa etapa fosse menos solitária.

Agradecimentos ao Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda, Museu Dom Diogo de Souza, Biblioteca Pública Municipal e aos profissionais que abriram as portas para mim e que contribuíram para a pesquisa e coleta de dados que constam nesta pesquisa. Assim como as vozes e relatos que foram coletados através das entrevistas semi-estruturadas.

Agradeço a CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo concedimento da bolsa DS que possibilitou a escrita deste trabalho.

Por fim, agradeço a Universidade Federal do Pampa. Instituição esta que promove um ensino público, gratuito e de qualidade, que me possibilitou viver e realizar grandes sonhos, mostrando-me novas possibilidades, transformando a minha realidade e a de tantas outras pessoas.

“Chegou o momento da mulher assumir todos os direitos políticos que, até agora, foram inexplicavelmente reservados somente aos homens.”

Lígia Farinha Almeida

RESUMO

A presente pesquisa científica, situada no campo da História da Educação, teve como objetivo compreender e analisar a atuação política, educacional e pedagógica de Lígia Farinha Almeida, a primeira mulher eleita vereadora no município de Bagé, localizado no Rio Grande do Sul, no período de 1947 a 1955. A metodologia concentrou-se na abordagem teórica da *Pedagogia Histórico-Crítica Social* em uma perspectiva antipositivista (Saviani, 1986, 2004, 2011, 2013), caracterizando-se enquanto uma pesquisa de análise documental com abordagem qualitativa. O referencial teórico utilizado para compreender a natureza da atuação de Lígia Farinha Almeida foram assentados no campo da História da Educação, nos apoiando em autores como Bica (2013), Bacellar (2006), Saviani (2004), Garrido (1993) e Pimentel (2001) e em estudos de gênero, com perspectivas decoloniais e feministas junto a Almeida (2007), Beauvoir (1967), Davis (2016), Del Priore (1993, 2004), Louro (1997), Rocha-Coutinho (1994), Scott (1995). Investigando fontes presentes no Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda, na Biblioteca Municipal Dr. Otávio Santos, no Museu Dom Diogo de Souza e em Arquivos de ordem privadas acessados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com familiares e pessoas próximas à educadora. Assim, por meio deste trabalho, foi possível perceber a relevância histórica, política e educacional de Lígia Farinha Almeida, destacando-se enquanto uma figura política potente e transformadora de um contexto social que era dominado majoritariamente pelos homens. Desvelando, dessa maneira, os tensionamentos em relação ao gênero, como também, a compreensão de uma conjuntura política e educacional do município de Bagé/RS entre o período de 1947 a 1955.

Palavras-chave: Lígia Farinha Almeida. Mulheres na política. História da Educação. Gênero. Bagé/RS.

ABSTRACT

This scientific research, located in the field of History of Education, aimed to understand and analyze the political, educational and pedagogical performance of Lígia Farinha Almeida, the first woman elected councilor in the municipality of Bagé, located in Rio Grande do Sul, in the period from 1947 to 1955. The methodology focused on the theoretical approach of *Historical-Critical Social Pedagogy* from an anti-positivist perspective (Saviani, 1986, 2004, 2011, 2013), characterized as a documentary analysis research with a qualitative approach. The theoretical framework used to understand the nature of Lígia Farinha Almeida's work was based on the field of History of Education, supported by authors such as Bica (2013), Bacellar (2006), Saviani (2004), Garrido (1993) and Pimentel (2001) and in gender studies, with decolonial and feminist perspectives along with Almeida (2007), Beauvoir (1967), Davis (2016), Del Priore (1993, 2004), Louro (1997), Rocha-Coutinho (1994), Scott (1995). Investigating sources present in the Tarcísio Taborda Municipal Public Archive, the Dr. Otávio Santos Municipal Library, the Dom Diogo de Souza Museum and private archives accessed through semi-structured interviews carried out with family members and people close to the educator. Thus, through this work, it was possible to perceive the historical, political and educational relevance of Lígia Farinha Almeida, standing out as a powerful and transformative political figure in a social context that was mostly dominated by men. In this way, unveiling the tensions in relation to gender, as well as the understanding of a political and educational situation in the municipality of Bagé/RS between the period from 1947 to 1955.

Keywords: Lígia Farinha Almeida. Women in politics. History of Education. Gender. Bagé/RS.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Charqueadas Santa Thereza de Bagé.....	36
FIGURA 02 - Quadro de diretores da Biblioteca Municipal Dr. Otávio Santos.....	43
FIGURA 03 - Plenário Lígia Farinha Almeida, Câmara de Vereadores.....	44
FIGURA 04 - Quadro de presidentes da Câmara de Vereadores de Bagé.....	45
FIGURA 05 - Registro e homenagem à Presença Feminina no Poder Legislativo de Bagé.....	46
FIGURA 06 - Getúlio Vargas em sua primeira visita ao município de Bagé	78
FIGURA 07 - Convocação para comício e apresentação dos candidatos do PTB	82
FIGURA 08 - A vibração entusiasta de apoiadores do PTB.....	82
FIGURA 09 - Os candidatos a vereança pelo PTB.....	84
FIGURA 10 - O comício de Palmas e a matéria de Lígia Farinha Almeida no Correio do Sul.....	84
FIGURA 11 - Mulher, vota em Lígia!.....	86
FIGURA 12 - Serviço de Alistamento Eleitoral.....	87
FIGURA 13 - Ligia Almeida - professora e grande líder trabalhista.....	88
FIGURA 14 - Mensagem da mulher ao homem de Bagé.....	90
FIGURA 15 - Renuncia ao cargo de 2ª secretária da Câmara.....	93
FIGURA 16 - Promessas diante da tribuna.....	94
FIGURA 17 - Campanha eleitoral.....	95
FIGURA 18 - Lígia de Almeida, a candidata mais votada.....	96
FIGURA 19 - Intendência Municipal e/ou Câmara de Vereadores.....	97
FIGURA 20 - Requerimento de informação e solicitação.....	100
FIGURA 21 - Requerimento de informação e solicitação.....	103
FIGURA 22 - Projeto de lei nº 16 que dispõe sobre a concessão de matrículas gratuitas [1].....	106
FIGURA 23 - Projeto de lei nº 16 que dispõe sobre a concessão de matrículas gratuitas [2].....	108
FIGURA 24 - Projeto de lei nº 16 que dispõe sobre a concessão de matrículas gratuitas [3].....	109

FIGURA 25 - Projeto de lei nº 79/49 que estabelece normas para a admissão de professores no magistério primário municipal [1].....	110
FIGURA 26 - Projeto de lei nº 16 que estabelece normas para a admissão de professores no magistério primário municipal [2].....	111
FIGURA 27 - Projeto de lei nº 16 que estabelece normas para a admissão de professores no magistério primário municipal [4].....	115
FIGURA 28 - Projeto de lei nº 17 que institui a obrigatoriedade da Sopa Escolar	116
FIGURA 29 - Carta pedagógica histórica em anexo ao projeto de lei nº 17/49-2 [1].....	119
FIGURA 30 - Carta pedagógica histórica em anexo ao projeto de lei nº 17/49-2 [2].....	124
FIGURA 31 - Projeto de lei nº 17 que institui a obrigatoriedade da Sopa Escolar	126
FIGURA 32 - Projeto de Lei 1/50-1 que revoga a Lei nº 17/49-2 [1].....	127
FIGURA 33 - Projeto de Lei 1/50-1 que revoga a Lei nº 17/49-2 [2].....	128
FIGURA 34 - Carta do prefeito João Baptista Fico (PTB) em anexo ao Projeto de Lei 1/50-1 que revoga a Lei nº 17/49-2.....	129
FIGURA 35 - Substituto do Projeto de Lei 1/50-1 que revoga a Lei nº 17/49-2	134
FIGURA 36 - Protocolo da Câmara de Vereadores (1952).....	135
FIGURA 37 - Lygia “Um mito na história política de Bagé”.....	137
FIGURA 38 - Convite para enterro (1988).....	139
FIGURA 39 - Decreto Legislativo denomina Lígia à via pública.....	142
FIGURA 40 - Lígia Farinha Almeida denominada ao Plenário da Câmara Municipal de Bagé.....	144
FIGURA 41 - Presença Feminina no Legislativo.....	146
FIGURA 42 - Comenda Lígia Farinha Almeida.....	147
FIGURA 43 - Faleceu Lígia Almeida.....	156

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - Localização da cidade de Bagé no Rio Grande do Sul	34
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Descritores e resultados.....	27
QUADRO 02 - Título, autoras(es) e ano dos materiais selecionados.....	27
QUADRO 03 - Documentos investigados no Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda.....	69
QUADRO 04 - Documentos investigados no Museu Dom Diogo de Souza.....	70
QUADRO 05 - Documentos investigados na Biblioteca Pública Municipal.....	71
QUADRO 06 - Documentos investigados de Ordem Privada.....	73
QUADRO 07 - Profissões, inscritos e eleitos na eleição de Bagé em 1947.....	91
QUADRO 08 - Número de votos nas legendas partidárias nas eleições de 1947 [1].....	92
QUADRO 09 - Número de votos nas legendas partidárias nas eleições de 1947 [2].....	92

LISTA DE SIGLAS

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ASPHE - Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GT - Grupo de trabalho

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

JUNIPAMPA - Jornal Universitário do Pampa

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MES - Ministério da Educação e Saúde

PET - Programa de Educação Tutorial

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PL - Projeto de Lei

PL - Partido Libertário

PPGMAE - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

RS - Rio Grande do Sul

SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação

SIC - Advérbio do latim "assim estava escrito"

UDN - União Democrática Nacional

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

URCAMP - Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 “Navegar é preciso, viver não é preciso”: Os caminhos trilhados até a pesquisa.....	17
1.2 Considerações iniciais.....	20
2 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	25
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL	33
3.1 O Município de Bagé, Rainha da Fronteira e a Historiografia.....	33
3.1.1 A Presença Feminina na História da Educação de Bagé.....	38
3.1.2 A Primeira Vereadora do Município de Bagé/RS: Lígia Farinha Almeida (1922-1988).....	41
4 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA	47
4.1 A História da Educação e a História da Educação em uma Perspectiva de Gênero.....	47
4.2 A Fabricação das Diferenças: O gênero feminino enquanto sujeito subalternizado.....	52
4.3 A História da Participação Feminina na Luta pela Educação e Política Brasileira.....	55
5 METODOLOGIA: OS CAMINHOS DA PESQUISA	62
5.1.1 Delineamento teórico-metodológico da investigação.....	62
5.1.2 Delimitação e local da pesquisa.....	66
5.1.3 As chamadas fontes.....	68
6 A ATUAÇÃO POLÍTICA, EDUCACIONAL E PEDAGÓGICA DE LÍGIA FARINHA ALMEIDA	74
6.1 A Era Vargas, a Redemocratização, o Partido Trabalhista Brasileiro e os atores políticos influências de Lígia Farinha Almeida.....	75
6.2 As primeiras eleições no município de Bagé após a redemocratização (1947-1951).....	81
6.3 A atuação política e pedagógica de Lígia Farinha Almeida (1947-1955).....	98
6.3.1 Os projetos de lei em defesa da Educação de autoria de Lígia Farinha Almeida.....	105

6.3.2 Um centenário de Lúgia Farinha Almeida: Homenagens Póstumas e vozes que rememoram.....	141
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICES	170
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA.....	170
APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ.....	172
ANEXOS	173
ANEXO A Projeto de lei nº 089/2019.....	173
ANEXO B Carta em anexo ao projeto de lei nº 17/49-2.....	175
ANEXO C Carta em anexo ao projeto de lei nº 1/50/1.....	183
ANEXO D Curriculum Vitae em anexo ao decreto nº 16/88.....	186
ANEXO E Certidão de nascimento em anexo ao decreto nº 16/88.....	187

1 INTRODUÇÃO

1.1 “Navegar é preciso, viver não é preciso”: Os caminhos trilhados até a pesquisa

Sou a primeira mulher da família a ingressar no Ensino Superior, quanto mais em uma pós-graduação, apesar de ser motivo de orgulho para muitos, de certa forma essa é uma condição que me gera certa inquietação. Venho de uma família pobre, de Cacequi, no interior do Rio Grande do Sul, município esse que possui singelos 12 mil habitantes. Nascida e criada na vila, era de costume acordar cedo para alimentar os bichos e acompanhar as mulheres da família na lida do dia, entre arar a terra para plantar mandioca, varrer o pátio e acompanhar a mateada matinal, seguíamos dia e noite adentro em afazeres do lar e do campo. Mais tarde saberia que apesar do trabalho árduo feito pelos braços fortes dessas mulheres, ainda assim vivíamos em uma concepção que privilegiava os homens da família em detrimento das mulheres.

Ainda que fossem os homens a deter o conhecimento, formando-se na escola, assinando suas carteiras de trabalho e provendo o lar, essa não era a matéria de minha admiração mas sim o fascínio que criei em ouvir as histórias contadas pelas mulheres de minha família, eram sobre as aventuras em dias de caça e pesca, histórias sobre mitos e misticismo da região, encontros em dia de missa para cortejar discretamente os meninos, receitas e remédios naturais com plantas colhidas da horta, entretanto, haviam aquelas de apavorar - e que também eram contadas em sentido de aviso - histórias sobre cerceamento de suas liberdades, sem conseguir terminar os estudos pela gravidez inesperada, o casamento obrigatório, a impossibilidade de separação por conta da humilhação de ser uma mulher “desquitada”.

O meu pai faleceu pouco antes de eu vir ao mundo, deixando minha mãe, a mim e meus dois irmãos, naquele nosso pequeno universo, saberíamos pouco depois o quão nossa mãe sofreu aos olhos do julgamento, viveu um luto profundo e mesmo em um processo de cura, havia de seguir regras e etiquetas morais impostas às mulheres, afinal, como poderia uma jovem de 29 anos com três filhos para criar

pensar em uma vida além do lar? Anos mais tarde nos mudamos para cidade “grande” chamada Bagé, ali minha mãe conquistaria sua independência, em trabalhos árduos pois teve de abandonar os estudos pela nossa criação.

Cresci com os meus irmãos percebendo a diferença em nossa educação, enquanto eles eram ensinados a serem fortes, livres, ousados e inventivos, eu era introduzida as boas maneiras, a ter preocupação com a forma de me vestir, de sentar e me portar em frente aos homens e, apesar disso, por estar atenta às histórias que ouvia, eu sabia que essa era uma forma de proteção que as mulheres tinham em relação a meninas e eu não demoraria muito para descobrir as tantas razões que suscitam esses comportamentos.

Já adolescente, fui leitora assídua na escola, gostava de passar o tempo livre que tinha na biblioteca, contando sobre as histórias que lia e buscando indicações que a bibliotecária trazia para que iniciássemos uma nova leitura. No entanto, nunca foi minha aspiração o ingresso em uma universidade pois acreditava que esse tipo de formação se reservava aos ricos e abastados. Naquele contexto, na escola do bairro, não acreditávamos na possibilidade da dedicação aos estudos enquanto não tínhamos roupas e calçados decentes para irmos até o centro da cidade, a vida ali nos reservava ao sonho da formação escolar e o ingresso no mercado de trabalho. A possibilidade de prover para família seria a nossa vitória pessoal.

Apesar de uma crença limitante, que em mim foi construída socialmente, minha mãe - que também renegou as imposições que foram feitas a ela - me incentivou a ir em busca da formação acadêmica. E foi cursando Letras, na Universidade Federal do Pampa, que encontrei a ambição de quiça inspirar outros jovens que assim como eu não viam a possibilidade de inserção no ensino superior. Essa vontade foi traduzida em minha atuação enquanto bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa de Educação Tutorial (PET), que não somente garantiram minha permanência na Universidade como permitiram minha atuação em escolas públicas de bairro e dedicação à pesquisa em projetos de ensino e extensão.

E, desta maneira, minha caminhada foi iniciada fundamentalmente firmada na vontade de mudança, assim como nas palavras de Paulo Freire, na Pedagogia da Esperança:

Não sou esperançoso por pura teimosia mas por imperativo existencial e histórico. Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como o peixe necessita da água despoluída. (Freire, 2003, p.5).

À vista disso, apesar dos obstáculos, contando moedas para o xerox e para o ônibus, escolhendo entre a fatura e a cultura, o enfrentamento doloroso contra um câncer que descobri durante o processo de escrita do trabalho de conclusão de curso, me formei professora. A despeito de todos aqueles que acreditavam que não seria possível. E seguindo tal caminhada participei do processo seletivo PPGMAE e ingresso no Mestrado, apesar de minha pesquisa inicial e afinidade com a Literatura Comparada, me deparo com a proposta ousada de meu orientador, pesquisar sobre uma mulher pioneira, que assim como eu também buscou enfrentar as adversidades que eram impostas a seu gênero. Então, aos 25 anos de idade, Lígia Farinha Almeida assumia enquanto vereadora da cidade de Bagé e um centenário após seu nascimento, minha caminhada - inclusive aos 25 anos - junto à dela se inicia e, também, junto a História da Educação.

Apesar de ser uma nova área de pesquisa na qual meu olhar se direcionaria, as chamadas fontes históricas e o interesse por pesquisas relacionadas à História e a Memória já faziam parte do meu cotidiano de trabalho enquanto pesquisadora em grupos como o Programa de Educação Tutorial (PET-Letras) na qual fui bolsista e estudava a Análise do Discurso (AD) de vertente materialista, na Rádio Universitária do Pampa (Rádio UNI) na qual realizava entrevistas com professores(as), musicistas e escritores(as) a fim de compreender suas trajetórias pessoais, bem como, suas relações com a cidade e a regionalidade, e no Jornal Universitário do Pampa (JUNIPAMPA) do qual fazia parte enquanto colunista e editora. Apesar de atuações distintas em diversos projetos, uma linha tênue firmava-se em meus interesses de estudos, que eram as vozes e as histórias de pessoas que não estavam nos livros, nas homenagens, nos nomes das ruas e das praças mas que, ainda assim, eram histórias inspiradoras que não tão somente revelavam narrativas sobre si mesmas mas também contavam importantes momentos da história da cidade e da região, perpassando corpo, gênero, classe social, raça e tudo aquilo que nos atravessa, a política, a educação, a resiliência em face das dificuldades que a vida apresenta.

Sendo assim, ouvindo histórias, analisando jornais, pesquisando o momento histórico no qual essas histórias estavam localizadas, unindo uma grande paixão da Literatura Comparada que se propõe a perceber a inferência e representação da Literatura no cotidiano e vice-versa, acredito que o meu fazer enquanto pesquisadora também esteve atravessado por olhares e trajetórias de corpos dissidentes e o interesse por compreender o estado das coisas e questioná-los à medida que iria desvelando tais vivências. Portanto, participar desses espaços levou-me a perceber a importância de compreender historicamente o nosso ser e estar no mundo, para que assim, possamos ter recursos para a identificar e abordar problemas estruturais e sistêmicos que nos afetam enquanto sujeitos socialmente imbricados.

1.2 Considerações iniciais

Tendo isto posto, a presente pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGMAE) da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé, tem por objetivo, no campo da História da Educação, através de uma perspectiva histórico-crítica, compreender e analisar a atuação política, educacional e pedagógica da primeira vereadora eleita no município de Bagé, localizada no Rio Grande do Sul, no período de 1947 a 1955. Para desenvolver o trabalho analítico, através dos pressupostos da análise documental¹, foi objetivo central de interesse cartas escritas pela educadora, fotografias, documentos (públicos e privados) e projetos de lei propostos, bem como referências bibliográficas sobre o momento sócio-histórico do município e do Brasil a fim de que possamos compreender a natureza de sua atuação.

Nesta perspectiva teórico-metodológica, alguns objetivos específicos foram traçados para que, assim, fosse possível a escrita da história:

- a. Revisitar na literatura historiográfica quem foi Lígia Farinha Almeida (Formação Acadêmica, Atuação enquanto Educadora, práticas defendidas por ela, Filiação política e, se possível, informações de ordem privada);

¹ “a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (Oliveira, 2007, p. 69).

- b. Analisar os projetos de lei propostos por Lúgia Farinha Almeida durante seu mandato enquanto vereadora da cidade de Bagé (1947 - 1955);
- c. Analisar as entrevistas semi-estruturadas realizadas com familiares de Lúgia Farinha Almeida e confrontar tais dados com os documentos a luz da perspectiva da História Oral;
- d. Pesquisar e compor a contextualização histórica de percursos, momentos políticos e educacionais do Brasil e da cidade de Bagé no período de Lúgia Farinha Almeida.

Desta forma, através da análise de documentos² identificados em Arquivo Público, Biblioteca Pública da cidade de Bagé e Arquivo Privado através de entrevistas semi-estruturadas com familiares, pretendemos visitar, interrogar e compreender a atuação de tão importante figura para a história da cidade.

Ademais, a conquista das mulheres pelo direito ao voto é um marco na história recente do Brasil, assim que instituído ao Código Civil plenos direitos a todo cidadão brasileiro de votar e de ser votado, muitas mulheres pleitearam posições em cargos políticos, abrindo, dessa maneira, o caminho para que milhares de mulheres pudessem vir a ser eleitas na contemporaneidade.

Em vista disso, é que buscamos olhar para o contexto no qual estamos inseridos, em Bagé, cidade fronteira com o Uruguai, no Rio Grande Sul, e portanto, após verificar a inexistência de pesquisas acerca do tema no que tange a eleição da primeira mulher vereadora eleita no município é que repousa a importância de tal pesquisa. Ressaltamos que, em um primeiro levantamento, foi identificado a ausência da menção ao nome e atuação de Lúgia Farinha Almeida nos registros históricos da cidade de Bagé, ao mesmo tempo em que seus projetos de lei propostos na Câmara de Vereadores durante seus mandatos eram dotados de

² Documento, etimologicamente, conforme o dicionário Houaiss, lat. documentum, i 'ensino, lição, aviso, advertência, modelo, exemplo, indício, sinal, indicação, prova, amostra, prova que faz fé, documento', do v.lat. docére 'ensinar'. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Ou seja: "documento: 1. declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerado por processadores de texto" (Houaiss, 2008: 260). No entanto, nos baseamos em Le Goff em suas discussões sobre documento e monumento para ampliar noções de análise do historiador: "O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado - sempre que a história quantitativa é possível e pertinente - em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica" (Le Goff, 1984, p.104).

posicionamentos potentes em defesa de uma educação de qualidade e inclusiva, ativa no combate à fome e na luta pelos direitos trabalhistas.

Com base nisso, a dissertação tem como problema de pesquisa compreender em que medida ocorreu o apagamento histórico - e se ocorreu - em relação à primeira vereadora da cidade de Bagé, apesar do ineditismo de suas candidaturas durante o período de 1947 a 1955, na tentativa de verificar quais foram os desdobramentos sociais que possibilitaram certo apagamento.

Constatamos, deste modo, a necessidade de desvelar o véu que cobriu a atuação de tão eminente e importante figura para política bageense na tentativa de fazer um constructo histórico entre memórias e documentos escritos no sentido de revisitar um recorte da história bageense, o momento em que a primeira mulher disputa e vence eleições no município.

Quanto à dimensão pessoal e motivação para desenvolvimento deste estudo, saliento minha identificação com esse sujeito objeto da pesquisa. Assim como anteriormente afirmado, sou formada em Letras Português e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Pampa, sou a primeira mulher da família a possuir graduação, de origem pobre, não acreditava na possibilidade de ocupar um espaço Acadêmico Universitário por julgar que esse lugar não me pertencia. Um sentimento nutrido por estruturas sociais hegemônicas organizada pela divisão de classes, que só pôde ser superado a partir de leituras que reconhecesse minha posição-sujeito dentro da sociedade, buscando, dessa forma, propostas para uma educação transformadora e popular, no sentido de construir uma autoestima e autonomia que pudessem ser incorporadas em minhas práticas enquanto futuro educadora, almejando fazer parte de um projeto de sociedade que formasse sujeitos para que, assim como eu, não tivessem suas possibilidades tolhidas diante de discursos limitantes e excludentes.

E é nesse sentido que minha identificação com Lígia Farinha Almeida se estabeleceu de imediato, assim como eu, ocupou um lugar que, em vista de estruturas sociais dominantes, julgavam não ser seu. Foi uma educadora defensora dos direitos da classe trabalhadora e das classes em vulnerabilidade socioeconômica e através da política pautou manutenção e ampliação de melhores condições para educação municipal, partindo para uma educação transformadora. Assim como Gadotti (1983, p. 162) nos aponta:

[...] a Educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica [...]. Por que ela pode ser transformadora? Porque o trabalho educativo é Educação em Perspectiva, essencialmente político e é o político que é transformador.

Isto posto, para que possamos compreender e analisar a atuação de Lígia Farinha Almeida, faz-se necessário resgatar processos históricos do contexto brasileiro e do município de Bagé no que diz respeito à luta das mulheres pelo direito à educação e ao voto, bem como quem foi essa mulher objeto de nossa pesquisa. Para isso, organizamos nosso trabalho ancorado em teorias e metodologias dentro da área da História da Educação, nos apoiando em autores como Alberti (1989), Bica (2013), Bacellar (2006), Saviani (2004), Garrido (1993) e Pimentel (2001) e em estudos de gênero³, com perspectivas decoloniais e feministas junto a Almeida (2007), Beauvoir (1967), Davis (2016), Del Priore (1993, 2004), Louro (1997), Rocha-Coutinho (1994), Scott (1995) e Toledo (2001).

Organizando o material da seguinte maneira: Na 1. *Introdução* apresentando o sujeito que realiza a presente pesquisa, bem como a metodologia utilizada para a análise dos documentos e objetos de análise, os objetivos, objetivos específicos e problema de pesquisa, assim como a justificativa de dimensão pessoal. No capítulo 2. *Revisão sistemática da Literatura* apresentamos uma importante etapa de sistematização dos dados, onde delimitamos as questões a serem pesquisadas, a escolha das fontes de dados e eleição da *string* de busca, assim como elencando critérios de inclusão e exclusão que foram importantes para a composição e discussão no capítulo 4.

Posteriormente, apresentamos o capítulo 3. de *Contextualização Histórica e Social* para que seja possível compreender o espaço regional no qual a educadora Lígia Farinha Almeida estava inserida, no município de Bagé/RS, também conhecida como Rainha da Fronteira, além disso, faz-se necessário refletir sobre a educação visto que este trabalho é assentado nas teorias da História da Educação em uma perspectiva de gênero, por fim, apresentamos a primeira mulher vereadora eleita em Bagé (1947-1955), sujeito de interesse de nossa pesquisa, expondo seu currículo vitae, formação acadêmica, atuação enquanto educadora e vereadora, bem como as homenagens feitas postumamente a ela.

³ "O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder." (Scott, 1995, p.85).

Por conseguinte, há o capítulo 4. *Conceitos Gerais e Revisão da Literatura*, onde apresentamos os conceitos que iluminam a caminhada desta pesquisa para que possamos compreender a natureza da atuação de Lígia Farinha Almeida, assim como o pioneirismo posto em seus discursos. Ou seja, refletindo sobre a História da Educação em uma perspectiva de gênero, a subalternização da mulher brasileira e a História da participação feminina na luta pela Educação e Política brasileira.

No capítulo 4. apresentamos a Metodologia e os caminhos trilhados durante a pesquisa, o delineamento teórico-metodológico da investigação e a apresentação das fontes que virão a ser analisadas nos capítulos que seguem. Dessa forma o capítulo 6. *A atuação política, educacional e pedagógica de Lígia Farinha Almeida* apresenta os agentes históricos e influências que foram importantes para atuação da primeira mulher eleita vereadora na cidade de Bagé, assim como a construção do partido ao qual Lígia Farinha Almeida se filiava, além disso, apresentamos as fontes documentais e suas análises nos subcapítulos que compõe o capítulo 6. Por conseguinte, apresentamos nossas *Considerações Finais* e as respectivas *Referências, Apêndices e Anexos*.

2 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Antes de iniciar a escrita científica deste trabalho, fez-se necessário a leitura prévia de livros, artigos, teses e dissertações que dialogassem com a temática escolhida, a fim de que pudéssemos mapear trabalhos já escritos acerca do tema objeto de nosso estudo e que serão apresentados no capítulo 4 *Conceitos Gerais e Revisão da Literatura*. Desta maneira, entendemos que o estado da arte ou a revisão sistemática da literatura poderia vir a ser uma metodologia a nos oferecer subsídio para realização de tal pesquisa, visto que, no dizer de Costa e Zoltowsk (2014) a revisão sistemática é um método que nos permite maximizar o potencial de uma busca, possibilitando encontrar um vasto número de resultados de trabalhos publicados de forma organizada. Sendo que “a revisão sistemática deve se constituir em um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado” (Ríos; Casal, 2009).

Neste processo, oito etapas foram importantes para o processo de identificar e selecionar os materiais, sendo: 1. delimitação da questão a ser pesquisada; 2. escolha das fontes de dados; 3. eleição das palavras-chave para a busca; 4. busca e armazenamento dos resultados; 5. seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão; 6. extração dos dados dos artigos selecionados; 7. avaliação dos artigos; 8. síntese e interpretação dos dados (Costa; Zoltowski, 2014).

A partir da delimitação do objeto a ser pesquisado que é a atuação política, educacional e pedagógica da primeira mulher eleita vereadora no município de Bagé/RS, o levantamento do Estado da Arte neste estudo se deu no sentido de buscar artigos, teses e dissertações que tem como foco de análise os conceitos chaves elencados para esta pesquisa como a História da Educação em uma perspectiva de gênero e Mulheres na Política, além disso, afinando o olhar para produções voltadas ao contexto do Rio Grande do Sul e a cidade de Bagé mas também o contexto brasileiro. Buscando, dessa maneira, abranger os estudos realizados na área e contemplá-los na escrita deste trabalho.

Por sua vez, seguindo tais etapas, não necessariamente em ordem sequencial, elegemos as palavras-chave (*string* de busca) tendo a delimitação no sentido de identificar e descrever como se deu a História da participação feminina na política e Educação brasileira, bem como as lutas e reivindicações travadas por

esses sujeitos.

A busca foi realizada na *SciELO* Brasil (*Scientific Electronic Library Online*) que é a biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras, a escolha se justifica pela notoriedade e abrangência de materiais que podem ser encontrados na coleção de tal base de dados utilizada amplamente por pesquisadores do mundo todo e o *Google Acadêmico* (*Scholar Google*) que é um serviço de buscas da *Google* voltado especificamente para literatura acadêmica e que nos apresenta uma infinidade de materiais em diversos formatos de publicação.

Ressaltamos que inicialmente, em ambas plataformas, aplicamos o descritor “Lígia Farinha Almeida” *AND* “Bagé/RS” e constatamos que não foram encontrados documentos para a pesquisa, assumindo a inexistência de trabalhos publicados acerca do tema escolhido.

Após o estabelecimento das bases de dados, iniciamos a pesquisa aplicando os descritores/palavras-chave, na *SciELO*, sendo eles “Mulheres na Política” junto ao operador booleano *OR* para agregar “Representatividade feminina” e “Mulheres” junto ao operador booleano *AND* para combinar com “História da Educação” para que assim pudéssemos encontrar materiais aproximados da temática proposta. O filtro aplicado para busca foi História e Educação, Coleções Brasil, com idioma em Português. E no *Google Acadêmico* aplicamos os descritores de maneira livre e sem filtros, resultando em um grande volume de resultados.

Já no que diz respeito aos critérios de inclusão foram definidos estudos sobre as reivindicações femininas pela participação na política e educação brasileira; mulheres como alvo da pesquisa; com a temática relacionada à atuação de mulheres dentro da temática escolhida.

Sendo assim, foram encontrados 403 trabalhos, devido ao grande volume de materiais aplicamos os critérios de inclusão realizando a leitura prévia de resumos dos livros e materiais selecionados, após a seleção foi feita a leitura completa dos trabalhos, resultando:

QUADRO 01 - Descritores e resultados

Base de dados	Descritores	Trabalhos encontrados	Trabalhos selecionados
SciELO	"Mulheres na Política" OR "Representatividade feminina"	292	6
	"Mulheres" AND "História da Educação"	106	
Google Acadêmico	Mulheres na Política Mulheres e História da Educação	5	

Fonte: SciELO e Google Acadêmico (2022)

QUADRO 02 - Título, autoras(es) e ano dos materiais selecionados

Título	Autor	Ano
Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero	Guacira Lopes Louro	1992
A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero	Rachel Soihet e Joana Maria Pedro	2007
O tráfico do gênero	Claudia De Lima Costa	2013
Formação do Brasil contemporâneo	Caio Prado Júnior	2000
Mulheres, Raça e Classe	Angela Davis	2016
Nísia Floresta: Uma história de educação e feminismo	Kelly Letícia da Silva Sakata, Caroline Cupozak Viana	2021
Tecendo por trás dos panos	Maria Lúcia Rocha-Coutinho	1994
Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina	Cleide Rita Silvério de Almeida e Elaine Teresinha Dal Mas Dias	2009
O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX	Isabela Candeloro Campoi	2011
Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil	Fernando Limongil, Juliana de Souza Oliveirall e Stefanie Tomé SchmittIII	2019
Mulher e educação: a paixão pelo possível	Jane Soares Almeida	1998

Fonte: SciELO e Google Acadêmico (2022)

O artigo "Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero" da autora Guacira Lopes Louro, está alinhado a proposta na qual o nosso trabalho se identifica, percebendo a História da Educação enquanto um campo teórico em constante transformação a partir do olhar de novos pesquisadores, neste caso, vendo o gênero, raça e classe enquanto indissociável do processo histórico, considerando a necessidade de articular essas diferentes categorias nesta nova perspectiva de escrever história. Ou seja, o gênero enquanto uma potente ferramenta analítica, reconhecendo as relações de poder inerentes dentro da historicidade e trazendo à luz agentes históricos que foram apagados historicamente visto que não faziam parte da hegemonia branca, heteronormativa e masculina.

Já o texto "A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero" das autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, nos traz a reflexão sobre a trajetória da formação do campo historiográfico intitulado "História das Mulheres e das Relações de Gênero" no Brasil, buscando analisar materiais publicados na década de 80 para verificar como foram utilizadas tais categorias de análise na constituição deste campo teórico. Verificando como as categorias "mulher", "mulheres" e "relações de gênero" foram abordados, discutidos e disputados dentro do campo teórico.

No texto "O tráfico do gênero" de Claudia de Lima Costa, nos ajuda a compreender os diferentes cenários em diferentes localidades do mundo a medida em que o gênero foi sendo incluído enquanto uma categoria de análise dentro do campo da História, no Brasil, em específico, sendo inicialmente visto enquanto estudos com posturas radicais e pouco sérias em termos científicos, a autora nos apresenta que até mesmo a escolha da nomenclatura revelava o status de sofisticação e validação da discussão dos estudos sobre gênero, visto que se fossem utilizadas nomenclaturas como "estudos feministas", "estudos sobre a mulher" as mulheres pesquisadoras já eram expostas ao obscurantismo acadêmico.

Já o texto "A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero" das autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, nos traz a reflexão sobre a trajetória da formação do campo historiográfico intitulado "História das Mulheres e das Relações de Gênero" no Brasil, buscando analisar materiais publicados na década de 80 para verificar como foram utilizadas tais categorias de análise na constituição deste campo teórico. Verificando como as categorias "mulher", "mulheres" e "relações de gênero" foram abordados, discutidos e disputados dentro do campo teórico.

No texto "O tráfico do gênero" de Claudia de Lima Costa, nos ajuda a compreender os diferentes cenários em diferentes localidades do mundo a medida em que o gênero foi sendo incluído enquanto uma categoria de análise dentro do campo da História, no Brasil, em específico, sendo inicialmente visto enquanto estudos com posturas radicais e pouco sérias em termos científicos, a autora nos apresenta que até mesmo a escolha da nomenclatura revelava o status de sofisticação e validação da discussão dos estudos sobre gênero, visto que se fossem utilizadas nomenclaturas como "estudos feministas", "estudos sobre a mulher" as mulheres pesquisadoras já eram expostas ao obscurantismo acadêmico. Não existindo um terreno neutro nestas discussões, pois se fazia necessário "politicizar a teoria e teorizar a política" (Costa, p. 131).

O livro "Formação do Brasil Contemporâneo" de Caio Prado Júnior, somos apresentados a uma narrativa histórica para compreendermos como se deu a colonização no Brasil e os efeitos causados por ela nos corpos, no território e na constituição sociocultural do país. Nos ajudando a compreender as marcas deixadas por um período que devassou, explorou e mercantilizou as terras brasileiras.

O livro "Mulheres, Raça e Classe" de Angela Davis, é citado brevemente nesse momento inicial do trabalho mas o percebemos enquanto importante para constituição de um olhar para a pesquisa enquanto um todo, principalmente por nos trazer noções potentes não tão somente sobre o lugar da mulher historicamente e socialmente como para pensarmos o funcionamento da sociedade marcada pela tragédia da escravidão e do racismo, a autora nos apresenta neste material o papel da mulher negra no trabalho escravo, a classe e raça na luta pelos direitos das mulheres, racismo no movimento sufragista, educação e libertação das mulheres, controle de natalidade e direitos reprodutivos.

Este livro nos ajuda a compreender as nuances das opressões em uma sociedade fundada e fundamentada no racismo e nos direciona para a interseccionalidade e possibilidades de enfrentamento e questionamento dos poderes vigentes.

No artigo "Nísia Floresta: Uma história de educação e feminismo" das autoras Kelly Letícia da Silva Sakata e Caroline Cupozak Viana, somos apresentados a uma importante figura para a história do início dos debates feministas no âmbito educacional brasileiro, a Nísia Floresta. Assim como o artigo "Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina" das autoras Cleide Rita Silvério de Almeida e Elaine Teresinha Dal Mas Dias e o artigo "O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX" de Isabela Candeloro Campoi, foram importantes não tão somente por apresentar neste trabalho uma mulher pioneira e precursora nos debates que inseriram as mulheres enquanto cidadãs aptas a viver socialmente além das dinâmicas privadas como para compreender os métodos de análise utilizadas pelas pesquisadoras, o trato com os documentos históricos, o percurso das análises e olhar adotado para construção da narrativa da vida de uma grande mulher, escritora e educadora.

O livro "Tecendo por trás dos panos" de Maria Lúcia Rocha-Coutinho, que advém da tese de doutorado realizada pela autora na PUC do Rio de Janeiro, este trabalho foi importante para constituição do olhar da pesquisadora que vos fala assim como para nosso referencial, refletindo não tão somente sobre as violências de gênero sofridas pelas mulheres e outros grupos marginalizados nos mais diversos âmbitos sociais como dando enfoque para as resistências das mulheres, em como elas conseguiriam encontrar meios de burlar este poder, por trás dos panos, nos bastidores das relações, nos micro-espços que ocupavam, refletindo, principalmente, que as mulheres não sofreram passivamente com o poder hegemônico exposto mas que encontravam constantemente formas de sobreviver, resistir e subverter sua posição social.

No artigo "Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil" dos autores Fernando Limongi, Juliana de Souza Oliveira e Stefanie Tomé Schmitt, encontramos uma concepção que acreditamos ser importante para discussão deste trabalho, ao lidarmos com uma mulher vereadora eleita em 1947, faz-se necessário compreender sob quais processos ela estava submetida. E, neste texto, nos encontramos com a ideia de que apesar do direito ao voto às mulheres ter sido concedido em 1932, a participação e garantia das mulheres na política só é obtida a partir de 1965 no Brasil, visto que anterior a isto a legislação e argumentos mobilizados excluía mulheres que não tinham acesso à educação e ao trabalho, além disso, mulheres casadas ficavam a mercê da decisão e permissão de seus maridos para que pudessem votar.

Já no livro "Mulher e educação: a paixão pelo possível" da autora Jane Soares Almeida, nos deparamos com discussões sobre a inserção das mulheres no magistério primário brasileiro, bem como a feminização e a propalação da desvalorização da carreira de professora. Traduzindo-se em um material importante já que estamos tratando, em nossa pesquisa, de uma mulher educadora em um período que era discutido a relação maternal que as professoras deveriam ter com seus alunos, assim como sua imagem casta para que pudesse lecionar.

Alguns autores foram identificados enquanto recorrentes na construção e diálogo teórico nestes trabalhos, sendo eles: Simone Beavouir (1980); Pierre Bourdieu (1990); Guacira Lopes Louro (1992); Michelle Perrot (1988, 1989); Joan Scott (1990, 1991, 1994); Suely Gomes Costa (1997); Rachel Soihet (1997); Judith Butler (1990, 2003); Jacques Le Goff (1985, 1996); Sandra Pesavento (2004, 2007); André Cellard (2008); Eliana Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001); António Nóvoa (2002); Décio Gatti Júnior (2000, 2002); Roger Chartier (1988, 1994, 1991).

Ressaltamos que diversos autores foram importantes para constituição de nosso referencial teórico bem como para a construção de um pensamento crítico para a escrita deste trabalho, contribuindo, dessa maneira, com o entendimento de conceitos e teorias que permeiam a História e a História da Educação, sendo eles citados ou não neste trabalho, acreditamos que em um futuro momento muitos outros autores que permeiam o campo teórico da História da Educação virão a aparecer e a dialogar com as ideias que estamos a propor.

O diálogo com os estudos selecionados poderão ser encontrados na seção 4 *Conceitos Gerais e Revisão da Literatura*, no entanto, concluímos que há um vasto *corpus* de análise dentro do campo da História e História da Educação no que diz respeito às lutas de mulheres pelo direito ao voto e pelo direito à educação. Os trabalhos selecionados tinham como objetivo analisar materialidades e utilizaram da narrativa histórica para recompor e analisar momentos históricos do Brasil em relação a desigualdade de gênero dentro de uma perspectiva histórico-crítica.

No contexto de nossa pesquisa percebemos enquanto fundamental a conversa com autoras e autores que discutam os dilemas culturais enfrentados pelas mulheres ao longo da história, pois compreendemos o sujeito enquanto indissociável do contexto sociocultural no qual está inserido, por isso, para que seja possível refletir sobre Lígia Farinha Almeida sendo eleita na década de 40 em Bagé, no Rio Grande do Sul, faz-se necessário olhar não tão somente para regionalidade como para as construções que deram socialmente ao longo da história.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

3.1 O Município de Bagé, Rainha da Fronteira e a Historiografia

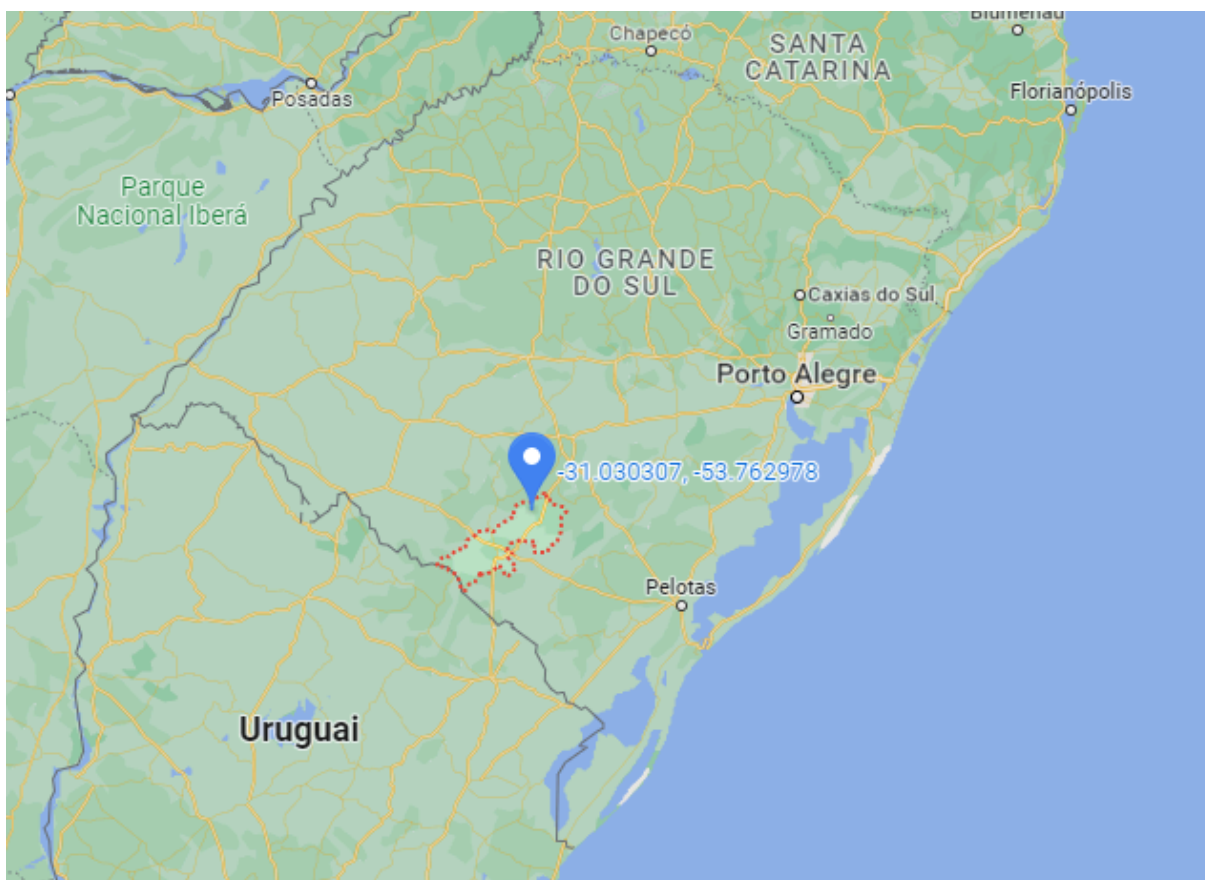
Não é possível para o historiador olhar para seu objeto de estudo e desvinculá-lo de sua localidade, de aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais no qual está inserido. Assim, estas materialidades históricas irão produzir sentido através de sua temporalidade, sendo papel do historiador montar o constructo de informações e confrontá-lo com diferentes fontes. Para conceber a natureza da atuação da primeira vereadora mulher eleita na cidade de Bagé, faz-se necessário olhar para a regionalidade e para as inscrições históricas na qual estava inserida.

O município de Bagé é situado na região da Campanha e faz fronteira⁴ com o Uruguai. Em 1811,⁵ a cidade foi fundada a partir do processo de expansão territorial e ocupações advindas dos portugueses no século XVIII. Este processo, por sua vez, conflituoso em disputas territoriais entre portugueses e espanhóis, eram traduzidos em acampamentos militares na região. Através dos limites construídos imageticamente entre duas potências colonizadoras, e na tentativa de impedir a conquista lusitana na região da fronteira gaúcha, os espanhóis construíram diversas construções bélicas no Rio Grande do Sul em regiões fronteiriças.

Foi o caso do Forte de Santa Tecla em 1774, na região próxima ao município de Bagé, assim como aponta Reichel (2006, pág. 50) “[...] a disputa pelas terras da zona de fronteira intensificou-se, pois a riqueza ganadeira dessas era enorme. As duas coroas militarizaram a área, construindo fortes, destacando milícias de soldados e guardas de fronteiras.”. Tais guardas de fronteira viriam a ser conquistados pelas tropas portuguesas durante a guerra, dessa forma, promovendo a manutenção do território português situado no RS no final do século XVIII.

⁴ Recorremos a Souza (1995, p.154) para compreender o conceito de Fronteira entre Brasil e Uruguai [...] a fronteira é vista não somente como a extensão dos limites, mas como uma área de interação, de interdependência e de complementaridade. Espaço quase sempre preenchido por extensos campos, apropriados em sua grande parte pelos latifundiários, e com um sistema peculiar de cidades vizinhas, muito próximas, cuja base econômica foi sempre a troca assimétrica de bens, serviços e homens. Existia uma singularidade na organização interna deste espaço em relação às trocas. Os fluxos eram típicos de uma produção baseada na pecuária extensiva, onde as tropas de gado se deslocavam ora para abastecer os saladeiros uruguaios, ora para as charqueadas rio-grandenses. Este fluxo de homens e mercadorias nos obriga a aprender este espaço levando em conta a porosidade fronteiriça.

⁵ Segundo historiadores, o município de Bagé originou-se a partir de um acampamento improvisado pelo Marechal Dom Diogo de Souza (Taborda, 2015) após sua incursão para chefiar tropas do exército pacificador em Montevideu, deixando um número significativo de pessoas nos cerros de Bagé.

MAPA 01 - Localização da cidade de Bagé no Rio Grande do Sul

Fonte: Google Maps (2022)

Este processo de formação da cidade trouxe consigo as concepções colonizadoras de Portugal dentro dos mais diversos espaços incidindo na economia, cultura, e sobretudo, na religiosidade com um caráter formativo e educacional (Bica, 2017, p.8), funcionando a serviço dos interesses lusitanos no processo de expansão territorial no Brasil e de civilização dos sujeitos que estavam a eles submetidos, operando, também, com fortes concepções do aparato militar que incidem até os dias de hoje⁶.

Sendo assim, através dos inúmeros conflitos, ocorreu a fundação do município de Bagé em 1811, sendo elevada à categoria de Vila, o que significava sua constituição enquanto município em 1846 (Lemieszek, 1997). Vale ressaltar que este estabelecimento engendrou-se através da economia, baseando-se na pecuária e na grande exploração de charque, conhecido como charqueadas ou indústria

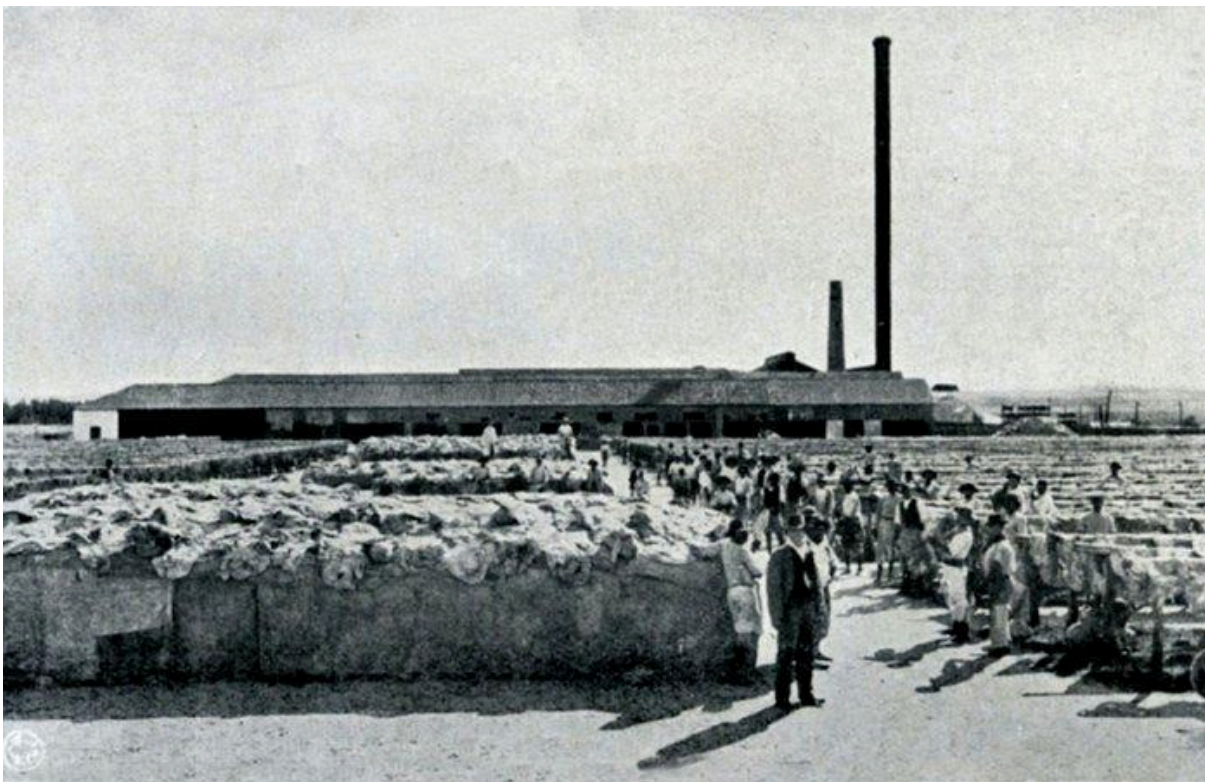
⁶ A cidade de Bagé é sede 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, possuindo quatro quartéis e o Hospital de Guarnição de Bagé, além de uma unidade da justiça militar.

saladeril, com a majoritária presença da elite no processo de urbanização da região da fronteira.

Essas dinâmicas com concepções escravagistas e coloniais podiam ser observadas na indústria saladeril na região Bagé, Pelotas e Rio Grande, onde operavam no sentido de dominação não tão somente da grande extensão de gado como também de corpos subalternizados, que eram submetidos a longas jornadas de trabalhos forçados, resistindo aos abusos físicos e psicológicos que eram imputados pelos proprietários estancieiros⁷ ditos barões do charque, além das condições insalubres de habitação, alimentação, saúde, higiene e segurança (Wayne, 1982, p. 33).

Em contraponto, nos deparamos com as Charqueadas de Santa Thereza, em Bagé, que utilizava perspectivas modernas para sua época, pertencia ao português Antônio Nunes de Ribeiro de Magalhães que construiu em seu entorno um amplo complexo urbano e industrial, composto por vila de operários (que eram assalariados), indústrias, igreja, teatro, hospital, quadra de tênis, serralharia, olaria, etc.

⁷ Estancieiro é o nome utilizado no Estado do Rio Grande do Sul para definir o detentor de uma grande propriedade rural dedicada à criação de gado ou à agricultura: uma estância.

FIGURA 01 - Charqueadas Santa Thereza de Bagé

Fonte: Acervo Centro Histórico e Cultural Vila de Santa Thereza

Logo, através da emancipação política, a cidade de Bagé deveria possuir uma Câmara Municipal regendo-se pela carta de lei de 1º de outubro de 1828 assinada pelo imperador Dom Pedro I. Institui-se, em 1846, a primeira eleição para vereadores na cidade, tais eleições deveriam ocorrer de quatro em quatro anos, no dia 7 de setembro. Através do voto de membros das paróquias da cidade e vilas, homens advindos de uma oligarquia rural tradicional poderiam pleitear a posição e ocupar o cargo tendo obtido o maior número de votos.

A partir disso, sucedem diversas transformações sociais, identificadas pelo jornalista e historiador Cláudio Lemieszek (1997, p. 51) como o trem (1884), a hidráulica municipal (1887), o cinema (1898), o telefone (1901), a Inauguração da Tablada (1903), a primeira exposição, feira (1905) e o automóvel (1907).

Assim, nos aponta o pesquisador Bica (2017, p. 14):

[...] a evolução econômica das relações de comércio no Rio Grande do Sul, no período de 1889-1930, foi à expressão do desenvolvimento e das modificações da economia regional. O processo de incremento da pecuária-charqueada-frigorífico e da lavoura colonial foi fundado com características exclusivas em relação às demais regiões do Brasil, que

configuraram a formação de uma diversificação social e econômica na economia do RS.

Essas transformações sociais advinham das mudanças que ocorriam no Brasil, como a promulgação das leis abolicionistas, as imigrações européias, a industrialização, a aparição do Manifesto Republicano, resultando, no contexto bageense, em transformações estruturais, como na política, cultura e/ou na educação no decorrer do final do século XIX e início do século XX.

Importante ressaltar que durante a investigação de fontes que dessem conta de vislumbrar fragmentos da história de Bagé e, sobretudo, com um olhar para o recorte desta pesquisa, surgiu a necessidade de afinar as buscas olhando para como as mulheres foram retratadas na historiografia da cidade, não tão somente para o gênero como recortes de raça e classe. Desta maneira, ao debruçarmo-nos em livros historiográficos produzidos por historiadores regionais, foi possível identificar a majoritária representação e narração de histórias protagonizadas por homens brancos, como suas composições familiares, seus feitos, suas filiações políticas e formações acadêmicas.

Percebemos, dessa maneira, que a invisibilidade na retratação histórica não recaiu tão somente sob Lígia Farinha Almeida como também se estendeu as demais mulheres, negros e pobres. Apesar disso, essa é uma perspectiva em constante transformação, visto que novos trabalhos, pesquisas e autores surgem para desvelar figuras importantes para constituição do município.

Assim como afirma Tiago Rosa da Silva (2018, p. 31) que ao investigar vivências e experiências associativas negras em Bagé no período pós-abolição identifica “que houve, por parte de escritores e historiadores locais, um empenho na construção de uma narrativa que buscou dar conta de uma história dos grandes feitos de Bagé e suas figuras de destaque, estes sendo, sobretudo, imigrantes europeus”.

Por certo Bagé foi fundada em meio a guerras, conflitos e banhos de sangue como na Guerra Cisplatina (1801 - 1828), Guerra dos Farrapos (1835-1845), Guerra do Paraguai (1851-1870), Revolução Federalista (1893-1895), Tenentismo (1924-1929) e estes momentos foram contemplados na escrita da história, em uma linguagem que narra os fatos, retratando os homens guerrilheiros enquanto grandes heróis, no entanto, não reflete sobre os efeitos sociais desses conflitos e como eles impactaram as pessoas não-brancas e não-homens. Atentamos aqui para esse

estilo de história narrada encontrados em obras de Reis (2021)⁸, Lemieszek (1997), Lopes (2014), Taborda (2015).

Ressaltamos, deste modo, as descrições postas no livro *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé* de Jorge Reis (2021), onde somos transportados para a história de Bagé do século passado, a fundação, a economia e principalmente os agentes históricos que ficaram reconhecidos por seus grandes feitos. Neste documento nos debruçamos na laboração de Barões, Marechais, Juízes, Escrivães, Coronéis, Capitães, Majores, Doutores, Ministros, Imperadores e etc. Dos mais de 700 nomes e histórias narradas, apenas 22 mulheres foram mencionadas sendo elas professoras da instrução pública ou esposas dos referidos homens citados.

As descrições destes sujeitos também advertem o local de observância do autor, enquanto os homens são descritos enquanto “brilhante, honrado, ilustre, respeitável e de grandeza intelectual” (Reis, p. 24, 64) algumas mulheres são descritas em função do cargo que brevemente ocupavam, porém, encontramos descrições como “devotada e sacerdotisa do bem e da virtude” (Reis, p. 56). Por outro lado há o livro como o *Bagé: Fatos e personalidades* de Mário Nogueira Lopes (2007) que narram a trajetória da participação feminina nas eleições de Bagé, onde Lígia Farinha Almeida é contemplada em seus escritos.

3.1.1 A Presença Feminina na História da Educação de Bagé

A partir do nascimento de Bagé quando o Marechal Dom Diogo de Souza, em 1811, marchou para Montevideu deixando no cerro de Bagé grande parte das pessoas de sua campanha e sucedendo a elevação para categoria de município em 1846, após um grande e abastado desenvolvimento na região devido às indústrias saladeril e de criação de gado, criou-se a necessidade da abertura de séries iniciais e escolas primárias para atender as exigências da população do município.

Nos últimos anos do Império e às vésperas da República em 1889, poderíamos encontrar professores de classes altas oferecendo seus serviços

⁸ O livro *Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé* de Jorge Reis, foi organizado por José Carlos Teixeira Giorgis, Mestre em Direito e professor emérito da Universidade da Região da Campanha, organizou tal material que aglutina anotações e escritos de Jorge Reis, professor e Mestre Porto no período de 1860 a 1893 sobre a história militar e política de Bagé. Ver: Reis, Jorge. **Apontamentos históricos e estatísticas de Bagé** / Jorge Reis. – 2. – Bagé, RS: Praça da Matriz Editora, 2021.

através dos jornais que circulavam na cidade, ainda assim o acesso a esse tipo de ensino era reservado aos mais abastados visto que os valores eram considerados caros.

De acordo com Bica (2013, p. 145) durante a República Velha, a cidade vivenciou uma experiência singular na administração política visto que durante a tutela de Júlio de Castilhos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no Rio Grande do Sul, era estabelecido, a partir dele, um alinhamento filosófico com as ideias de Augusto Comte, o positivismo. E para a educação, este tipo de alinhamento serviria para difundir os ideais republicanos, assim como apresenta Bica (2013, p. 146):

Neste processo desencadeado entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os republicanos programaram um projeto modernizador de ordem capitalista e centrado em um modelo autoritário de poder. Dentro desta perspectiva, os líderes republicanos na condução administrativa do Estado conferiram à escola e ao ensino público, o caminho principal para o êxito do projeto político republicano de educação.

Nesse processo, iniciado na virada do século XX, os republicanos programaram um projeto de modernização da ordem capitalista e apostaram em um modelo autoritário de poder. Nessa perspectiva, a liderança republicana na administração do estado deu à escola e à educação pública o papel da manutenção dos valores, ideias e senso de nacionalidade a partir das concepções republicanas.

A partir disso, em 1904, a cidade recebe a criação de duas escolas particulares de posicionamentos de ideologia religiosa, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para a educação de meninos e por conseguinte o Colégio Espírito Santo, em 1908 para a educação de meninas. Já em 1909, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, cria o Collegio Elementar de Bagé, que viria a ser uma escola de Ensino Público primário, proporcionando aulas híbridas entre meninos e meninas. Tal escola contava com professores formados em Magistério e possuía uma diretoria chamada Mélanie Granier nomeada por Júlio de Castilhos.

Apesar da cidade de Bagé, na atualidade, não ter avançado em termos de eleição de mulheres para compor o quadro político na Câmara de Vereadores, por outro lado, a presença de mulheres em cargos de educadoras nos mostram uma realidade diferente. Em menções breves em livros históricos, podemos observar que o lugar de educadora foi amplamente ocupado dado a época, no entanto, sendo

visto enquanto uma força de trabalho feminilizada, não valorizada economicamente e, principalmente, as mulheres ainda que ocupando um espaço fora do ambiente do lar, deveriam cumprir um papel dentro das ideologias conservadoras que estavam postas, isto é, difundir os valores e interesses do Estado.

De acordo com Joge Reis, no livro *Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé*, no século XX, o município possuía na Instrução Pública, 26 aulas sendo ministradas, sendo 13 colégios particulares, com frequência de 965 alunos, destes 672 eram do sexo masculino e 293 do sexo feminino. Contando com instrução primária e secundária. Além disso, eram 7 aulas estaduais com a frequência de 335 alunos, sendo 168 do sexo masculino e 166 do sexo feminino. Já no colégio Elementar, dirigido por um capitão do exército era auxiliado por 5 professoras e um professor, tendo majoritariamente alunas mulheres. De acordo com Jorge Reis (2021, p. 170) no total eram 1.791 alunos matriculados no município, sendo 1.017 homens e 774 mulheres.

Em vista disso, o gênero dentro da educação também viria a ser um espaço da constituição das diferenças, sendo o ensino um lugar primordialmente incubido as mulheres marcando o espaço que elas ocupavam socialmente, o do cuidado, do amor, da sensibilidade, do zelo e da vigilância, sendo um braço direito das relações familiares, visto enquanto uma prática maternal, Louro (2012, p. 93) afirma que “ao contrário do que dizem, a escola é masculina, pois ali se lida, fundamentalmente com o conhecimento - e esse conhecimento foi historicamente produzido pelos homens (...) porque as diferentes disciplinas escolares se constituíram pela ótica dos homens.”

Isto significa que a escola e as práticas pedagógicas viriam a ser um lugar de demarcação das desigualdades frente ao gênero, sendo o espaço das mulheres reservado ao lar, o que justificaria a feminilização do trabalho e a presença de meninas dentro do ambiente escolar.

3.1.2 A Primeira Vereadora do Município de Bagé/RS: Lígia Farinha Almeida (1922-1988)

Um dos primeiros desafios ao compor e responder quem foi a primeira vereadora do município de Bagé se inscreveu nas materialidades históricas, ao ser desafiada a pesquisar esta temática, haviam poucas informações populares que dessem conta de responder a pergunta: *Quem foi Lígia Farinha Almeida?*⁹ Portanto, através de um minucioso trabalho de garimpagem no Arquivo Público da cidade, entre leituras de livros históricos e projetos de lei dentro do período de 1945 a 1955, em um achado anexo ao projeto de resolução nº007/2001 que institui ao plenário o nome da vereadora enquanto homenageada foi identificado seu *curriculum vitae* (ANEXO D) obtendo diversas informações úteis para que possamos compreender um pouco sua trajetória.

Lígia Farinha Almeida nasceu em maio de 1922, no município de Bagé localizado no Rio Grande do Sul, nas dependências do Hotel Paris da cidade. Seus pais eram brasileiros naturais do município de Dom Pedrito, região próxima a cidade de Bagé, onde Lígia passou sua infância. Iniciou seus estudos na Escola Franciscano Espírito Santo, na qual formou-se em Magistério. Seguindo assim a carreira de estudos graduou-se em Licenciatura em Ciências Sociais na disciplina de Filosofia pela Faculdade Católica de Filosofia em Porto Alegre/RS. Lecionou no Colégio Franciscano Espírito Santo e Escola Centenário (onde foi diretora), ambas no município de Bagé e no município de Osório/RS.

Com apenas 25 anos de idade após participar da campanha para Governador do Estado do Rio Grande do Sul do político Alberto Pasqualini, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas, sendo assim a primeira mulher a eleger-se vereadora, na cidade de Bagé, e uma das primeiras no Rio Grande do Sul no período de 1947, na primeira eleição após a redemocratização do país, pleiteando novamente o cargo em 1951 e sendo reeleita com o maior número de votos de sua legenda, ocupando o cargo até 1955.

⁹ Ressaltamos a diferença de grafia do nome de Ligia Farinha Almeida nos diferentes documentos encontrados, aparecem neles diferentes grafias, tais como: Lygia de Almeida, Lígia Almeida, Lígia de Almeida, Ligia Farinha Almeida. No entanto, a escolha da grafia Lígia Farinha Almeida se deu a partir da que está posta no plenário que é intitulado em sua homenagem.

Durante seus mandatos a vereadora desenvolveu seu trabalho em defesa dos interesses populares, principalmente em defesa dos cidadãos em vulnerabilidade socioeconômica, voltando seu trabalho para o combate à fome e à miséria. Na resolução nº007/2001 que denomina Lígia Farinha Almeida como representante da Câmara de Vereadores da cidade é descrita pelos autores da resolução enquanto uma mulher ativa nas lutas pelas pautas trabalhistas e que em seus discursos defendia uma educação de qualidade, estabelecendo normas para contratação de profissionais formados em suas respectivas áreas para que pudessem atuar em sala de aula através do Projeto de Lei Nº 16/49-2 de novembro de 1949 e uma educação plural que atendesse as necessidades dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica instituindo o Projeto de Lei Nº 81/49 que regula a concessão de matrículas gratuitas nas escolas municipais da cidade e o Projeto de Lei Nº 17/49-2 de novembro de 1949 que propunha instituir a obrigatoriedade da merenda escolar em todas aulas do município.

Em suas proposições, defendia o cumprimento da Lei Orgânica Municipal, do art. 83. em que se afirma que parte dos fundos monetários da Prefeitura Municipal deveriam ser aplicados em auxílio a alunos necessitados, bem como, fornecer material escolar, bolsas de estudos, assistência médica e dentária. Assim como a vereadora afirmou em carta anexa à Lei Nº 17/49-2, “[...] *é absolutamente impossível lecionar crianças que sintam fome, em estado de subnutrição, atestando as classes pobres de onde provieram. [...] toda escola Primária Oficial, do Município, do Estado e da União, tem de considerar tal problema, procurando solucioná-lo*” (Almeida, 1949, p. 7).

Posteriormente foi diretora da Biblioteca Municipal Dr. Otávio Santos de Bagé nos anos de 1986 a 1988, ano em que veio a falecer com apenas 66 anos.

FIGURA 02 - Quadro de diretores da Biblioteca Municipal Dr. Otávio Santos

Fonte: Biblioteca Pública Municipal Dr. Otávio Santos (2022)

Já em 2001, postumamente é homenageada pelo poder Legislativo Bageense, através do projeto de resolução nº007/2001 que denomina Lígia Almeida o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Bagé. Despachado em comissão com maioria favorável e tendo a casa reconhecida por seu nome até os dias de hoje. Entretanto, em 2017 uma nova resolução é discutida e aprovada no plenário, o projeto de resolução nº005/2017, para que fosse acrescentado o sobrenome materno “Farinha”, a fim de que toda sua origem fosse reconhecida, dessa forma, a resolução passa a ter a seguinte redação “Art. 1º Denomina Lígia Farinha Almeida o Plenário da Câmara Municipal de Bagé.” (Bagé, 2017).

FIGURA 03 - Plenário Lúgia Farinha Almeida, Câmara de Vereadores de Bagé

Fonte: Plenário Lúgia Farinha Almeida (2022)

Além disso, através da lei municipal outorgada nº 5.624 (ANEXO A), de 18 de julho de 2016, criou-se a Comenda de Mérito Vereadora Lúgia Farinha Almeida, que concede a mulheres da cidade uma homenagem por se destacarem em atividades voltadas ao município de Bagé. A cerimônia de entrega da Comenda é realizada anualmente, durante o mês de março, como parte das comemorações alusivas ao dia internacional da mulher. A indicação das candidatas laureadas com a comenda Vereadora Lúgia Farinha Almeida é feita por parte da indicação dos gabinetes de vereadores.

Apesar do grande avanço e pioneirismo elencado pela atuação da primeira vereadora eleita na cidade de Bagé, é possível que o conservadorismo, tradicionalismo e concepções militares no qual o município se encontra historicamente tenha afetado na continuidade do trabalho e inserção de mulheres em cargos políticos. Tal afirmação advém da análise dos dados do número de mulheres eleitas nos últimos 75 anos, sendo 20 mulheres eleitas desde que ocorreu

a redemocratização do país. Número esse que entra em confronto com o número de homens eleitos, do qual é muito superior ao das mulheres. Dentre elas, apenas duas foram eleitas presidentes da Câmara, enquanto 62 homens ocuparam tal quadro desde a abertura do poder legislativo bageense.

FIGURA 04 - Quadro de presidentes da Câmara de Vereadores de Bagé



Fonte: Plenário Lígia Farinha Almeida (2022)

FIGURA 05 - Registro e homenagem à Presença Feminina no Poder Legislativo de Bagé



Fonte: Plenário Lígia Farinha Almeida (2022)

4 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

4.1 A História da Educação e a História da Educação em uma Perspectiva de Gênero

É trabalho do historiador/a questionar as fontes documentais das quais se propõe analisar, investigar rastros, indícios e sinais para construir sentidos através do texto. O documento por si só não dá conta de reconstituir a história mas é através do olhar do pesquisador e de seu *corpus* empírico de análise que se faz possível pensar criticamente sobre o contexto social, econômico e político na qual as condições de produção desses discursos estavam inseridas. Assim, ao indagando e interrogando, apesar disso, muitas vezes não é possível responder a todos os questionamentos feitos ao texto, entretanto, olhar para um determinado momento histórico e questioná-lo faz ser viável a escrita de um possível passado, para que assim seja possível suscitá-lo também se faz necessário refletirmos sobre os conceitos do campo de estudo que perpassam este trabalho, aliando-nos a História da Educação e a História da Educação em uma perspectiva de gênero.

A História da Educação tem sido, ao longo das últimas décadas, transformada a partir de discussões e renovações a respeito do conceito de fontes e preservação documental. Isto pois, sendo história da educação, enquanto disciplina, uma discussão recente no Brasil, desenvolveu-se enquanto disciplina nas escolas do chamado Normal e nos cursos de formação de professores (Lopes; Galvão, 2001).

Desta maneira, a história da educação constituiu-se enquanto disciplina obrigatória nos cursos de pedagogia e escolas normais em 1946, através do Decreto-Lei n. 8.530 por meio da Lei Orgânica do Ensino Normal intitulada “História e Filosofia da Educação” (Saviani, 2013). Ainda que tal obrigatoriedade denotasse a importância da História da Educação enquanto área do conhecimento e que seu objeto de estudo fosse a história da sociedade e as materialidades sociais produzidas a partir dela, Lopes e Galvão destacam que a história da educação não se desenvolveu enquanto subárea da História e que foi ignorada pelos historiadores (Lopes; Galvão, 2001). Saviani afirma que fora desenvolvida “como um domínio de caráter pedagógico paralelamente, e, mesmo, à margem das investigações propriamente historiográficas” (Saviani, 2013, p. 167).

Todavia, as pesquisas em história da educação iniciam a partir da década de 1950, tendo em vista a abertura de setores que tinham como enfoque a Educação nas Universidades Brasileiras e que traziam como objeto o levantamento de documentos originais.

De acordo com Saviani (2005, p. 52), desse período até a década de 1960,

A formação do pedagogo era fortemente marcada pelos estudos históricos, ainda que tais estudos se centrassem mais na história das doutrinas pedagógicas, ficando em segundo plano a história da educação como fato social, assim como a história da educação brasileira propriamente dita. Essa situação veio a se alterar a partir da década de 70 em decorrência da entrada em vigor do Parecer 252 do então Conselho Federal de Educação, aprovado em 1969. Como se sabe, esse parecer introduziu as habilitações pedagógicas (Administração, Inspeção, Orientação e Supervisão educacionais) no currículo da Pedagogia, reduzindo, em consequência, o espaço antes reservado às disciplinas ligadas aos chamados fundamentos da educação. Com isso, os seis a oito semestres antes dedicados à História da Educação foram reduzidos para dois ou, no máximo, três. (Saviani, 2005, p. 52).

Assim, nas décadas de 1970 e 1980, durante o Regime Militar, surgem e se expandem os programas de pós-graduação em educação no Brasil. Saviani afirma que “foi com a institucionalização dos programas de pós-graduação, a partir da década de 1970, que as pesquisas em educação, de modo geral, e, especialmente, na área de história da educação, ganharam impulso” (Saviani, 2013, p. 167).

As pesquisas, neste período, discutiam a relação entre educação e sociedade, e tinham como enfoque a escolarização da produção da pesquisa e a reação à política dos governos militares (Nosella; Buffa, 2005). Não obstante, fortalecendo o pensamento crítico e reflexões teórico-analíticas da sociedade. Assim sendo, a partir da consolidação da pós-graduação no Brasil, a historiografia da educação brasileira passa a discutir e investigar as instituições escolares, bem como, as histórias relacionadas à educação brasileira (Nosella; Buffa, 2009). De acordo com Vidal e Faria Filho (2003), tal marco da criação dos programas de pós-graduação, aproximou a história e a filosofia, com um viés teórico marxista. Tendo isso em vista, a produção historiográfica teve uma influência embasada nas ideias de Althusser (entre 1960 e 1970) e depois em Gramsci (entre 1970 e 1980).

A institucionalização dos programas de pós-graduação proporcionou certa sistematização da área da história da educação, possibilitando novos olhares e novas produções acadêmicas. Como a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em 1977, impulsionando esse

número de produções na área da história da educação no Brasil a partir da década de 80. Esse aumento das produções se dá a partir da criação do grupo de trabalho em História da Educação, criado na década de 80 no interior da ANPEd, tornando-se “[...] rapidamente tornou-se o principal espaço nacional de aglutinação de pesquisadores, de crítica historiográfica e de difusão de novos horizontes de investigação na área [...]” (Vidal; Filho, 2003, p. 58). Salientamos, também, nesse período, a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, o HISTEDBR, formulado a partir da linha de pesquisa denominada ‘História, Sociedade e Educação no Brasil’ e formalizado em 1991 pelo historiador Dermeval Saviani (Saviani, 2005, p. 66).

Diana Vida e Marcus Bencostta refletem sobre esse movimento de efervescência na pesquisa no campo da história da educação no artigo "A historiografia da educação paranaense no cenário da História da Educação Brasileira" (2010) onde destacam que os novos ares que pairavam o país favoreciam a acolhida de movimentos revisionistas dada a abertura política e construção de diferentes interpretações do vivido, assim criando novos grupos de trabalho dentro do campo de estudo:

É nesse período que surgem e se multiplicam os fóruns de socialização da pesquisa acadêmica, como os vários congressos Ibero-americanos (o primeiro é de 1992) e Lusobrasileiros de História da Educação (o primeiro é de 1996). E se constituem a Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação/ ASPHE (1996) e a Sociedade Brasileira de História da Educação/ SBHE (1999). Sobressaltados pelo acúmulo da produção decorrente da expansão dos Programas, os pesquisadores procuraram avaliar quantitativamente esse crescimento. Reafirmavam assim o entendimento da História da Educação como um campo em expansão. (Bencostta; Vida, 2010).

Salientamos que as investigações que se ocupam a história da educação não se limitavam tão somente ao ensino e a escola, fazendo, portanto, uma conexão com diversas áreas da história. Relacionando não tão somente a história das disciplinas escolares, mas também ao currículo, à infância, às questões de gênero, à alfabetização, às relações entre a cultura oral e escrita, aos castigos e punições, à arquitetura escolar, à política social, dentre outras temáticas (Lopes; Galvão, 2001). Este crescimento das noções do campo deixou para traz noções cristalizadas considerando que “a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas” (Lopes; Galvão, 2001, p. 81).

Para Alessandro Carvalho Bica (2013, p. 22) os estudos em História da Educação surgem enquanto uma

[...] necessidade de uma renovação teórico-metodológica, temos por base que estes trabalhos pretendam dar voz aos esquecidos, aos atores envolvidos, nos processos educativos, ao cotidiano escolar, aos aspectos da cultura escolar, bem como enfatizar uma visão mais profunda dos espaços sociais, materiais, culturais e políticos que constituíram a história da educação.

Este alargamento das concepções do campo de estudo, o crescimento das pesquisas assim como a relevância da pesquisa historiográfica com enfoque na análise documental possibilitam o olhar para contextos micro e macro regionais, de acordo com Bica (2013, p. 23) é possível que estes estudos possam abranger pesquisas “mais localizados e regionalizados, permitindo leituras mais singulares, que levam aos pesquisadores a inserções mais profundas em seus recortes temporais” (Bica, 2013, p. 23).

Neste sentido, é possível afirmar que a história da educação enquanto área de estudo tem passado por diversas transformações nas últimas décadas, abordando novos temas, trazendo novos questionamentos, problematizando a escrita da história e criando novas metodologias para fazê-lo, suscitando infindáveis perguntas que possibilitam o “fazer história” rememorando o passado à luz das análises documentais que ao pesquisador exige todo cuidado metodológico. Estas novas questões teórico-metodológicas e transformações no fazer do historiador nos trouxeram a História da Educação em uma perspectiva de gênero, importante conceito que discorreu em cada linha deste trabalho ao refletirmos sobre a atuação política e pedagógica da educadora Lígia Farinha Almeida, tendo em vista o recente crescimento do campo da História da Educação, faz-se necessário, também, refletir sobre o crescimento das discussões e pesquisas que perpassam as questões de gênero, tal categoria de análise que foi tardiamente considerada útil dentro dos estudos da História (Soihet; Pedro, 2007, p. 284).

É neste sentido que refletimos sobre as relações de gênero e de poder, historicamente foi conferido as mulheres o apagamento histórico, suas vivências, práticas, lutas e resistências foram confinados a um engendramento nas diferenças do sexo, a mulher enquanto o Outro¹⁰, aquela que não é o homem. Guacira Lopes

¹⁰ Segundo (Beauvoir, 1970, p. 10): “Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não

Louro (1992, p. 62) no texto *Uma leitura da História da Educação na perspectiva do gênero* reflete que a História da Educação no Brasil em relação a esse apagamento também se deu linguisticamente, afirma:

[...] a História da Educação que se produz no Brasil é usualmente escrita no masculino, ou seja, "refere-se aos alunos, aos operários, aos professores, aos adultos, etc., ou utiliza termos genéricos, como a classe trabalhadora, a elite brasileira, a burguesia, o professorado, o movimento sindical.

Isto é, para as mulheres não se reservava o lugar de agente da história, de dominante das condições de produção e até mesmo em construções semânticas/linguísticas se inscreviam através de uma imposição unilateral e binária da sociedade. As autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro em *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero* (2007) assinalam para a difícil trajetória das relações de gênero dentro do campo historiográfico, tendo a “mulher” ou “mulheres” sendo consideradas tardiamente enquanto uma categoria útil de análise na pesquisa histórica, dado ao domínio do campo impregnado pelas relações de poder¹¹. Ao refletir sobre isso afirmam,

Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. (Soihet; Pedro, 2007, p. 284).

Entretanto, não há poder sem que haja resistência (Foucault, 1979), sendo essas resistências uma forma de evidenciar esse lugar de dominação ocupado pelo homem, desta maneira, as mulheres puderam exercer poder dentro deste domínio, evidencia Teresita de Barbieri (1991, p. 38):

Justamente porque não podem ser eliminadas, mas sim controladas - a capacidade reprodutiva, a capacidade erótica e a capacidade de trabalho das mulheres são exercidas por elas mesmas - são espaços sempre em conflito e em tensão. As mulheres podem, por fora e por detrás das normas e da ordem que aceitam, manipular, resistir, chantagear, desobedecer, dando a aparência de obediência e submissão.

este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”.

¹¹ Na sua microfísica do poder, Foucault (2014) identifica uma rede genealógica, na medida em que os confrontos dos saberes-poderes são responsáveis por constituir redes de subjetivação do sujeito. Isto é, cada sujeito constitui em/para si uma dimensão de microfísica do poder posta em suas relações, valores, hábitos e sentimentos. A constituição dessas redes acaba emergindo um infindável conflito dos corpos com as forças históricas do poder.

Deste modo os homens controlavam e exerciam poder sobre as mulheres através da Política, do Estado, podendo ocupar, enquanto autoridade, tanto o espaço público como o privado mas “[...] as mulheres teriam os poderes informais, os poderes domésticos, dos bastidores, das influências, etc.” (Louro, 1997 p. 118).

E é com esse olhar para uma História da Educação na perspectiva do gênero que nos filiamos, entendendo “que a história e o significado de uma categoria devem ser entendidos à luz das histórias e significados das outras categorias de identidade (classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade etc.)” (Costa, 2003, p. 138). Por isso, para que possamos chegar até Lígia Farinha Almeida, faz-se necessário pensar em outras mulheres que também trilharam o caminho da educação e política no país, pautando pluralidade, democratização e humanização do Ensino para meninos e meninas. Logo se inscrevendo na história enquanto um sujeito que em suas ações rompiam com ideias hegemônicas, provocando tensões e reivindicando espaços que foram historicamente cerceados. Logo o gênero enquanto uma categoria de análise caminha justamente para restituição e construção de uma história do passado com a participação desses corpos femininos enquanto sujeitos e agentes históricos.

4.2 A Fabricação das Diferenças: O Gênero Feminino Enquanto Sujeito Subalternizado

Nas últimas décadas, no Brasil, a discussão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira vem ocupando cada vez mais espaço e, de certa forma, em todo o mundo, o papel social da mulher se encontra em constantes transformações, a mulher passa a ser desvinculada da imagem do lar - senão totalmente - e passam a ocupar empregos, a política e diversos ambientes sociais dos quais foram historicamente cerceadas.

Embora as mudanças em relação à desigualdade de gênero sejam significativas, não se pode ignorar que ainda há um longo caminho a se percorrer até que esse problema social seja de fato mitigado ou até mesmo extinto.

A desigualdade de gênero não ocorreu naturalmente ao longo dos séculos, sendo na realidade um projeto político implementado desde o Brasil colonial, nos séculos XVI e XIX, fruto da expansão marítima e da lógica mercantilista que se consolidou na era moderna, sendo assim, as relações de poder criadas sobre os

indivíduos levariam também a uma dupla colonização dos corpos femininos. Segundo Caio Prado Júnior (2000, p. 25), a colonização se tornaria um grande empreendimento comercial para “explorar os recursos naturais de um território virgem” e assim somos apresentados ao princípio econômico, social e político que pode explicar construções sociais como a do patriarcado que favorece os homens em detrimento das mulheres.

A consolidação das relações de poder entre os sexos durante o período colonial deu-se em vários âmbitos da esfera social. Nos primeiros anos da ocupação do território brasileiro os colonizadores não apenas se apropriaram das terras indígenas, mas também submeteram os povos nativos a trabalhos forçados tanto no espaço de produção quanto no doméstico, assim submetendo as mulheres indígenas e negras a todas as formas de abuso.

A exploração do corpo feminino era, de certa forma, visto enquanto a exploração da terra, como Sandra Regina Goulart de Almeida (2007, p. 462) apresenta em sua pesquisa sobre a análise de personagens e mitos literários, onde exemplifica o modo como qual a terra a descobrir foi idealizada no imaginário europeu como “emblematicamente representada como uma mulher bela, sedutora e atraente, cobiçada por seus dotes promissores e beleza exótica” e conclui que o território que seria explorado era visto essencialmente como forma feminina “como uma terra virgem a ser descoberta, explorada, possuída e usurpada”.

Esse paralelo entre natureza e feminilidade constrói a ideia de vulnerabilidade, algo passível de exploração e posse, conferindo ao homem conquistador dois “objetos” de cobiça: a terra e a mulher. E inúmeras(os) pesquisadoras(os) revelam essa comparação:

O corpo feminino simboliza, metaforicamente, a terra conquistada ao encontro dos dois mundos por meio de oposições de gênero. Nesse contexto, em um movimento metonímico, possuir a mulher nativa equivaleria a possuir a nova terra recém-revelada aos europeus. (Almeida, 2007, p. 462).

Apesar do estabelecimento de relações de poder nessa configuração, as mulheres, mesmo quando dominadas, conseguiram exercer alguma forma de poder sobre o lugar que ocupavam nesse período, no lar e na maternidade, como afirma Mary Del Priore (2004, p. 28) que a resistência das mulheres “traduziu-se numa forte

rede de micropoderes em relação aos filhos e num arsenal de saberes e fazeres sobre o corpo, o parto, a sexualidade e a maternidade”. A autora acrescenta que ao juntarem-se aos filhos, as mulheres encontraram uma forma de resistir à dor, ao abandono e à solidão. Conforme a autora:

A prole permitia à mulher exercer, dentro do seu lar, um poder e uma autoridade dos quais ela raramente dispunha no mais da vida social. Identificada com um papel que lhe era culturalmente atribuído, ela valorizava-se socialmente por uma prática doméstica, quando era marginalizada por qualquer atividade na esfera pública (Del Priore, 2004, p. 18).

Portanto, era desta maneira que as mulheres encontravam alento apesar de tudo que lhes era negado, pois foram controladas e designadas a performar um papel de criadoras e responsáveis por difundir os valores e ideais que interessavam aos colonizadores para a colonização. Esse processo de normatização e enclausuramento das mulheres também foi incentivado pela Igreja e pela opinião médica da época.

Uma questão importante a se considerar é que a rede de micropoderes apontada pela autora Del Priore em relação à maternidade ainda era reservada apenas às mulheres brancas, pois as mulheres indígenas e negras eram colocadas em uma posição ainda mais subalternizada. Segundo Angela Davis (2016, p. 25) “na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães, eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava”, ou seja, significando que a maternidade para essas mulheres as colocava na posição de gerar mais mão-de-obra de trabalho escravizado.

Embora tenhamos avançado em vários aspectos ao longo da historicidade para equiparar a desigualdade de gênero, não podemos negar que essas construções ocorreram historicamente no passado, como cita Del Priore:

Os comportamentos femininos não podiam ser dissociados de uma estrutura global, montada sobre uma rede de tabus, interditos e auto constrangimentos sem comparação com o que se vivera na Idade Média. Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização (Del Priore, 1993, p. 27).

Já no que diz respeito à maternidade a autora Maria Lúcia Rocha-Coutinho em seu livro *Tecendo por trás dos panos* (1994, p. 32) afirma que o confinamento da

mulher no âmbito doméstico e a maternidade faziam parte dessa agenda política de dominação dos corpos femininos no Brasil, e que apesar das mudanças sociais significativas ao longo dos anos, o *status quo* das relações de gênero permaneceu a serviço do homem, como escreve a autora:

Aos homens passa a caber o espaço público da produção, das grandes decisões e do poder, e às mulheres, é então atribuída a responsabilidade da reprodução, em todas as suas formas, no seio da família. Seu trabalho como “reprodutora” é naturalizado e à mulher passa a caber a execução e a supervisão de uma série de tarefas conhecidas como “trabalho doméstico” que se realizam no âmbito da unidade familiar. (Rocha-Coutinho, 1994, p. 32).

Além disso, Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994, p. 33) pondera que o papel atribuído à mulher ao longo da história brasileira resultou em sua marginalização, afirmando que “sua dedicação exclusiva (do sexo feminino) ao trabalho doméstico impede ou dificulta a participação autônoma das mulheres nos espaços públicos, que ficam restritos aos homens, levando-as à marginalidade social”. Desta forma, criando uma cultura masculina de provedor do lar, enquanto as mulheres passam a viver em situação de dependência financeira e os homens desfrutam de liberdades sociais das quais o sexo feminino foi cerceado.

Na atualidade, contamos com diversos avanços em vários aspectos na busca pela igualdade de gênero, diante das lutas lideradas por mulheres para conquistar espaço na sociedade. Elas conquistaram o direito de voto na década de 1930 e desde então seu papel na política cresceu, embora esse número seja bem menor do que os cargos ocupados pelos homens, pois a relação indissociável da mulher alinhavada ao lar vem sendo desmistificada, mesmo que em menor grau. Mas, embora esses avanços sejam indiscutíveis, ainda há grandes resquícios de violência contra a mulher edificadas na construção da sociedade na atualidade.

4.3 A História da Participação Feminina na Educação e Política Brasileira

Há séculos atrás as mulheres não dispunham do direito de votar e serem votadas. No Brasil, as organizações elencadas por mulheres surgem em meados de 1850, no chamado sufrágio feminino¹², e que, posteriormente viria a ser reconhecido

¹² Vale ressaltar que algumas autoras (Sakata; Viana, 2021) afirmam que esse movimento, mais conhecido como *Sufragettes*, ou Sufragistas, foi um movimento massivamente branco, no qual faziam parte mulheres intelectuais advindas da classe média e alta brasileira.

como a primeira onda do feminismo (Louro, 2012, p. 19) e sua principal reivindicação era pelo direito à educação e ao pleno direito político de serem incorporadas no processo de tomada de decisão: o direito ao voto. Apesar das grandes discussões travadas em 1850, é apenas em 1891 que a pauta chega ao Congresso Nacional. Influenciados pelo movimento feminista internacional, alguns deputados propuseram o direito ao voto às mulheres que possuísem diploma de ensino superior e que não estivessem mais sob tutela familiar. O resultado de tal discussão acentuou o pensamento da época em relação às mulheres, inferiorizando o intelecto feminino e atribuindo ao gênero o papel enclausurado dentro das relações familiares.

Neste mesmo período nomes como o da educadora Nísia Floresta surgem, a escritora e poeta rompia com os ideais conservadores da época e também com a expectativa que o patriarcado tinha em relação ao controle das mulheres dentro das dinâmicas privadas. Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 - 1885), ou conhecida por seu pseudônimo Dionísia Gonçalves Pinto, foi precursora nas discussões feministas no Brasil (Sakata; Viana, 2021), difundindo a ideia da educação para meninas e pela necessidade de um ensino sistematizado e igualitário que ensinasse os sujeitos a serem emancipados e independentes.

Sua atuação cativa pelo seu pioneirismo e inconformismo com as desigualdades em relação ao gênero, em 1832, com apenas 22 anos, já lançava seu primeiro livro *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, trazendo em seus escritos muitos questionamentos e, sobretudo, um ímpeto para respondê-los. Constância Duarte (1997, p. 39) pondera:

Nísia Floresta questiona em 1832 o porquê de não haver mulheres ocupando cargos de comando, tais como de general, almirante, ministro de estado e outras chefias. Ou ainda, porque não estão elas nas cátedras universitárias, exercendo a medicina, a magistratura ou a advocacia, uma vez que têm a mesma capacidade que os homens. Como se vê, ela vai fundo em suas intenções de acender o debate e de abalar as eternas verdades de nossas elites patriarcais.

Por conseguinte, em 1838, residindo no Rio de Janeiro, funda sua primeira escola, o Colégio Augusto, onde teve como objetivo oferecer uma educação de qualidade para meninas, em que se ensinasse o mesmo conteúdo oferecido nos colégios para meninos “pois até então, na grande maioria dos institutos de educação

femininos, predominava a educação da agulha voltada para o ensino de prendas domésticas” (Almeida; Dias, 2009. p. 19).

Nesse período, sendo o universo das mulheres reservado ao doméstico, sua proposta educacional para mulheres não foi bem recebida socialmente, tendo sua prática questionada, afinal, em tal época, não existia justificativa para que as mulheres entrassem em contato com práticas pedagógicas e conteúdos que eram reservados aos homens. O jornal O Mercantil, do Rio de Janeiro, publicava a seguinte afirmação:

Há casas de educação que têm o mau gosto de ensinar às meninas a fazer vestidos ou camisas. Mas parece que D. Augusta acha isto muito prosaico. Ensina-lhes latim. E por que não grego e hebraico? Pobre diretora! Está tão satisfeita de si mesma e de seu colégio; está tão intimamente persuadida que é o primeiro estabelecimento de instrução do império, que, em verdade causa dó arrancar-lhe tão suave ilusão!..É pois natural que D. Nísia que nunca viu senão o próprio colégio o ponha acima dos demais. Há mais nesta opinião mais ingenuidade do que vaidade. Notaremos apenas a D. Floresta que se esquece um tanto do verdadeiro fim da educação, que é o de adquirir conhecimentos úteis e não vencer dificuldades, sem nenhuma utilidade real. (Jornal O Mercantil, 17 de janeiro de 1847).

Apesar da deslegitimação e desencorajamento para o ensino sistemático voltado para meninas, Nísia Floresta continuou a defender o modo pioneiro de ensinar. Principalmente para combater “a educação da mulher nas escolas restritas aos afazeres domésticos, excluídas sempre dos hábitos de leitura e escrita”. (Saffioti, 1979). Faziam parte da grade curricular as seguintes disciplinas: latim, caligrafia, história, português, francês, italiano, religião, inglês, dança, música, piano, desenho e costura. (Campoi, 2011, p. 203).

Nísia Floresta Brasileira Augusta, ou seu pseudônimo Dionísia Gonçalves Pinto, assim como Lúcia Farinha Almeida, foi pioneira em um momento histórico em que as mulheres viviam diante de uma cultura de submissão, foi a primeira mulher a publicar textos em jornais ainda que a imprensa nacional não reconhecesse a voz feminina. Em vida, publicou dezenas de obras teórico-críticas, textos educacionais, literários e poéticos, reunindo ideias abolicionistas, feministas e pedagógicas. Em um tempo tão incomum para que as mulheres ocupassem esse espaço de evidência, Floresta (1832) questionava: “Certamente Deus criou as mulheres para um melhor fim, que para trabalhar em vão toda sua vida”.

No Brasil, ao fim do século XIX e início do século XX, acontece o fortalecimento das discussões e reivindicações de mulheres por mais acesso à

educação para as mulheres. O primeiro passo para a conquista de tais direitos traduziu-se na possibilidade de apropriação de conhecimentos que até o momento eram reservados ao universo masculino, tais como direitos de cidadania pela participação política e pelo ingresso no mercado de trabalho (Almeida, 1996, p. 71).

No entanto, tais transformações acompanhavam as movimentações políticas dominadas por um projeto republicano positivista, que buscava a formação de uma "consciência nacional" que se pautava em um modelo autoritário de poder. Para que tal agenda fosse implementada, os líderes republicanos no exercício da condução administrativa do Estado, incubiram à educação o papel de manutenção e implementação de tal projeto e pensamento político.

Além disso, existia a tentativa de mitigar os impactos do analfabetismo no país, trazendo à tona os problemas educacionais existentes, para isto ocorreram reformas nas instituições monárquicas no sentido de democratizar o regime político e preparar os cidadãos para o mercado de trabalho. Sendo assim, eram necessárias as criações de novas escolas, conseqüentemente, tendo que aumentar o quadro e a demanda de mão de obra, abrindo espaço para o acesso de mulheres na profissão do magistério. Ou seja, as mulheres passaram a ocupar os espaços de instituições escolares, no entanto, ainda eram subordinadas às concepções ideológicas da política vigente.

Estes ideais positivistas contribuíram para que tal agenda moral desse continuidade na impregnação de ideologias sexistas no projeto de construção de um estado que primava a ordem e o progresso. "A ideologia dominante, que junto com a dominação de classe passava a dominação do sexo masculino sobre o feminino, vinha pela imprensa, pela escola, pela igreja, dissolvidas nas instituições políticas e sociais" (Louro, 1986, p. 29).

Assim, a inserção de mulheres dentro do processo de escolarização serviu, de certa forma, aos interesses e necessidades dos processos de urbanização e projetos de modernização social. Assim como a manutenção das diferenças entre os sexos,

Parece-nos que fica implícito que a posição dominante na escola esperava formar uma jovem com religiosidade, obediente aos superiores e às leis, recatada; uma professora bem preparada para exercer suas funções, ou seja com domínio do saber escolar, habilidades técnico pedagógicas e dedicação quase maternal a seus alunos (Louro, 1986, p. 36)

E, apesar do discurso ideológico ter alocado às mulheres educadoras enquanto reprodutoras das condições sociais impostas ao gênero, como o da domesticação feminina dentro dos ideais de moralidade cristã, da maternidade, da castidade e pureza, ainda que tal ênfase pedagógica apontasse para as virtudes da família e da pátria, muitos homens se sentiram ameaçados e resistentes às mudanças propostas pelos republicanos, afirma Almeida (1996, p. 75):

Nos primeiros anos do século XX, mais precisamente entre 1906 e 1908, jornais femininos e pedagógicos relatavam uma disputa pelo poder dentro da profissão, com os professores resistindo à entrada maciça de mulheres no magistério e chamando-as de usurpadoras do trabalho alheio. Alegavam os homens que não sendo as mulheres chefes de família, nem dependendo do seu salário para sustentar-se e a outros, não poderiam ter os mesmos direitos que os homens.

Deste modo, sendo essa uma prerrogativa e argumento para que o salário das mulheres fosse desvalorizado na profissão. A escola, por consequência, promovia um padrão de "identidade feminina" voltada às alunas e uma identidade masculina voltada aos alunos, transpondo os valores morais e religiosos difundindo os interesses do estado.

Salientamos que apesar da manutenção do *status quo*, as mulheres não ocupavam tal posição de forma passiva, pois a participação das mulheres no processo educacional se deu a partir de sucessivas reivindicações. Assim como Nísia Floresta, outra precursora no movimento de conquista do voto pelas brasileiras e direito à educação, foi a bióloga Bertha Lutz, que após uma temporada de estudos em Paris, retornou ao Brasil em 1919 trazendo os ideais sufragistas do exterior e junto à militante anarquista Maria Lacerda de Moura fundam a Liga de Emancipação Intelectual da Mulher, que em 1922 passe a ser intitulado como Federação pelo Progresso Feminino. A feminista Bertha Lutz fez parte da comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição Brasileira, tornando-se uma das importantes representatividade das mulheres na luta pelo direito ao voto, Lutz foi também a segunda mulher a ingressar no quadro político brasileiro, assumindo a cadeira na Câmara Federal em 1936.

Nos anos seguintes aconteciam as mudanças e transformações da década de 1930, muitas reivindicações aconteciam pelos direitos trabalhistas junto às classes operárias como, também, em relação aos direitos das mulheres através de "sucessivas mudanças de costumes e mentalidades acerca do trabalho feminino,

que vinham na esteira do novo século, para uma sociedade que precisava, de novos atores sociais para o seu desenvolvimento” (Almeida, 1998, p. 70).

Apesar das mobilizações de quase uma década dos movimentos sufragistas no Brasil, é apenas em 1932, no fim da República Velha, que o direito ao voto feminino é assegurado às mulheres, através do decreto nº 21.076. Tendo em vista que os países latino-americanos não se opunham ao movimento sufragista e a elevação ao poder através de decreto-lei de Getúlio Vargas, instituiu-se o novo Código Eleitoral, através do decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, que fornecia, então, a garantia do voto a todas as mulheres brasileiras mas não sob as mesmas condições dos homens. Dessa forma, não houve equiparação em relação às diferenças de gênero. Assim afirmam Limongi; Oliveira; Schmitt (2019, p. 9):

Entre 1932 e 1965, os direitos políticos das mulheres não foram equiparados aos dos homens. De diferentes maneiras, as Constituições e leis vigentes encontraram formas para deixar as mulheres sem renda própria em uma espécie de limbo. Em todo esse período, o alistamento e o voto eram obrigatórios para os homens, mas voluntários para as mulheres que não trabalhavam. Em face das estipulações do Código Civil vigente, a voluntariedade era uma forma disfarçada de deixar a decisão nas mãos do chefe da família, isto é, de não garantir às mulheres o direito de votar, caso seus maridos não autorizassem sua participação na vida política.

Não há dúvidas de que tais direitos garantidos às mulheres continuavam a ser limitados e segmentados, reservados às elites do país, tanto dentro do âmbito político como o da educação. Entretanto, existia uma distinção clara entre a Primeira República (1889 - 1930) e a Quarta República (1945 - 1964), onde houve considerável alargamento da população apta a votar, no caso das mulheres houve uma ampliação em seus direitos, ao mesmo tempo em que todo cidadão acima de 18 anos havia sido garantido o direito ao voto, ainda assim de forma preocupante já que se excluía pessoas não alfabetizadas. Olavo Brasil Lima Jr. (1993, p. 38) pondera:

A Constituição de 46 permitiu o registro eleitoral de todas as pessoas maiores de dezoito anos, com exceção dos analfabetos, dos cidadãos que temporária ou permanentemente perderam seus direitos políticos e dos praças, devendo ser considerada de extrema severidade a restrição imposta aos analfabetos, pois na época era muito baixo o índice de alfabetização.

A política e a educação foi apenas mais um dos espaços naturalmente negados ao gênero feminino, todavia, através de tais transformações sociais após as lutas travadas pelas mulheres e apoiadores do sufrágio universal, é em 1947,

apenas dois anos após a garantia constitucional do voto a todo cidadão brasileiro acima de 18 anos que Lígia Farinha Almeida (PTB), com apenas 25 anos viria a ser eleita na cidade de Bagé/RS e assim como Nísia Floresta, agiu em termos de pioneirismo, coragem e ímpeto. *Seria possível afirmarmos que Lígia está para o Rio Grande do Sul como Nísia esteve para o Rio Grande do Norte?*

5 METODOLOGIA: OS CAMINHOS DA PESQUISA

5.1 Delineamento teórico-metodológico da investigação

Trata-se de um estudo alicerçado na metodologia histórico-crítica¹³, cujo procedimento de análise documental se baseará na proposta de Pimentel (2001, p. 7) onde a autora propõe a pesquisa enquanto um instrumento de reconstituição de memória, na qual por mais que instituições e acontecimentos não pertençam ao cenário atual, não significa que estejam confinados ao esquecimento. Sendo assim, olhando para o viés da pesquisa histórica atentamos ao “[...] conhecimento prévio do contexto social, cultural e material a ser estudado” (Samara; Tuppy, 2007, p. 11).

Neste prisma teórico consideramos fundamental o desenvolvimento de uma metodologia que nos permita compreender não só o objeto de nossa pesquisa, como também, os processos sociais e educacionais de seu período histórico, com o intuito de estudar tais estruturas para que seja possível abarcar elementos externos e internos dos documentos analisados, como adverte Rodrigues (2010, p. 37) “A história é um processo contínuo, constituído por rupturas e descontinuidades, e não uma mera somatória de fatos, o estudo histórico é entendido como uma construção social, e não uma sucessão linear de fatos”. Sendo papel do historiador afinar o olhar para as construções que se deram no passado, com rigor teórico e metodológico, tal como Alessandra Pimentel (2001, p. 192) nos apresenta:

No processo de articulação do presente com o passado, o pesquisador volta-se às suas raízes, ativa ou reativa a memória, distanciando-se assim de uma possível fragmentação quando procura, na investigação, o elo entre esses dois tempos históricos da atividade humana, para além de análises presentistas que o levariam apenas a ratificar o passado e glorificar o presente. A pesquisa historiográfica constitui-se em evidências coordenadas e interpretadas, exigindo do pesquisador o trabalho de suplantar sua própria contemporaneidade sem deixar-se cair, entretanto, num historicismo que se

¹³ Utilizamos-nos do conceito de Dermeval Saviani para refletir a indissociável experiência do sujeito em relação ao social. Pensando, dessa maneira, em uma perspectiva historicizada e consciente dos processos históricos-sociais da educação. Sendo a proposta de Saviani desenvolver uma teoria da educação que defendesse o interesse das classes trabalhadoras, contrapondo os ideais liberais e positivistas. “A fundamentação teórica da pedagogia histórico-crítica nos aspectos filosóficos, históricos, econômicos e político-sociais propõe-se explicitamente a seguir as trilhas abertas pelas agudas investigações desenvolvidas por Marx sobre as condições históricas de produção da existência humana que resultaram na forma da sociedade atual dominada pelo capital. É, pois, no espírito de suas investigações que essa proposta pedagógica se inspira. (...) Sendo a elaboração de uma concepção pedagógica em consonância com a concepção de mundo e de homem próprio do materialismo histórico.” (Saviani, 2007, p. 420).

traduziria em anacronismo, numa interpretação errônea, distorcida do passado.

Considerando que nosso estudo consiste em analisar a trajetória política e educacional de Lígia Farinha Almeida, elegemos a pesquisa em uma abordagem qualitativa por sua relação com as teorias de análise documental, Segundo Bogdan & Biklem (1994) a pesquisa qualitativa é descritiva e seus dados são recolhidos em forma de palavras ou imagens, sendo assim, o oposto do quantitativo onde os dados são interpretados e analisados em números, portanto, o enfoque de tal investigação interroga os sujeitos da pesquisa considerando enquanto vital o contexto no qual estavam inseridos.

Bogdan & Biklem (1994) argumentam que os pesquisadores que elegem o método qualitativo estão constantemente questionando seus objetos de estudo, sejam eles documentos, fotografias, entrevistas e etc. Isso ocorre com o objetivo de compreender o que eles vivenciaram e como interpretaram suas experiências, assim como a forma como esses sujeitos organizam o mundo social ao qual pertencem/pertenciam (Bogdan; Biklem, 1994, p. 51).

Isto é, abarca-se na pesquisa qualitativa elementos internos e externos dos objetos analisados, bem como, o contexto social, educacional, político e econômico assim como o recorte temporal no qual tais documentos estão inseridos a fim de que se possa compreender melhor o que está sendo pesquisado. Segundo Bogdan & Biklem (1994), tudo é posto em dúvida e não escapa à análise, já que a descrição empregada na abordagem qualitativa atua como um método de coleta de dados, com o objetivo de não deixar passar nenhum detalhe despercebido.

Deste modo, consideramos a importância de elegermos técnicas que possibilitassem o acesso a tais materialidades históricas, como a sugerida por Pimentel (2001) com a chamada “garimpagem” das fontes onde a autora considera enquanto um processo de articulação entre o presente e o passado

O pesquisador volta-se às suas raízes, ativa ou reativa a memória, distanciando-se assim de uma possível fragmentação quando procura, na investigação, o elo entre esses dois tempos históricos da atividade humana, para além de análises presentistas que o levariam apenas a ratificar o passado e glorificar o presente (Pimentel, 2001, p. 192).

Tal estratégia de coleta de dados também esteve alinhavada a pesquisa de campo, uma vez que a os documentos elegidos não eram suficientes para delinear o

recorte temporal em proposta de análise, à vista disso, fez-se necessário recorrer a entrevistas semi-estruturadas com familiares e amigos de Lígia Farinha Almeida, deste modo duas estratégias foram elencadas para realização da pesquisa em questão, como afirma Appolinário (2009, p. 85):

Sempre que uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica, diz-se que a pesquisa possui estratégia documental (ver pesquisa bibliográfica). Quando a pesquisa não se restringe à utilização de documentos, mas também se utiliza de sujeitos (humanos ou não), diz-se que a pesquisa possui estratégia de campo.

Desta maneira, foram elencadas as fontes primárias e secundárias. Sendo as fontes primárias os dados originais que não houveram tratamento prévio por outros pesquisadores das quais “requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007, p. 70). E as secundárias que são compreendidas enquanto dados de segunda mão (Oliveira, 2007), ou seja, informações que já foram analisadas e publicadas por outros estudiosos e que já estão disponíveis em domínio público, no processo que chamamos de revisão sistemática da literatura ou o estado da arte.

No fim do século XIX junto a escola positivista, o conceito de documento e o registro majoritariamente escolhido pelos historiadores era o documento escrito, sobretudo o oficial, como crítica Cellard aponta enquanto “uma abordagem conjuntural, focada, sobretudo, nos fatos e gestos dos políticos e dos ‘maiorais’ desse mundo” (Cellard, 2008, p. 296), no entanto, este conceito tem sido amplamente alargado à medida que novos estudos contrapunham os ideários positivistas da época e traziam novas noções para análises e leituras da escrita da História enquanto disciplina e método. Para isto, abarcamos em nossa pesquisa o conceito de documento que o vê enquanto “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’” (Cellard, 2008, p. 296). Considerando, também, que “pode tratar-se de texto escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc” (Cellard, 2008, p. 297). Quiçá, poder-se-ia qualificar enquanto documento entrevistas, ou anotações feitas durante uma observação. (Cellard, 2008).

Para tanto, foram selecionadas as seguintes fontes/documentos¹⁴ como objeto de análise: 1) Fontes escritas: Documentos, livros e projetos de lei. 2) Fontes orais: Dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas. 3) Fontes gráficas e imagens: Fotografias, quadros e retratos. 4) Fontes hemerográficas: Jornais. E por fim, registros de batismo, casamento e óbito.

Para que seja possível apoiarmo-nos em tais objetos de análise e justificá-los em nossa pesquisa, nos baseamos em José Edimar de Souza e Cristian Giacomoni (2021) que a partir dos estudos das noções de documento de Cellard (2008) concluem que um registro preservado possibilita aos pesquisadores compreender, discutir e analisar as “dimensões do tempo, do social, do cultural e de tantos outros fatores ligados a um determinado contexto histórico. Além disso, podemos caracterizar como documento tudo o que elegemos como fontes que nos auxiliam a elucidar nossos problemas de pesquisa.” (Souza; Giacomoni, 2021, p. 140).

Dessa forma, as escolhas feitas, o recorte de temporalidade e espaço orientados pelos objetos de estudo, hipóteses e problema da pesquisa fundamentam a utilização da análise documental enquanto metodologia, pois ela “[...] organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente e o que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” presentes nos documentos selecionados (Foucault, 2005, p. 95). Ademais, é papel do pesquisador considerar “[...] 1) as condições de produção do documento; 2) os procedimentos internos; 3) as condições de circulação do documento; 4) a materialidade do documento; 5) a apropriação; 6) a preservação”. (Luchese, 2014, p. 151).

Aliás, considerando tais pontuações feitas por Luchese (2014), apoiarmo-nos na abordagem teórica da história-crítica social em uma perspectiva antipositivista (Saviani, 2004, p.8) para considerar a política do município de Bagé, localizada no Rio Grande do Sul, refletindo, em particular, a atuação educacional e pedagógica da vereadora Lígia Farinha Almeida (1947 - 1955).

Surgem, assim, as *categorias de análise* (Ludke;Andre, 1986), a etapa de análise dos documentos propõe-se a reelaborar conhecimentos para que seja

¹⁴ “Compreende-se que os documentos históricos são caracterizados pelos registros das oralidades, textos, imagens e materiais preservados por sujeitos, sociedades ou instituições, que são permeados pelas relações de poder e por intencionalidades e que necessariamente são uma construção do historiador frente a seu objeto e objetivos de pesquisa.” (Souza; Giacomoni, 2021, p. 140).

possível compreender os fenômenos. O pesquisador busca através de seu arcabouço teórico olhar para tais materialidades históricas questionando-as, buscando a compreensão do espaço/recorte temporal inscrito e através de sua questão de pesquisa, se possível, responder tais perguntas através da análise. Os documentos por si só não contarão a história, por isso faz-se necessário interpretá-los, sintetizando informações e identificando padrões situando-os em uma estrutura teórica a fim de que possam ser compreendidos.

Sendo este o momento de “reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos chave” (Cellard, 2008, p. 303). Logo, o pesquisador poderá prover uma leitura coerente de acordo com os questionamentos inicialmente feitos.

5.1.1 Delimitação e local da pesquisa

Caracterizando-se, dessa forma, enquanto uma pesquisa empírica e qualitativa na qual os dados são coletados através de entrevistas semi-estruturadas e em fonte documental localizados no Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda, Biblioteca Pública do município de Bagé, Museu Dom Diogo de Souza e Arquivo Privado. Logo, apoiamo-nos em um arcabouço teórico que possibilite olhar para além das fontes e, de certa forma, construir sentidos e significados a partir delas. Como salienta Alessandro Bica (2013, p. 32):

A pesquisa documental se apresenta como uma técnica decisiva na área das ciências humanas e sociais, pois a base empírica destas pesquisas se revela pelo uso de fontes escritas. Logo, a análise documental se constitui em um importante aporte teórico-metodológico na pesquisa qualitativa, impulsionando o surgimento de novos aspectos de um tema ou de um problema de pesquisa.

Neste sentido, inicialmente foi feito um levantamento de documentos e registros no Arquivo Público Municipal da cidade de Bagé, em busca de materialidade documental que pudesse reconstituir e apresentar quem foi Lígia Farinha Almeida (1922 - 1988), assim como sua atuação enquanto primeira mulher eleita na Câmara de Vereadores do Município (1947 - 1955). Sendo assim, nosso objetivo foi construir um inventário de seus Projetos de Lei, Homenagens,

Fotografias, Notas em Jornais e Cartas anexadas em seus projetos. Além disso, foram feitas visitas à Biblioteca Pública Municipal e Museu Dom Diogo de Souza, a fim de que pudéssemos buscar na Literatura Historiográfica, autores que trazem em seus escritos figuras importantes para Bagé, constatando, desta maneira, certo apagamento de mulheres que atuaram na política partidária no município.

Sobre o cuidado metodológico na reconstituição dos caminhos trilhados por tal figura feminina, nos atemos para importância de delimitar diferentes fontes para que assim fosse possível compreender sua atuação e o contexto social-histórico no qual Lígia Farinha Almeida estava inserida, para isso, utilizamos Carlos Bacellar, em seu texto *Fontes Documentais*, onde o autor afirma que é imprescindível “[...] cruzar fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências” (Bacellar, 2006, p. 72). E, também, consideramos o rigor e responsabilidade do historiador no trato com a Análise de Documentos, pois “[...] consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não lhes acrescentar nada do que eles não contêm”. (Le Goff, 2012, p. 536).

Assim sendo, e considerando o limitado número de documentos encontrados no Arquivo Público e Biblioteca Pública, é que propusemos a busca dos Arquivos Privados¹⁵, buscando, desta maneira, familiares e amigos que tenham tido alguma forma de contato com Lígia Farinha Almeida. Objetivamos o desenvolvimento de entrevistas semi-estruturadas com base em um questionário pré-estabelecido (Apêndice A) com o propósito de guiar e organizar o diálogo em termos do objetivo do projeto. Ressaltamos que a narrativa histórica torna-se possível a partir das entrevistas gravadas, que foram posteriormente transcritas, e que tornam-se documentos empíricos passíveis de análises.

5.1.2 As chamadas fontes

Durante a coleta dos documentos investigados neste estudo, nós nos dedicamos a dois conjuntos distintos: documentos de caráter público e documentos de cunho privado.

¹⁵ A documentação de caráter privado pode dizer respeito a acervos de pessoas, de famílias, grupos de interesse (militantes políticos, instituições, clubes etc.) ou de empresas. (Bacellar, 2006, p. 42).

- **Documentos Públicos:**

Tais fontes são compreendidas enquanto documentos encontrados e consultados em Arquivos Públicos do Município de Bagé “Ainda que ela seja dita pública, ela nem sempre é acessível. Esse tipo de arquivos compreende comumente: arquivos governamentais (federais, regionais, escolares, ou municipais)” (Cellard, 2008, p. 297). Assim como os documentos não-oficiais mas que também foram matéria importante para refletirmos sobre os aspectos do período investigado como “ jornais, revistas, periódicos e qualquer outro tipo de documentos distribuídos: publicidade, anúncio, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos, etc” (Cellard, 2008, p. 297).

Os documentos consultados e que serão posteriormente analisados neste trabalho compõe Projetos de Lei propostos por Lígia Farinha Almeida entre 1948 a 1955:

QUADRO 03 - Documentos investigados no Arquivo Público Municipal Tarcísio**Taborda**

DOCUMENTO	ANO	FONTE	LOCAL	CARACTERÍSTICA DO MATERIAL
Lei Municipal Nº 81/49 e Lei Municipal Nº 16/49-1	1949	Cod. 022.16 Leis Sancionadas nºs: 18 a 103. Anos 1948 a 1950.	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Regula a concessão de matrículas gratuitas e Emenda ao art.11.
Lei Municipal Nº 16/49-2	1949	Cod. 022.16 Leis Sancionadas nºs: 18 a 103. Anos 1948 a 1950.	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Estabelece normas para a admissão de professores no Magistério Primário Municipal.
Lei Municipal Nº 17/49-2	1949	Cod. 022.16 Leis Sancionadas nºs: 18 a 103. Anos 1948 a 1950.	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Institui a obrigatoriedade da sopa escolar em todas as aulas municipais.
Lei Municipal Nº 17/49-2 - Revogação	1949	Cod. 022.16 Leis Sancionadas nºs: 18 a 103. Anos 1948 a 1950.	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Revogação da lei que institui a obrigatoriedade da sopa escolar. (Proposta por outros vereadores)
Lei Municipal Nº 17/49-2	1949	Cod. 022.16 Leis Sancionadas nºs: 18 a 103. Anos 1948 a 1950.	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Substituto da lei que institui obrigatoriedade da sopa escolar.
Decreto Legislativo nº 762 e Resolução Nº 009/01	1990	Processo nº 1425/88 e Processo nº 2114/01. Resolução 009/01	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Denomina Lígia Farinha Almeida a uma via pública.
Documento do Estado do Rio Grande do Sul	1922	Livro A39. Folhas 48 Vº. Termo 197.	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Termo do Registro de Nascimento de "Lygia Farinha Almeida"
Projeto de lei nº 089/19	2019	-	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Comenda de Mérito Vereadora Lígia Farinha Almeida
Edições do Jornal Correio do Sul	1947, 1955 e 1988	20 matérias jornalísticas	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Matérias que mencionam Lígia Farinha Almeida e/ou o processo eleitoral de Bagé da época.
Atas e protocolos	1947 - 1955	16 Atas e Protocolos	Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda	Atas e protocolos de solicitações e pedidos da Câmara Municipal de Vereadores

Fonte: Autora (2022)

QUADRO 04 - Documentos investigados no Museu Dom Diogo de Souza

DOCUMENTO	ANO	FONTE	LOCAL	CARACTERÍSTICA DO MATERIAL
Matéria jornalística	1986	Jornal Correio do Sul	Museu Dom Diogo de Souza	Entrevista de Lúgia Farinha Almeida concedida ao jornal Correio do Sul

Fonte: Autora (2022)

O jornal Correio do Sul¹⁶ foi fundado em 20 de setembro de 1914 em Bagé, sendo considerado um dos impressos mais difundidos socialmente desde seu lançamento, de acordo com Cláudio Lemieszek (2013, p. 50) o jornal possuía os equipamentos mais modernos na época de sua criação, o maquinário e impressoras eram movidas a eletricidade. As edições completas desde seu ano de criação podem ser encontradas no Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda e diversas edições no Museu Dom Diogo de Souza em ótimo estado de preservação. O uso deste material foi de extrema importância para compreendermos o momento político e educacional do período em que Lúgia Farinha Almeida foi vereadora em Bagé, neste sentido, concordamos com Bica (2012, p. 4) quando afirma que “Os jornais sempre foram usados para descrever ações, opiniões e mudanças pretendidas pelos dirigentes do Estado e/ou instituições escolares possuindo uma importância como meio de divulgação de suas práticas”. À vista disso, podemos afirmar que a imprensa periódica contém elementos importantes para potencializar este estudo, tanto para compreender o momento político ao qual este estudo se refere, assim como os processos escolares, educacionais e os debates em torno a primeira mulher eleita vereadora no município de Bagé.

¹⁶ A coleta dos dados e conteúdo no impresso do Correio do Sul se deu de forma manual, na leitura do dia-a-dia e nas visitas ao Arquivo Público Municipal e Museu Dom Diogo de Souza, apenas dentro do recorte temporal em que a pesquisa se propôs a pesquisar, sendo possível, desta maneira, tirar fotocópias das informações das matérias na íntegra, onde, além da leitura prévia, foram analisados, catalogados, fichados e organizados em diferentes pastas de acordo com sua cronologia.

QUADRO 05 - Documentos investigados na Biblioteca Pública Municipal

DOCUMENTO	ANO	FONTE	LOCAL	CARACTERÍSTICA DO MATERIAL
Descrição da presença feminina no Legislativo Bageense	2007	"Bagé: Fatos e personalidades"	Biblioteca Pública Municipal Doutor Otávio Santos	Livro de Mário Nogueira Lopes "Bagé: Fatos e personalidades" publicado em 2007, Evagraf.
Fotografia de Lúcia Farinha Almeida	1947	-	Biblioteca Pública Municipal Doutor Otávio Santos	Quadro de diretores da Biblioteca Pública Municipal

Fonte: Autora (2022)

- **Documentos Privados:**

Tendo em vista o limitado número de documentos preservados em arquivos públicos do município de Bagé, fez-se necessário utilizarmos de outro método de investigação para compreendermos o objeto de nossa pesquisa, neste caso, as entrevistas semi-estruturadas que nos possibilitam um olhar íntimo e pessoal da vivência experimentada por Lúcia Farinha Almeida, assim como investigar como ela era percebida pelo olhar familiares e amigos no momento em que era elegida a primeira mulher vereadora da cidade de Bagé/RS.

Para realização de entrevistas utilizamos os pressupostos da História Oral, considerada enquanto uma metodologia que contrasta dimensões vivas, vivências e experiências, que trazem para historiografia novas perspectivas ao historiador, centrando-se "na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido." (Matos; Senna, 2011, p. 96), desta forma, através da oralidade podemos construir retalhos de memória a respeito de momentos e acontecimentos do passado. Assim como afirma Alberti,

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (Alberti, 1989, p. 52).

É importante ressaltar que reconhecemos a história oral como parte importante da reconstrução de momentos históricos, pois, além de produzir

informação pode ser confrontada e analisada junto à outros documentos escritos, e é nesta perspectivas que iremos trabalhá-los, tendo em vista que “[...] há coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa oral não permite sequer que sejam colocadas” (Garrido, 1993, p. 39).

Além disso, olhamos para a História Oral e Memória enquanto dois dispositivos indissociáveis, sendo impossível dialogarmos com um em detrimento do outro, apesar de que alguns autores considerarem a Memória frágil enquanto aporte teórico, porque ao revisitar o passado novas nuances podem ser acrescentadas, utilizamo-nos de Almeida (2009) para refletir seu uso, pois a “memória e história oral se aproximam e se confundem nas pesquisas. A memória constitui-se em documento histórico, e a história oral é a metodologia aplicada no intuito de operacionalizar o diálogo entre teoria e os dados empíricos” (Almeida, 2009, p. 221, 222).

Para tanto, complementando a documentação analisada, a utilização das fontes orais foi importante para compreender como Lígia Farinha Almeida é lembrada e percebida por aqueles que a conheceram ou prestaram homenagens a ela postumamente, tais entrevistas tiveram como objetivo preencher certas lacunas deixadas pelos documentos históricos a fim de complementar os fatos analisados e transcritos. A oralidade complementa o trabalho do pesquisador no sentido de reviver a memória de pessoas que tiveram vínculos com a temática estudada, desta maneira, integrando o recorte temporal desvelado. Apesar disso, é importante ressaltarmos que o relato oral baseado em um depoimento de memória pessoal pode estar imerso em um depoimento parcial e que remonta os fatos ocorridos podendo sofrer influência de ideologias, dificuldades de lembrar de acontecimentos da forma que aconteceram, para isto, o trato com as fontes orais se deram da mesma maneira que qualquer outra fonte documental, avaliadas e analisadas em contraponto com outras distintas fontes.

Cabe, portanto, ao pesquisador captar essas histórias e vivências e traduzi-las de forma pontual e objetiva conforme as escolhas teóricas, para Peter Burke (1992, p. 4) as “nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”.

As entrevistas foram realizadas no período de 2022 e 2023 após o contato inicial com os documentos históricos. Diversos foram os convidados para a participação na pesquisa, no entanto, após diversos convites chegamos aos quatro convidados presentes na investigação. Após a realização das entrevistas, o material foi salvo em diferentes pastas, cada entrevista foi transcrita na íntegra e após isso elencamos os métodos de análise que se basearam na organização do material, codificação, transcrição e categorização a partir de temáticas. Os trechos contidos neste trabalho foram selecionados para a composição da análise de acordo com a pertinência da discussão e objetiva de acordo com as perguntas semi-estruturadas e indícios dos acontecimentos do recorte temporal escolhido.

QUADRO 06 - Documentos investigados de Ordem Privada

DOCUMENTO	ANO	FONTE	LOCAL	CARACTERÍSTICA DO MATERIAL
4 entrevistas semi-estruturadas	2023 - 2024	2 entrevistas com familiares de Lígia Farinha Almeida 1 Vereador da Câmara Municipal de Vereadores 1 Eleitora de Lígia Farinha Almeida	Arquivo de ordem privada.	Vozes que rememoram Lígia Farinha Almeida, transcrição de trechos de 4 entrevistas realizadas.

Fonte: Autora (2022)

6 A ATUAÇÃO POLÍTICA, EDUCACIONAL E PEDAGÓGICA DE LÍGIA FARINHA ALMEIDA

Para que seja possível compreender a atuação de Lígia Farinha de Almeida enquanto primeira mulher vereadora eleita no município de Bagé, faz-se necessário compreender os momentos políticos e educacionais que estavam postos à época, bem como os agentes que faziam parte do processo histórico e que foram, por sua vez, mencionados nos documentos enquanto sujeitos que inspiraram a atuação de Lígia Farinha Almeida, bem como, faziam parte da composição do partido ao qual a educadora estava inserida, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), contrapondo, dessa forma, a noção de uma narrativa da história que se ocupa em aprofundar-se tão somente em grandes personagens e acontecimentos políticos que privilegiam narrativas da elite em um processo de manutenção das oligarquias de poder, concordando, portanto, com Alessandro Carvalho Bica no artigo "Os primeiros olhares sobre as instituições escolares de Bagé" onde afirma que:

A partir da compreensão, que os estudos em História da Educação surgem de uma necessidade de uma renovação teórico-metodológica, temos por base que estes trabalhos pretendem dar voz aos esquecidos, aos atores envolvidos nos processos educativos, ao cotidiano escolar, aos aspectos da cultura escolar, bem como enfatizar uma visão mais profunda sobre os espaços sociais, materiais, culturais e políticos (Bica, 2009, p. 2).

Compreende-se então, a importância da compreensão do contexto sócio-histórico, político e educacional posto no período em que Lígia Farinha Almeida atuou enquanto vereadora na Câmara Municipal de Bagé (1947-1955), possibilitando, neste sentido, uma leitura que transita do macro (Brasil) para o micro (Bagé), podendo, então, nos trazer noções, perguntas e possíveis respostas a respeito das ideias e proposições levantadas pela educadora objeto de nossa investigação, assim como Bica (2009) afirma ao refletir sobre as novas pesquisas que envolvem a história da educação que abrangem "estudos mais localizados e regionalizados, permitindo leituras mais singulares que levam o pesquisador a uma inserção muito mais profunda em seus recortes temporais, priorizando as questões de pesquisa e um contato mais próximo de suas fontes." (Bica, 2009, p.3).

Isto posto, ao realizar a pesquisa investigativa foi possível identificar em alguns relatos em anexo aos documentos em homenagem a educadora

protocolados postumamente, bem como matérias jornalísticas do *Jornal Correio do Sul*, nestes era de comum acordo a afeição de Lígia Farinha Almeida por algumas figuras políticas tais como Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, estes a incentivaram a ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pleitear a primeira eleição após a redemocratização do país em 1947. Assim como Carlos Kluwe, jogador de futebol pelo Internacional, médico de renome e prefeito do município de Bagé, no período de 1947 a 1951, pelo Partido Social Democrático (PSD) e que também era amigo de infância de Lígia Farinha Almeida.

Para tanto, este capítulo intitulado *A atuação política, educacional e pedagógica de Lígia Farinha Almeida* apresentará a contextualização sócio-histórica do período ao qual nos propomos investigar, bem como, a análise e discussão dos dados investigados.

6.1 A Era Vargas, a Redemocratização, o Partido Trabalhista Brasileiro e os atores políticos influências de Lígia Farinha Almeida

Lígia Farinha Almeida cresceu durante o período do Estado Novo, que teve início aos seus 9 anos de idade, em 1930, e findou-se em meados de seus 24 anos, em 1945, cresceu, pois, sob influência dos discursos e doutrinas educacionais do governo de Getúlio Vargas, o estadista a influenciara, principalmente, com seus discursos e ações em defesa dos direitos trabalhistas e da educação, áreas com as quais a educadora tinha mais afinidade e que posteriormente, durante seus dois mandatos enquanto vereadora, viria a elencar potentes e inéditos projetos de leis que primavam melhores condições para trabalhadores da educação e, também, para crianças e jovens das escolas de Bagé. No entanto, quem foi e como foi o governo de Getúlio Vargas e qual foi a importância de Alberto Pasqualini para a constituição do Partido Trabalhista Brasileiro? Para isto, recuperamos excertos da história a fim de compreendermos as inclinações e posicionamentos políticos de nossa vereadora e educadora Lígia Farinha Almeida.

Getúlio Dorneles Vargas, advogado, nascido em São Borja, Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1883, teve sua vida política iniciada enquanto Deputado Estadual no período de 1909 a 1921 pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), após ser derrotado nas urnas durante a candidatura à Presidência da

República pelo candidato Júlio Prestes, Vargas assume o governo do Rio Grande do Sul articulando, dessa maneira, o movimento de deposição do presidente Washsington Luís, Getúlio Vargas foi o político brasileiro que mais ocupou o cargo enquanto presidente da república, durante 15 anos consecutivos, em um período reconhecido enquanto a Era Vargas, entre 1930 e 1945. Tornando-se presidente através de um golpe de Estado que ficaria conhecido enquanto "Revolução de 1930", por sua vez, o caráter de seu governo com requintes autoritários e centralizador trouxe uma série de avanços na modernização da estrutura social, educacional e econômica do país. Getúlio Vargas tendo sido presidente da província do Rio Grande do Sul era reconhecido no Estado por seus discursos conciliadores e populistas (Pontes, 2015).

De acordo com Lira Neto (2019) ao passo que Getúlio Vargas realizava sua campanha em todos os Estados do Brasil, com o coro da população em apoio a sua toada, Vargas depôs os presidentes das províncias, dissolveu o Congresso Nacional, as câmaras municipais e as assembleias legislativas, realizando um golpe de Estado, sob a promessa de convocar uma nova assembleia constituinte, assumindo o poder em um governo que intitulava enquanto provisório, tendo o Estado Novo iniciado em 1937 e findado em 1945. Durante seu governo, no decorrer de 15 anos consecutivos, a Era Vargas foi lembrada enquanto um ato que modernizou as estruturas econômicas, políticas e sociais do Brasil, trazendo em seu discurso demandas populistas que se materializavam em políticas públicas e direitos trabalhistas, sendo o Brasil reconhecido nacionalmente, até aquele momento, enquanto agro-exportador, tais políticas advindas do pensamento político de Vargas, transformaram o país em um processo de urbanização e industrialização.

A educação também foi uma das áreas de primazia para a construção deste projeto político, tendo em vista que foi utilizada enquanto um instrumento da legitimação do poder de Getúlio Vargas, trazendo fortemente em suas concepções o discurso nacionalista que tinham como objetivo o ensino de história, moral e civismo no intuito de se criar uma identidade nacional que defendesse os interesses do Estado (Cavazzani; Cunha, 2017).

Dessa forma, a partir da década de 30, durante os governos que viriam a seguir, as políticas adotadas tiveram como objetivo o processo de industrialização do Brasil, fomentando, a crescente e necessidade de mão de obra, ao mesmo passo que o processo de urbanização acontecia em todos os Estados do Brasil. Não sendo

diferente no município de Bagé, como observa Cláudio Lemieszek no livro "Bagé - Relatos de sua história":

Um capítulo importante para a história de Bagé foi a Revolução de 1930, onde novos rumos foram traçados para o Brasil e a implantação do Estado Novo, em 1937, trouxe implicações de ordem política. Entre os anos de 1935 e 1945 houve uma constante ampliação e urbanização na cidade, que respaldou no melhoramento do traçado urbano (Lemieszek, 1997).

Getúlio Vargas havia vasto apoio e clamor popular na cidade de Bagé, tendo visitado o município pela primeira vez em outubro de 1943, sendo recebido em uma grande cerimônia pelo prefeito Jerônimo Mércio Silveira e o presidente da Associação Rural José Carrion Mógliã, a grande recepção contou com desfile de tropas militares da cidade, encontro na Prefeitura Municipal de Bagé, visita à Associação Rural, visitas técnicas com a comitiva sendo transportadas pelo trem da Estação Rodoviária de Santa Thereza e encerramento em jantar oferecido pela prefeitura no Clube Comercial. Em seu discurso anunciava a construção da rodovia de acesso entre Bagé e o município de Aceguá, a construção de pontes, a construção de um pavilhão de exposições do Parque da Rural autorizando decreto para sanção, liberando o custeio da obra.

Em matéria publicada no Jornal Minuano¹⁷ relatam a recepção acalorada realizada pelos bageenses,

O povo estava nas ruas para recepcionar Vargas. Entre os cartazes espalhados pela cidade, destacava-se um longo texto: "Bagé saúda o Dr. Getúlio Vargas e apresenta-lhe, não apenas as suas saudações, mas também quer declarar de público que venera seu nome e se orgulha de sua obra".

A avenida Sete de Setembro estava tomada, com destaque para os trabalhadores, que faziam questão de erguer bandeiras para aquele que deu ao operariado nacional uma legislação social impar no mundo.

Estudantes foram colocados nas ruas centrais por onde passaria o presidente. Três colégios organizaram uma "parada cívica" diante do imponente prédio público da avenida General Osório, onde está a Prefeitura. E quando, ao lado do monsenhor Costábile Hipólito, Getúlio apareceu na sacada, ouviu um retumbante "Viva o Brasil" acompanhado de tambores.

Além de três mil estudantes, uma multidão que lotava toda a extensão do quarteirão da Praça Silveira Martins e parte de outras quadras dos arredores começou a gritar "Getúlio, Getúlio". Do alto da sacada, o presidente parou para observar e acenar. Sua emoção estava estampada. (Minuano, 23 de fevereiro de 2013)

¹⁷ Posteriormente, Getúlio Vargas retornaria à cidade em 1950, durante sua campanha eleitoral para Presidente da República e, novamente, em 1953 em uma agenda oficial enquanto presidente eleito democraticamente. (Jornal Minuano, 23 de fevereiro de 2013)

FIGURA 06 - Getúlio Vargas em sua primeira visita ao município de Bagé
(10/10/1943)



Fonte: Jornal Minuano

Este clamor popular devia-se ao teor populista dos discursos e ações do governo de Getúlio Vargas, um exemplo disso é a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), realizada por Vargas como uma das primeiras ações de seu governo, atendendo, dessa maneira, um anseio da população e de intelectuais que demandavam por ações do Estado no sentido de elevar a educação no Brasil, principalmente dado ao fato de um grande problema e deficiência da educação brasileira que era os grandes índices de analfabetismo (Fagundes, 2011). Além disso, fortalecia a relação com os trabalhadores, aparelhando os sindicatos e criando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

No que diz respeito às mulheres, fato este que muito provavelmente inspirou Lígia Farinha Almeida a guinar para a vida política, foi o extenso apoio aos direitos das mulheres ao voto dado por Getúlio Vargas em 1931, que contrapunha os ideários políticos da época, tendo em vista que apoiava a larga extensão ao voto às mulheres acima de 21 anos, considerando, também, mulheres desquitadas (sic), é o

que podemos observar no excerto encontrado no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, matéria de autoria de Antônio Sérgio Ribeiro (PTB)¹⁸:

Em entrevista à imprensa, em 14 de setembro de 1931, a presidente da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, entidade fundada no Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1922, Bertha Lutz, afirmou que "é um fato interessante, que as revoluções de pós-guerra têm favorecido a mulher", e ainda enaltecia a figura do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, que, perante as participantes do II Congresso Internacional Feminista, realizado do mês de junho na Capital Federal, defendeu a oportunidade da remodelação da estrutura política nacional. Cumprindo a sua palavra, foi elaborado um anteprojeto de lei eleitoral por uma comissão presidida pelo ministro Assis Brasil, que desagradou inclusive ao Consultor Geral da República, Levi Carneiro, que o achou "por demais complicado, dispendioso e de funcionamento demorado". **No tocante ao voto feminino, divergiu de restrições impostas, notadamente à mulher desquitada.** Também se manifestaram no mesmo sentido os juristas Clóvis Bevilacqua e Mozart Lago e a escritora Amélia Bevilacqua. (Ribeiro, 2004, p. 1, grifos nossos)

Vargas discordava veemente das restrições impostas às mulheres, desta maneira, intuiu ao Código Eleitoral Brasileiro, no ano de 1932, o artigo que determinava o direito ao voto a qualquer cidadão brasileiro maior de 21 anos, sem distinção de sexo, assim como, em disposições transitórias, dispunha que homens e mulheres acima de 60 anos e as mulheres em qualquer idade podiam se isentar da obrigação eleitoral, se assim fosse o desejo, não havendo a obrigatoriedade do voto. Não obstante, rapidamente foi realizado o alistamento eleitoral em todo país, com pequena aderência de mulheres em alguns Estados. É, então, em 1933 que se elege a primeira deputada brasileira, a paulista Carlota Pereira de Queiróz, sendo a segunda eleita Bertha Lutz, líder do movimento de mulheres que garantiu que a discussão fosse realizada e materializada no Código Eleitoral. Todavia, em 1934, com a promulgação da Constituição, a idade mínima para o exercício do voto passou a ser 18 anos de idade, contudo, a democracia brasileira se esvai dado ao golpe do Estado Novo, ocorrido em 1937, que irrompeu todo Poder Legislativo por quase 10 anos.

A partir de diversas tensões que ocorriam no Brasil na década de 40 e com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ocorre uma ebulição no país no que diz respeito às discussões envoltas as eleições, movimento este que foi defendido pelos militares, a partir disso, considerando que Getúlio Vargas não teria

¹⁸ Ver mais em: RIBEIRO, Antônio Sérgio. **A mulher no Parlamento brasileiro.** In. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004. Link: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=265565> Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

condições de conter manifestações contra a ditadura que irrompiam até mesmo dentro de seu governo, Vargas acaba por renunciar em 1945, declarando a reabertura do processo democrático, do legislativo e de partidos políticos, convocando as eleições.

Acontece, dessa forma, a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que neste mesmo período outros dois partidos começam a ocupar importante papel no cenário político brasileiro, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), tais partidos ganham certo destaque regionalizado a medida que durante as eleições municipais estavam a eleger grande parte de seus candidatos.

De acordo com Angela Gomes, no artigo "Uma breve história do PTB" (2002), o partido contava com uma grande articulação junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tinha como uma grande figura Getúlio Vargas, o estadista daria continuidade a suas propostas através de uma estrutura política que tinha em suas concepções os ideários governamentais do Estado Novo, Gomes afirma que "o partido era claramente a coroação de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizou muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no ministério do Trabalho (Gomes, 2002, p. 3). Sendo assim, o partido viria a angariar grande afeto popular devido às articulações políticas que privilegiavam uma identidade trabalhista, sendo diversas as matizes ideológicas que tornavam tal partido múltiplo e plural alinhavado com o "sindicalismo, o getulismo, o nacionalismo, o socialismo, o autoritarismo e até mesmo, o comunismo e a democracia social." (Gomes, 2002, p. 7).

Portanto, a partir do processo de redemocratização institui-se a primeira a primeira eleição democrática no país, tendo Eurico Gaspar Dutra¹⁹ do PSD eleito por voto popular em 1945, assumindo a presidência no dia 31 de janeiro de 1946. Outro ator político importante de se mencionar, que incentivou a iniciação de Lígia Farinha Almeida na política partidária, foi Alberto Pasqualini (1901-1960), uma das importantes figuras que atuou na fundação do PTB, Pasqualini além de petebista, foi professor, jornalista, advogado e economista, era reconhecido na seção partidária enquanto "teórico do trabalhismo" (Silva, 2012, p. 17), projetando-se politicamente dentro do partido e conquistando apoiadores em diversos Estados, atuando

¹⁹ Eurico Gaspar Dutra governou o país na Quarta República, no período de 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951 pelo Partido Social Democrático.

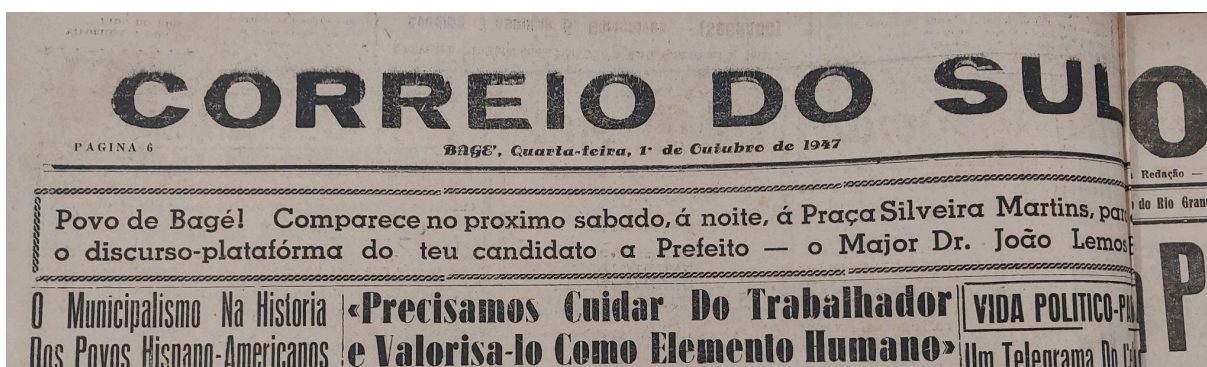
enquanto diretor nacional do PTB e Senador da República no período de 1951 a 1955, tendo desempenhado grande papel na criação da Petrobras.

Assim, refletindo sobre os caminhos imbricados no processo de redemocratização do Brasil e nos remetendo aos atores que foram importantes para a constituição do Partido Trabalhista Brasileiro do qual Lúcia Farinha Almeida fazia parte, faz-se necessário rememorar a primeira eleição no município de Bagé após a redemocratização, ao qual nos ocuparemos no próximo capítulo.

6.2 As primeiras eleições no município de Bagé após a redemocratização (1947-1951)

Um novo momento pairava sobre o Rio Grande do Sul após a reabertura dos legislativos municipais, a população de Bagé regozijava-se com a possibilidade das novas eleições que se aproximavam no ano de 1947, o município experimentava extensa modernização, melhorias em infraestrutura, assistência social (Lemieszek, 1997) e muito se especulava quais eram os candidatos que espreitavam e lançavam suas candidaturas, bem como, quais eram suas propostas de melhoria dos mais diversos setores carentes que necessitavam de especial atenção por parte do poder público. Em meados de setembro de 1947 iniciou-se a abertura do processo eleitoral, onde os partidos principiavam a inscrição de seus candidatos e divulgação de suas propostas nos impressos da cidade, além disso, uma das ações que traziam grande clamor popular e aglomeravam multidões foram os comícios que eram convocadas pelas legendas partidárias, onde apresentavam seus candidatos, suas ideias, planos de governo, enfoques de suas candidaturas.

FIGURA 07 - Convocação para comício e apresentação dos candidatos do PTB (01/10/1947)



Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Era comum de se encontrar nas páginas do jornal *Correio do Sul* as convocações para os comícios junto às propostas dos candidatos que pleiteavam o cargo, os encontros hora aconteciam nas sedes partidárias ou em diversos locais da cidade de Bagé como em praças públicas, nas vilas e nos distritos da cidade e posterior ao grande evento eram publicadas as descrições do clamor popular, da presença da população e, também, a transcrição de discursos dos candidatos. O PTB²⁰, munido de força e apoio da população, lançou uma candidatura unificada para prefeito junto aos partidos UDN²¹ e PL²² em contraposição a seu adversário que compunha o PSD²³.

FIGURA 08 - A vibração entusiasta de apoiadores do PTB (05/10/1947)



Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

²⁰ Partido Trabalhista Brasileiro

²¹ Partido União Democrática Nacional

²² Partido Liberal

²³ Partido Social Democrático

O grande entusiasmo da população era advinda das leituras e manifestos de toda a ala política que estava candidata naquela eleição pela coligação entre o PTB, PL e UDN. Os discursos tão impactantes foram repercutidos nas rádios, impressos e pelas ruas (Correio do Sul, 5 de outubro de 1947, p. 8). Os temas que eram amplamente debatidos durante os comícios e que imprimiam espetaculosas e promissoras promessas eleitorais tinham como tema comum a melhoria das estradas de rodagem, a construção de pontilhões e boeiros, a nivelção de ruas, a pavimentação, o saneamento básico, a instrução pública municipal e a assistência social (Correio do Sul, 1947, p. 8). Além disso, proposições que iam de acordo com os interesses dos trabalhadores comuns, trabalhadores agrícolas, trabalhadores da pecuária e populacional como o desenvolvimento da rede hidráulica, instalação de torneiras públicas nos bairros para que os moradores pudessem abastecer-se de água, melhorias na infraestrutura de iluminação pública e abertura de novas escolas públicas.

E foram durante os comícios que Lígia Farinha Almeida passou a ser conhecida pela população que apoiava as candidaturas da coligação junto ao PTB, reconhecida por seus longos discursos, bela oratória, foi convidada pelo diretor municipal do PTB, Dr. Waldomiro Domingues, a ingressar no partido, adentrando a inédita candidatura feminina que era defendida pelo diretório municipal enquanto uma guinada no processo eleitoral, onde foi concedido às mulheres o direito ao voto. Inclusive, para esta questão, o PTB possuía uma distinção entre os demais partidos, possuindo uma Ala-Feminina intitulada como "Ala Moça", proporcionando encontros quinzenais para discutir questões internas ao partido, assim como estratégias a serem executadas diante das eleições. Outro aspecto interessante de ser pontuado é a diversidade de ocupações dos candidatos postos frente ao pleito, enquanto outras candidaturas apresentavam nomes da alta sociedade, o PTB apresentou candidatos que faziam parte da ala trabalhadora como comerciário, professor, sapateiro, padeiro e pedreiro. E, desta maneira, o divulgava nos impressos:

O Partido Trabalhista Brasileiro tem a honra insigne de levar ao conhecimento dos seus correligionários e do Povo de Bagé, que escolheu, entre os dignos companheiros, em Convenção Partidária, os que vão formar a Chapa de Vereadores nas eleições de 15 de Novembro p. vindouro.

Apresentando ao eleitorado esta plêiade de representantes de todas as classes, pratica um ato de verdadeira democracia e está certo de que terá o beneplácito de todos os que desejam a felicidade e o progresso deste Município (Correio do Sul, 23 de outubro de 1947, p. 4, grifos nossos)

FIGURA 09 - Os candidatos a vereança pelo PTB (08/10/1947)

Vereadores do P.T.B.

DR. JOÃO BAPTISTA FICO — Médico
 DR. MAURICIO INFANTINI FILHO — Médico
 FREDERICO PETRUCCI — Professor
 LIGIA FARINHA D'ALMEIDA — Professora
 DR. GALVÃO MACHADO MORAIS — Advogado
 CEL. CARLOS OLIVE' SUNE' — Fazendeiro
 IOLANDO MACHADO — Ferroviário
 HERMES BARRETO — Comerciarior
 LUIZ BRASIL — Pedreiro
 DELFINO MENEZES — Sapateiro
 ADELINO MENEZES NOGUEIRA — Comerciante
 VIRGILINO PINTO — Criador
 OSCAR LACERDA ALVARES — Bancario

SUPLENTES

OSCAR CARNEIRO DA FONTOURA — Padeiro
 DOMINGOS NUNES MARTINS — Comerciante
 ARMANDO CORONEL SAES — Pedreiro.

(Publicação do P. T. B.)

Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

FIGURA 10 - O comício de Palmas e a matéria de Lígia Farinha Almeida no Correio do Sul (16/10/1947)

O Comicio De Palmas

Por LYGIA DE ALMEIDA

Domingo 12 do corrente, xão; microfone: o vento... quando aparecia o primeiro O sr. Osvaldo Colares, membro do PTB-PL-UDN — pela popularidade que gozam no seio da "gente campeira". Si eles soubessem já teriam gritado mais alto pról de suas reivindicações. Ouso afirmar tambem que muitos que tiveram responsabilidade...

Dr. Dirceu Mena Barreto de Abreu.

Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Nesta matéria, de autoria de Lígia Farinha Almeida, publicada no dia 16 de outubro de 1947, no jornal *Correio do Sul*, a educadora narra os momentos que se antecederam o comício ocorrido em Palmas (RS) até sua realização, aos leitores do impresso não lhes omitia qualquer detalhe, desde os apoiadores que se aglomeravam em volta da comitiva de candidatos da coligação, ao chimarrão amargo que era compartilhado em roda enquanto Dr. Camilo Gomes, candidato a vice-prefeito, atendia enfermos em um consultório improvisado na localidade.

E assim, antes do início do comício, candidatos e apoiadores deleitavam-se de um *"sucursal churrasco que a hospitalidade gaúcha de Palmas ofereceu"* (*Correio do Sul*, 16 de outubro, p. 4, grifos nossos). Assim sucedia o início do dia para que logo após o almoço, o grande palanque fosse montado sob o sol da uma hora da tarde, Lígia Farinha Almeida descreve cuidadosamente as falas de seus colegas de partido e tece suas próprias reflexões sobre a região e as políticas governamentais que foram renegadas ao trabalhador do campo:

Solicitada a "contar" o que vi em Palmas, trago comigo estas impressões: o otimismo para a campanha eleitoral colhido do grande número de trabalhistas, udenistas e libertadores que saudaram nossos candidatos ao próximo pleito; a admiração pelos dois grandes candidatos do PTB-PL-UDN - pela popularidade que gozam no seio da "gente campeira", conhecedores que são dos seus problemas afrontando, como gaúchos habituados á luta, as estradas intransitáveis de nosso interior; louvor ao companheiro Osvaldo Colares pela sua hospitalidade amiga, pelo seu trabalho nesta campanha política, não esquecendo o retrato de Getúlio Vargas, como símbolo de nossa união partidária. (*Correio do Sul*, 16 de outubro, p. 4, grifos nossos).

E completa reafirmando o compromisso político que há do governo o zelo perante as mazelas sociais que ali presenciara, tecendo críticas ao antigo pleito por abandonar a classe trabalhadora que traz reconhecimento ao Brasil (sic), em suas considerações sobre Palmas, afirma:

*Encontrei lá homens de mãos rudes, calejadas pelo trabalho ingrato da pequena lavoura sintetizando os problemas de nossa campanha. **Falta-lhes o alimento fato e são, o médico e a escola.** **Vítimas de uma política de erros acumulados e irresponsabilidades sem conta, sentem o abandono do poder público ante ás suas dificuldades.** Tenho certeza de que aquela gente simples e boa, preocupada sempre com o modo de alimentar a prole, não sabe que as Geografias ensinaram aos homens públicos que "O Brasil é um país agrícola". Se eles soubessem já teriam gritado mais alto em prol de suas reivindicações. Ouso afirmar também que muitos que tiveram responsabilidade administrativa limitaram-se a "decorar" o conceito geográfico. Si esse estudo fosse mais consciente, o olhar da responsabilidade deveria ter atingido a*

campanha. Porque após ligeiras observações, já basta para formular esta reflexão!...

Pais agrícola que abandonou o campo á sua própria existência natural e, "confiante na natureza", deixou que seus habitantes crescessem ao relento como herva ao sabor do sol e da geada; pais agrícola que negou ao trabalhador rural a visita do médico e a ilustração da escola; pais agrícola que "isolou a remota campanha, deixando-lhe como meio único de comunicação com a cidade, um sistema de estradas "indigenas", completamente em abandono, onde se sucedem os atoladouros, barcos e precipícios...

Lá ficou Palmas, apelando aos governos da cidade.

Bagé, no seu futuro político, será obrigada a considerar como grave, indispensável e urgente a solução dos problemas de classe pobre da campanha. E o nosso problema, o problema de Bagé, o problema do campo que está aí para ser resolvido.

Sem burocracia ou delongas, imediata e eficientemente, pelos homens encarregados de dirigir a comuna após a eleição de 15 de novembro.
(Correio do Sul, 16 de outubro, p. 4, grifos nossos).

Diante das potentes falas que traziam ao público urbanizado a realidade de lugares remotos que foram renegados ao seus direitos básicos, em um dos impressos de maior circulação do Município de Bagé, Lígia Farinha Almeida foi conquistado a simpatia dos eleitores, havia nela um caráter distinto dentre seus colegas candidatos vereadores, assumindo discursos combativos, imponentes e provocativos, sobretudo, no sentido resolutivo, trazendo dimensão e solução aos problemas estruturais que estavam postos à época. A evidência que recebera tão logo lhe renderia a sua própria chamada de encorajamento ao voto, vinda da Ala Moça do PTB, presente na imagem abaixo (**figura 11**):

FIGURA 11 - Mulher, vota em Lígia! (26/10/1947)

tem igual a
a viver na
e cortejar a
a seu ideal
riota".
o dr. João

pela UDN e Hildebrando Rodrigues, candidato do
PL a vereador. Muito cooperaram para a organiza-

liciais:

Sebastião Silveira dos
tos, como afirma cham
o interrogado, disse ter
traído matrimônio, na
de 17 anos, com a mulh
nome Alzira Vaz. Um
mais tarde, ou seja
18-10-1938, depois de p
noites espiando sua es
por desconfiança, julgou
la surpreendido em ec
nhia de outro, mata
com um tiro de revolve
ragindo-se, após, da ju
Rumou para o sul, pois
tural de São Paulo, onde
side na localidade de Q
na, vindo a assentar

Mulher Bageense!

VOTA PARA VEREADORA EM
LIGIA ALMEIDA

A mestra que é para os vossos filhos uma
realidade no presente e uma esperança
maior no futuro.

MULHERES TRABALHISTAS.

Encerrado De Maneira Honrosa o

ão

GE' tem a elevação
onários e a todo o
al e pelo voto se-

Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Sendo esta uma eleição com uma roupagem totalmente nova, que irrompia com 15 anos da Ditadura Vargas, existia também a necessidade de educar a população a respeito do processo eleitoral, eram diárias as matérias jornalísticas publicadas no *Correio do Sul*, a partir de outubro de 1947, a respeito do processo eleitoral, de seus candidatos e o Partido Trabalhista Brasileiro ocupou-se em amparar seu eleitorado nas emissões de títulos, sendo assim, semanalmente, antes do período de votação, eram publicadas chamadas para o Alistamento Eleitoral.

FIGURA 12 - Serviço de Alistamento Eleitoral (31/10/1947)

do como situou as necess...
cipio.

Partido Trabalhista Brasileiro

Serviço de Alistamento Eleitoral

O Partido Trabalhista Brasileiro, avisa as pessoas que requereram seus títulos de eleitor, transferencias e segundas-vias, que a partir de hoje, dia 1.º do corrente, às 14 horas, se encontrará no Fôro local, sito á Praça Rio Branco, o funcionario encarregado do Alistamento Eleitoral, afim de encaminha-los ao funcionario do Juizo da 7.ª Zona Eleitoral, afim de receberem seus titulos.

Bagé, 1.º de outubro de 1947.

DORVAL ARREGUI
Secretario Geral.

ALVARO AVILA DA FONSECA
Enc.º do Serv. de Alistamento Eleitoral.

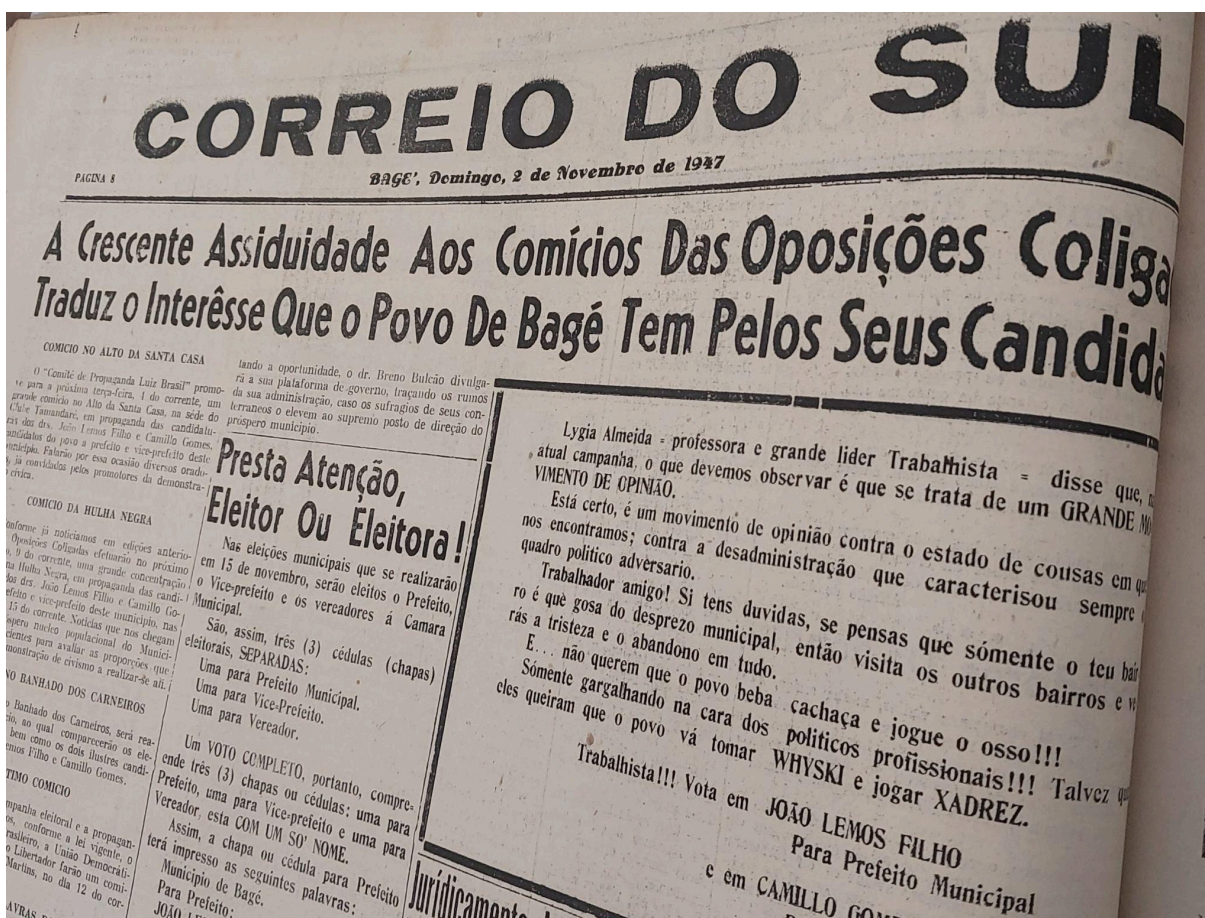
Ala-Feminina, pro-
mos Filho e vice-
reador

Na residencia
Gonçalves n.º 629
ras, senhoritas e
Nei J. Saraiva, p
B. Galo, vice-pr
"Comité Julio Bi
ficou assim cons
Presidentes
Inocencia Pinto
tra; vice-dita, sr
noela Ferreira;
srta. Alda Gonc
Justina S. Gaff
chado, Nativida
Couto, Virginia
cilia Soares e I
Salustia Menez
Leontina Dutra

Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

No que tange à abertura política, foi possível observar nas candidaturas do Partido Trabalhista Brasileiro em Bagé, no período de 1947, o acolhimento às classes popular, o partido incluía em seu pleito trabalhadores e mulheres, trazendo grande distinção entre seus opositores podendo ser observada nas edições publicadas do *Correio do Sul*, haja vista que a medida que aproximava-se o período eleitoral, Lígia Farinha Almeida ganhava espaço e evidência no jornal devido a seus posicionamentos políticos. Como pode ser observada na matéria a seguir (**figura 13**):

FIGURA 13 - Ligia Almeida - professora e grande líder trabalhista (02/10/1947)



Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

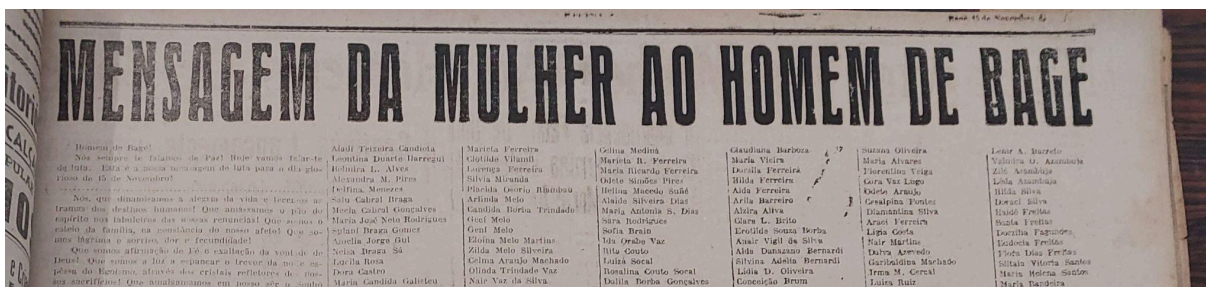
No entanto, para a cultura da época e a mudança tão recente nas discussões em torno dos direitos femininos, ainda era possível observar a discussão tímida em torno da candidatura da primeira mulher a concorrer uma eleição, visto que, não haviam notas observando tal fato e, naquele ano, pouco dispunha de opinião feminina dentro das narrativas jornalísticas. Ainda, encontrava-se excertos de opinião masculina a respeito dos sexos como **“A maioria das mulheres quase não tem princípios**; orientam-se pelo coração e seus costumes, e dependem daqueles a quem amam - La Bruyère.” (Correio do Sul, 07 de novembro de 1947, p. 5, grifos nossos). A ideia de desvincular a mulher do lar e da maternidade causava certo espanto, tendo em conta, o ineditismo de mulheres ocupando espaços de poder e sendo a mulher incumbida dos prazeres e afazeres relegados em detrimento dos homens. Como bem afirma Heleieth Saffioti,

As mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Essa soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade (Saffioti, 2004, p. 105).

Estes novos ventos que sopravam nos pampas apresentavam, de certa forma, uma ameaça às condições privadas do lar, uma vez que, as mulheres poderiam tão finalmente rejubilar-se com o poder de escolha tanto no voto quanto ao desejo de alcançar novas posições sociais, posições estas que eram inquestionavelmente concedidas historicamente aos homens, dos homens para os homens. Alguns excertos, em matéria intitulada *Opiniões sobre a mulher*, apontam tal perspectiva **“As mulheres que compreendem bem seus deveres e direitos como mães de família não tem, sem duvida, motivos para queixar-se de sua sorte.** Se há desigualdade nos meios de felicidade concedidos aos dois sexos, ela existe em favor das mulheres.” (Correio do Sul, 07 de novembro de 1947, grifos nossos). Assim como “Há flores benéficas e flores nocivas. O mesmo se dá em relação às mulheres. Deve deduzir-se daí que todas as mulheres e todas as flores nada valem para o homem?” (Correio do Sul, 07 de novembro de 1947, grifos nossos). Era nítida a preocupação com as efervescentes discussões a respeito dos papéis de gênero, mas esta não era razão para intimidar grandes posicionamentos advindos de mulheres que estavam participando do processo da mudança. Assim, mulheres que compunham a alta sociedade e a classe mais humilde publicaram um manifesto no impresso assinado por mais de 350 mulheres do município de Bagé - assinado, também, por Lígia Farinha Almeida, dialogando sobre o processo eleitoral e elevando suas vozes diretamente aos homens bageenses, em uma súplica para que aderissem ao movimento do voto na bancada do PTB:

Homem de Bagé! Toma da tua arma - o voto - e luta pela felicidade de Bagé. Exerce o teu direito de voto, mas exerce-o soberanamente, com a consciência do lidador das boas causas!
 Vota na chapa das Oposições Coligadas! **Eles serão os mais capazes para transformar-te em Homem de mais valia,** pelo aproveitamento do teu valor. Luta pelo bem estar de Bagé! Luta pela felicidade desta população! **Luta para que saíamos, de uma vez por sempre, da condição de miserabilidade econômica, quando as riquezas estão ao alcance de nossas mãos!** (Correio do Sul, 12 de novembro, p. 4, grifos nossos).

FIGURA 14 - Mensagem da mulher ao homem de Bagé (12/11/1947)



Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Isto posto, acontece no dia 15 de novembro de 1947, as eleições municipais que mobilizaram a cidade e a campanha em torno de seus candidatos preferidos, de acordo com as páginas publicadas no impresso, muitos foram os embates saudáveis e democráticos entre os votantes. A apuração final dos resultados das urnas levaram sete dias para serem divulgadas, contudo, as parciais eram publicadas diariamente a fim de que o eleitorado pudesse ter conhecimento dos candidatos que estavam à frente da vitória. Auspiciosos eram os números da apuração que até mesmo a própria edição do jornal apresentou seu posicionamento diante das eleições e qual foi seu papel para com o cidadão bageense, como podemos observar no fragmento a seguir:

Jornal político, pertencente a um dos quadros partidários que se degladiaram nas recentes eleições, o **"Correio do Sul" pautou sua conduta, invariavelmente em pról da vitória da causa esposada pelas Oposições Coligadas.** Fez o que a uma folha competia: a propaganda dos seus candidatos e nesse mistér nos empenhamos a fundo. Agora, passada a juxta, necessário se faz que nossos olhos se voltem para mais dilatados horizontes: a evolução da comuna bageense, a prosperidade de sua população. (Correio do Sul, 18 de novembro de 1947, p. 6, grifos nossos)

Notadamente é lícito afirmar que durante as investigações ao jornal, foi possível perceber nitidamente tal posicionamento, considerando que os candidatos da coligação realizada pelo PTB tinham grande espaço nas manchetes, os comícios realizados eram dotados dos maiores detalhes e, além dos candidatos a prefeito, os vereadores também tinham certo destaque em todas as páginas eleitorais.

Na edição publicada no dia 21 de novembro de 1947, o *Correio do Sul* divulgava o resultado das apurações das eleições, tal como, a proclamação dos candidatos, a posse dos vereadores na Câmara Municipal, a posse do prefeito e

vice-prefeito e informes a respeito da apuração realizada pela 7ª junta eleitoral. Assim como o quadro dos vereadores eleitos, aos quais apresentamos aqui:

QUADRO 07 - Profissões, inscritos e eleitos na eleição de Bagé em 1947

PROFISSÕES	INSCRITOS	ELEITOS
Médicos	3	2
Professores	2	1
Fazendeiros	20	6
Operários	11	0
Comerciários	21	2
Industriários	3	0
Agricultores	3	1
Advogados	6	0
Contadores	4	0
Jornalista	1	0
Bancário	1	0
Doméstica	1	0

Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Por meio deste quadro, nos chama atenção a expressiva eleição de fazendeiros, fato este que não ficou alheio ao jornal. Foram 73 candidatos, 12 distintas profissões, dos quais duas candidatas eram mulheres²⁴. Nas páginas do impresso as críticas eram tecidas a questionar o voto dos operários dos bairros e dos chacareiros dos subúrbios, em suma, as classes mais pobres do município. Principalmente pelo fato de não haver, entre os eleitos, contadores, industriários, economistas, operários, domésticas e advogados. Assim, o afirmara “Votaste bem, operário dos bairros? Votaste bem, chacareiro dos suburbios? Vais continuar.. daquele jeito.. iguálsinho como sempre. Tudo assim como estava para te evitar saudades.” (Correio do Sul, 21 de novembro de 1947, grifos nossos).

²⁴ Apesar de constar no quadro 7, mulheres candidatas à vereadora, não há nenhum registro de nome da segunda mulher dita doméstica. Em todas as descrições de vereadores concorrentes, Lígia Farinha Almeida é a única mulher descrita nas páginas do Correio do Sul no período investigado.

No total foram 10.931 eleitores votantes, sendo 7.761 da cidade e 3.180 da campanha (Correio do Sul, 21 de novembro de 1947, grifos nossos). Dos quais os votos para a legendas partidárias e votos aos vereadores observados nos quadros abaixo:

QUADRO 08 - Número de votos nas legendas partidárias nas eleições de 1947

LEGENDAS PARTIDÁRIAS	VOTOS
PSD	3.598
PTB	2.786
UDB	1.417
PL	1.247
PSP	756
PRP	608

Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

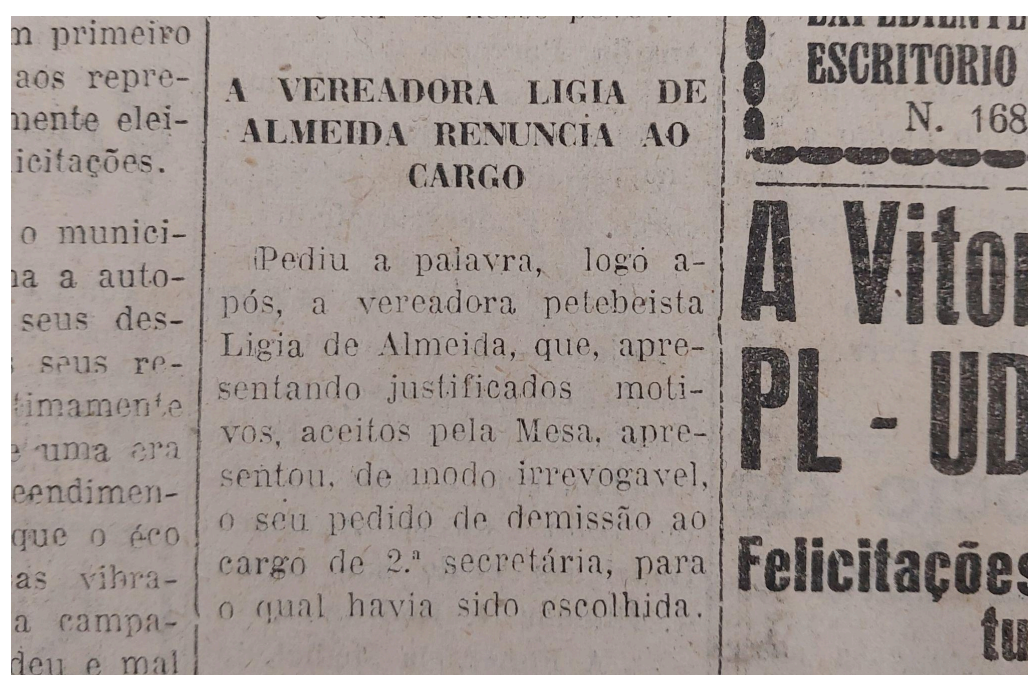
QUADRO 09 - Número de votos nas legendas partidárias nas eleições de 1947

CANDIDATOS	LEGENDAS PARTIDÁRIAS	VOTOS
Silvio Silva Tavares	PSD	511
José Carrion Moglia	PSD	508
Zoroatro Lamotte	PSD	422
Franco de Paula Pereira	PSD	353
João Batista Loguercio	PSD	334
Protásio Rosa Fagundes	PSD	251
João Batista Fico	PTB	599
Ligia D'Almeida	PTB	571
Maurício Infantini Filho	PTB	393
José Gomes Filho	PL	371

Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Notamos a partir da leitura do quadro acima, a expressiva votação em favor dos candidatos do Partido Social Democrático, todavia, foram dois candidatos petebistas que obtiveram o maior número de votos, sendo Lígia Farinha Almeida a segunda candidata a receber o maior número de votos dentre as legendas. Posto isso, no dia 25 de novembro de 1947, os vereadores tomam posse em cerimônia na Câmara Municipal de Bagé “em meio a grande vibração” (Correio do Sul, 25 de novembro de 1947), na ocasião foi realizada a eleição da mesa, delegando aos eleitos os cargos de presidente, vice presidente, 1º e 2º secretário, Lígia Almeida havia sido escolhida para 2ª secretária da casa “sendo vivamente aplaudida” (Correio do Sul, 25 de novembro de 1947), contudo, solicitou a palavra no sentido de renunciar ao cargo, justificando-se por razões pessoais as quais foram acatadas pela Mesa.

FIGURA 15 - Renuncia ao cargo de 2ª secretária da Câmara (1947)

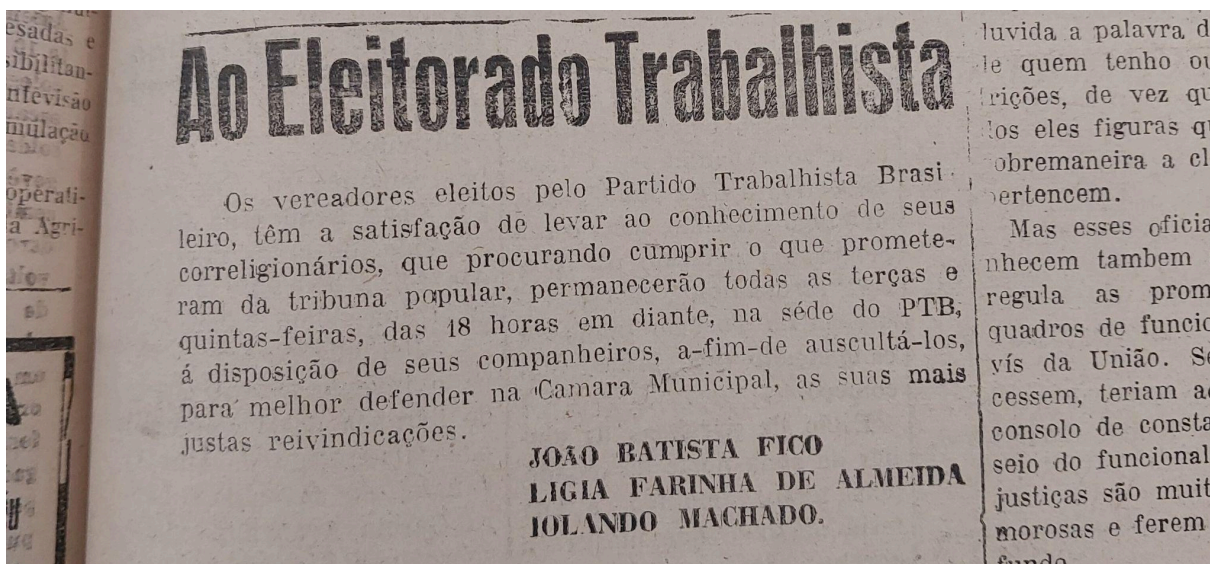


Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Encerramos o momento da primeira eleição percebendo os diversos nuances políticos, tensões, rompimentos, proposições e dados que nos são importantes para compreender a natureza do posicionamento de Lígia Farinha Almeida frente inédita e pioneira atuação enquanto vereadora, as matérias publicadas nas edições do jornal *Correio do Sul* deram a dimensão ao momento político que era vivido a época, onde as mulheres gaúchas do interior desbravaram a recente conquista de direitos e

se depararam a figura de Lígia Farinha Almeida, por estranheza, admiração, curiosidade ou repulsa, por certo algum sentimento inquietante foi despertado diante do novo. E em 1947 iniciava-se este novo momento político que se propunha popular e íntimo de seus correligionários.

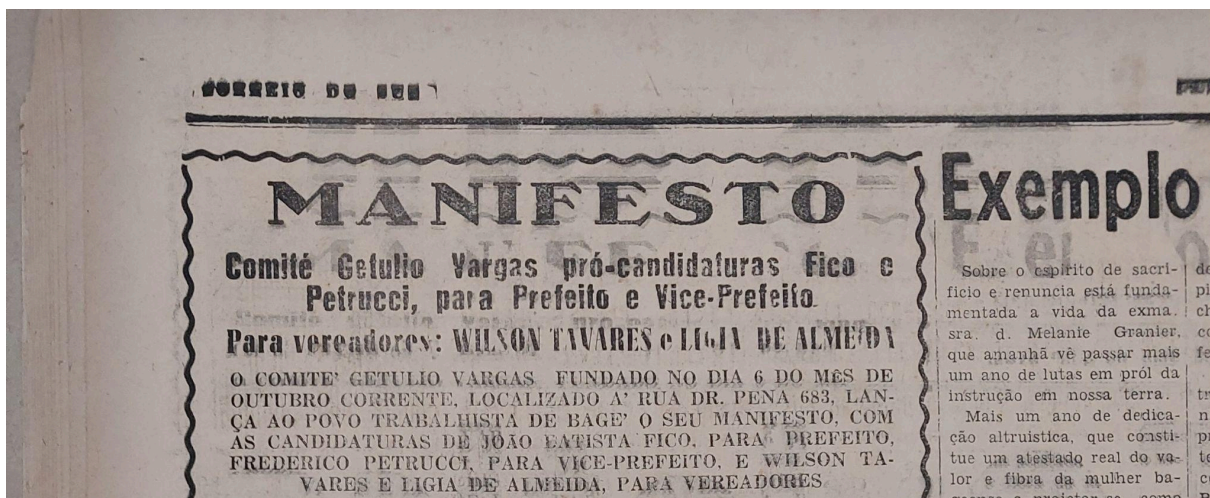
FIGURA 16 - Promessas diante da tribuna (1947)



Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Tabora

Este capítulo tratando-se das eleições que ocorreram em 1947 e 1951, nos permitimos saltar ao tempo para investigar as páginas do *Correio do Sul* e quais eram as narrativas das eleições de 1951, após o primeiro mandato, abriu-se, novamente, o exercício democrático do voto em novas eleições. Neste momento, o país recebia a candidatura para presidência de Getúlio Vargas, grande líder do Partido Trabalhista e sendo tal grandiosidade medida na mesma proporção o apoio dos cidadãos brasileiros, não sendo diferente no Rio Grande do Sul e no município de Bagé. Amparados pela força de Vargas, o partido lançava suas figuras ao processo eleitoral no dia 3 de outubro de 1951:

FIGURA 17 - Campanha eleitoral (1951)



Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

Orientado pela sabia política do grande GETULIO VARGAS, manifesta-se favorável às candidaturas do PTB firmando sua posição em favor de WILSON TAVARES e LIGIA DE ALMEIDA, **dois autênticos representantes da classe trabalhadora**, companheiros de todas as horas, fiéis, discípulos do Grande Chefe Trabalhista, desde a fundação do Partido nesta cidade, que muito bem saberão representar os interesses da nossa classe na Câmara Municipal de Vereadores.

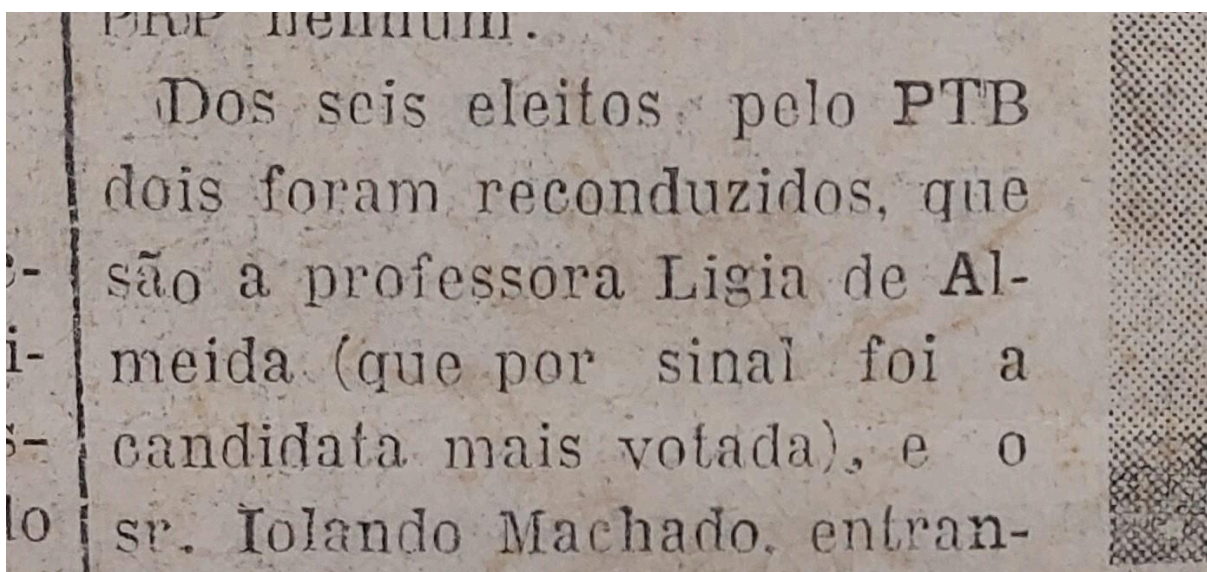
Lançamos o nosso MANIFESTO conclamando todos os trabalhadores a sufragarem nas urnas os nomes de WILSON TAVARES E LIGIA DE ALMEIDA, **porque serão representados na Assembléia do Povo por elementos cuja vida de trabalho e disciplina, unidos ao desprendimento e ao ideal, nunca desmentido, serão o apanágio de um trabalho fecundo em prôl de nossa gente.** (Correio do Sul, 3 de outubro de 1951, grifos nossos)

A despeito do destaque as candidaturas do PTB como pode ser observado no fragmento transcrito acima, nos meses que decorreram a campanha eleitoral, a característica antes observada no período de 1947 da ênfase dada aos petebistas no impresso, nas eleições de 1951 percebemos, para fins de comparação, a abertura do espaço jornalístico para os mais diversos partidos e discursos, estavam presentes nas edições publicadas discursos anti-Vargas e anticomunismo tal como longas descrições de comícios de outras legendas. Ademais, atentamos para a participação mais ampla de mulheres nos palanques e na presença durante os comícios na maioria das legendas partidárias.

Contudo, a cobertura do resultado das eleições não se deu da mesma maneira como anteriormente, tendo pouco destaque digno apenas de uma pequena matéria narrando a posse dos vereadores eleitos. Os partidos e número de eleitos

que compunham a Câmara de Vereadores em Bagé, em 1951, foram os seguintes: PTB (6), UDN (1), PL (2), PSD (4) (Correio do Sul, 30 de dezembro de 1951, grifos nossos). E nesta disputa política, a candidata mais votada foi Lígia Farinha Almeida. Encerramos este tópico e nos encaminhamos para a atuação política e pedagógica da vereadora que conquistou o eleitorado bageense.

FIGURA 18 - Lígia de Almeida, a candidata mais votada (1951)

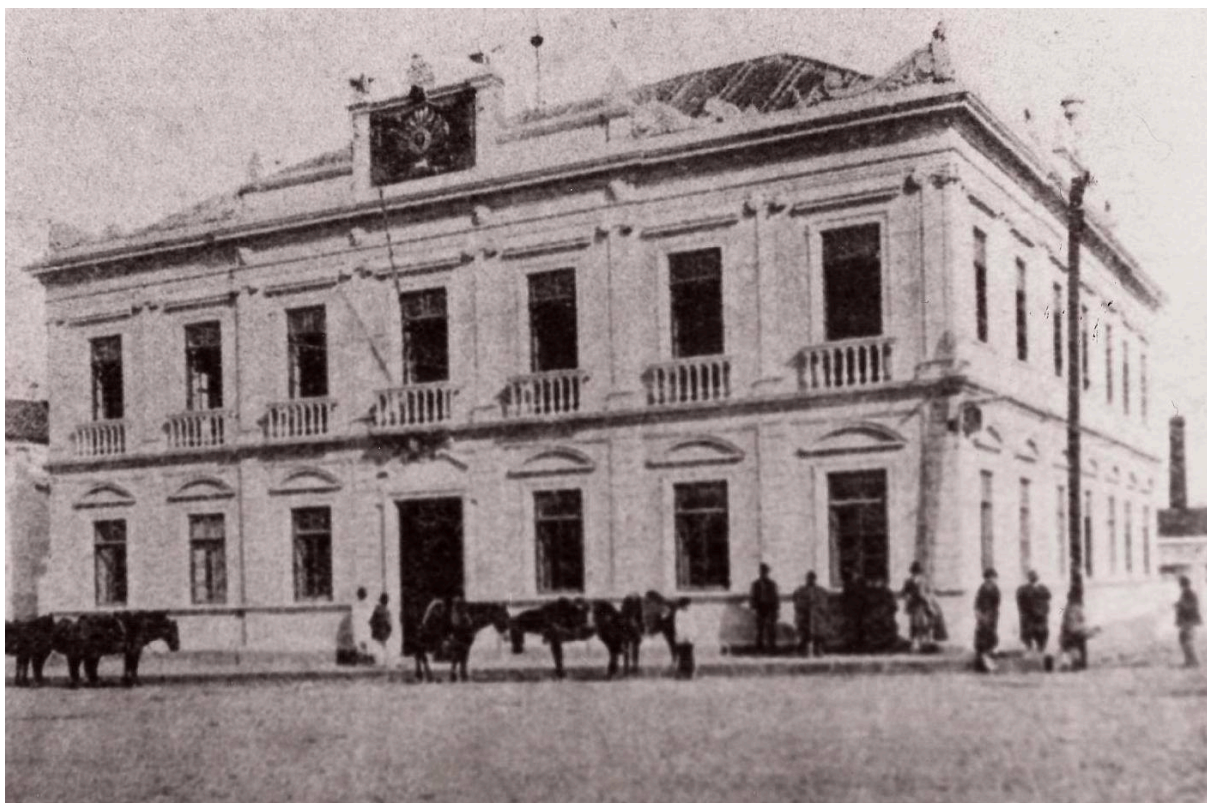


Fonte: Correio do Sul/Arquivo Público Tarcísio Taborda

6.3 A atuação política e pedagógica de Lígia Farinha Almeida (1947-1955)

No ano de 1947, prefeito, vice-prefeito²⁵, vereadores e vereadora ocupavam o pleito da Câmara Municipal de Bagé²⁶, certo de que muito havia de ser feito pela cidade, figurava naquele momento grandes desafios a serem enfrentados pela nova gestão que ocupava a casa do povo. Lígia Farinha Almeida possuía apenas 25 anos de idade e chamava atenção pelo grande destaque adquirido pelo seu desempenho nos debates travados nos comícios e pela expressiva votação a seu favor. A educadora não poupava esforços para ser notada, não pela pauta da questão do gênero e diferenciação dos sexos, mas sim pelas demandas populares que necessitavam de atenção e que certamente fazia questão de trazer à luz para serem amplamente debatidas na gestão parlamentar. Assumia, deste modo, a incumbência de dar voz aos esquecidos (Bica, 2013, p.22).

FIGURA 19 - Intendência Municipal e/ou Câmara de Vereadores (1947-1955)



Fonte: Núcleo de Pesquisas do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

²⁵Prefeito Dr. Carlos Kluwe (PSD), Vice-Prefeito Camilo Gomes (PTB-UDN-PL).

²⁶ Importante ressaltar que todos os cargos do legislativo bageense não eram remunerados na época.

Atribuímos a atuação de Lígia Farinha Almeida ao conceito pedagógico²⁷, devido a análise de seus discursos e propostas - que posteriormente serão apresentadas neste capítulo - que continham em seus pressupostos ideários alinhavados às teorias relativas à educação, filosofia e sociologia. Tais discursos, expostos por ela, exploravam um pensamento pedagógico acerca da educação e das políticas sociais que almejava implantar na educação e na vida social bageense. Como postulado, para tentar compreender a natureza de sua atuação, buscamos além das fontes, levantar possíveis questionamentos, que pudessem subsidiar as análises referentes à atuação política da vereadora e educadora. Um dos questionamentos seria a natureza da prática pedagógica posta em cartas anexas aos seus projetos de lei, bem como, em requerimentos e atas²⁸ da Câmara de Vereadores, avaliando de tal forma, até que ponto tal atuação teria sido revolucionária, ou referindo-nos de forma tímida, *à frente de seu tempo*.

Para efeito de sentido, concordamos com a afirmação de Gadotti (2008), quando esclarece que a prática da “Educação é muito anterior ao pensamento pedagógico. O pensamento pedagógico surge com a reflexão, como necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados fins e objetivos” (Gadotti, 2008, p. 21). Neste sentido, a compreensão do contexto social e político foi de extrema valia para que compreendêssemos as ideias defendidas por Lígia Farinha Almeida, que antes de adentrar a vida política já era entusiasta da educação e estudiosa do tema, formando-se em Ciências Sociais na disciplina de Sociologia pela Faculdade de Filosofia em Porto Alegre e lecionando no Colégio Espírito Santo do município de Bagé.

Após esses esclarecimentos, assentimos ao pensamento de Saviani no estudo “História das Ideias Pedagógicas no Brasil” para sustentar nossas considerações a respeito do conceito e adjetivo atribuído a Lígia Farinha Almeida:

Com efeito, a palavra "pedagogia" e, mais particularmente, o adjetivo "pedagógico" têm marcadamente ressonância metodológica denotando o modo de operar, de realizar o ato educativo. [...] a pedagogia é uma teoria que se estrutura em função da ação, ou seja, é elaborada em razão de exigências práticas, interessada na execução da ação e nos seus resultados. (Saviani, 2011, p. 11).

²⁷ “Um conjunto de filosofias, princípios, técnicas e métodos de educação e instrução que visam a um objetivo prático” (Dicionário Prático de Pedagogia, 2011, p. 224).

²⁸ “Requerimento é uma proposição, verbal ou escrita, utilizada para se fazer uma solicitação ao Presidente, à Mesa ou ao Plenário.” Ver mais em: Regimento da Câmara de Deputados, Art. 114 a 117. Acesso em: https://educacaoadistancia.camara.leg.br/clique_regimento/card/16

Considerando que as investigações dentro do campo da História da Educação não se ocupam tão somente as narrativas das Instituições Escolares, porém, também envolve toda materialidade que imbrica a educação, este estudo encarrega-se de investigar o recorte temporal que indica a atuação política e pedagógica de tal educadora, que por sua vez, nos deram fortes indícios de suas “exigências práticas” (Saviani, 2011) de uma construção pautada na diferença e mudança da realidade educacional e social bageense.

Antes de avançarmos aos projetos educacionais que tinham como proposta a renovação do ensino em Bagé, faz-se necessário vislumbrar a que e a quem servia a tão recente e inédita candidatura de Lígia Farinha Almeida, muitos foram os questionamentos ao depararmos com os primeiros documentos. Seria ela, tão somente, uma mulher da alta sociedade que adentra a política para cumprir com o itinerário transformador do Partido Trabalhista Brasileiro sendo primeira mulher a ocupar o cargo de vereança? Seria esta atuação realizada em atos de caridade em benefício de imagem própria? As suas ideias eram dotadas de fundamentos teóricos basilares que justificavam tais proposições? É possível que tais perguntas possam não ser de fato respondidas, todavia, ao analisarmos tais documentos é possível perceber que tais propostas não eram unilaterais que agiam em uníssono com as propostas partidárias de seus pares e vinham, de certa forma, de um anseio e preocupação legítima - e bem fundamentada - para com as necessidades do povo.

Apresentamos a seguir os primeiros documentos e transcrições dos documentos inventariados e garimpados no Arquivo Público Municipal. São eles Atas e Requerimentos lavrados durante as sessões da Câmara de Vereadores. Observamos, inicialmente, que as preocupações de Lígia Farinha Almeida extrapolavam as temáticas envoltas à educação, envolvendo-se em discussões que percorriam toda a gestão pública da cidade, sobretudo, cobrando ações do governo diante das carências sociais apresentadas à época.

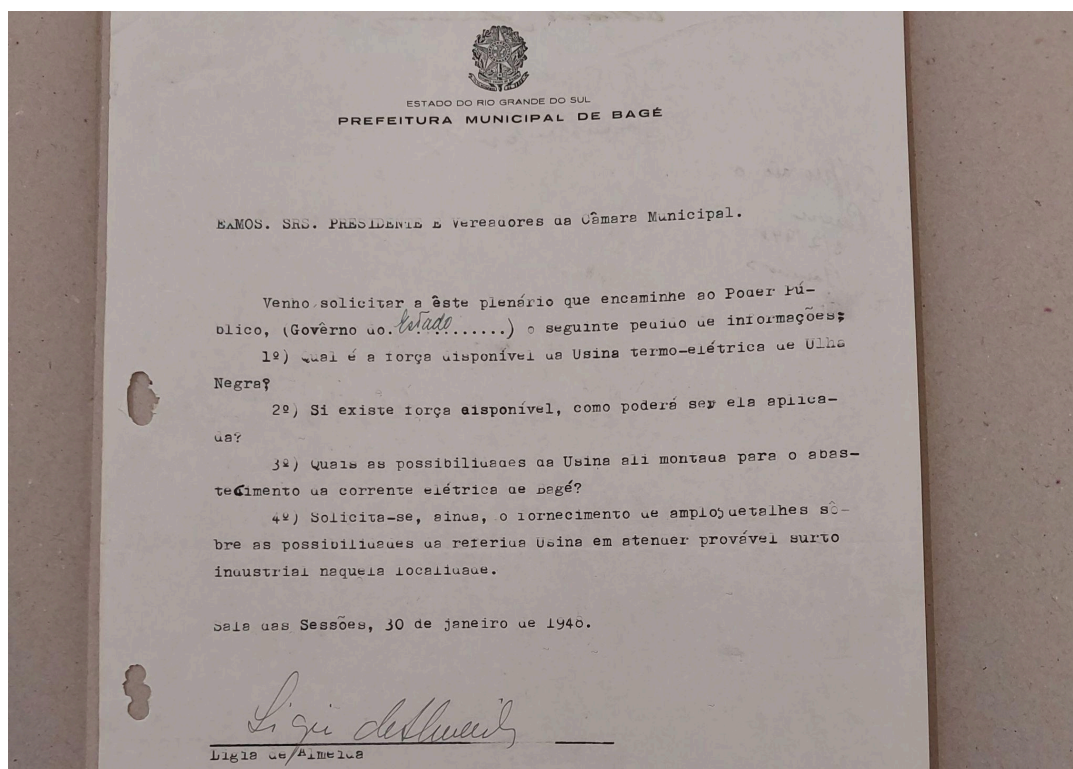
Os documentos a seguir referem-se a Atas da Câmara de Vereadores e Requerimentos de pedidos de informação. A partir da análise dos documentos é passível de afirmação que eram múltiplas temáticas que Lígia Farinha Almeida defendia, que percorriam cobranças de cumprimento de leis, atenção a necessidades de ordem pública e pedido de informação a respeito do andamento de propostas protocoladas pelos vereadores e prefeito. Como observamos a seguir:

Em primeiro documento, do dia 30 de janeiro de 1948, a vereadora exprime sua preocupação com a segurança pública, identificando a falta de telefones públicos nos postos policiais distribuídos na cidade, considerando enquanto vital que meios de comunicação sejam instalados em todo perímetro da cidade, solicitando ao prefeito medidas imediatas referente à questão:

“Que o Poder Executivo Municipal oficie à Campanhã Telefônica, para, em caráter de prioridade, que instale em todos os postos policiais de zona suburbana aparelhos de telefone, afim de atender às necessidades reais da população esquecida dos subúrbios” (Almeida, Requerimento Nº 052, 30 de janeiro de 1948, grifos nossos).

Neste mesmo dia, 30 de janeiro de 1948, Lígia Farinha Almeida também requereu informações a respeito do abastecimento de Energia Elétrica do município e distritos de Bagé. Preocupação essa que era frequente em seus pedidos de informação:

FIGURA 20 - Requerimento de informação e solicitação (10/01/1948)



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Sendo a questão considerada urgente e que já vinha sendo discutida ao longo da história do município, em anexo ao requerimento de informações a respeito

da Usina Elétrica, Lígia Farinha Almeida solicita que a prefeitura entre em contato com o governador do Estado e apresente a necessidade de se resolver pelo poder público o problema da iluminação em Bagé, como transcrevemos abaixo:

“Exmos. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal

- a) - considerando a necessidade de aumentar nossa rede elétrica, deficiente para atender a zona suburbana;*
- b) - considerando a grande e premente necessidade de iluminação que tem a gente pobre de nossos bairros;*
- c) - considerando o grande número de pedidos, que a todo momento, vem este plenário, solicitando aumento da mesma rede;*
- d) - considerando que, de acordo com o relatório feito pela Comissão que se entendeu com o gerente da Usina Elétrica, não há possibilidade imediata de resolução desse grave problema;*
- e) - considerando que, em vista das declarações do gerente da Usina local, existe um entendimento a Companhia e o Governo do Estado para encampação da referida Usina;*
- f) - considerando que foi parte primordial e integrante da plataforma Walter Jobim o plano de eletrificação do Estado; - venho solicitar a este plenário, o seguinte:*

“Que seja encarecido ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, por ofício ou telegrama, a necessidade de ser resolvido pelo poder público o problema da iluminação de Bagé, reafirmando a impossibilidade de serem atendidos pela Companhia concessionária da iluminação pública bagéense os serviços suburbanos locais; esclarecendo que não é de interesse da Companhia o aumento da rede dizendo do embaraço que surgirá às novas indústrias com a ausência de rede elétrica abundante e barata.” (Almeida, Requerimento Nº 052, 30 de janeiro de 1948).

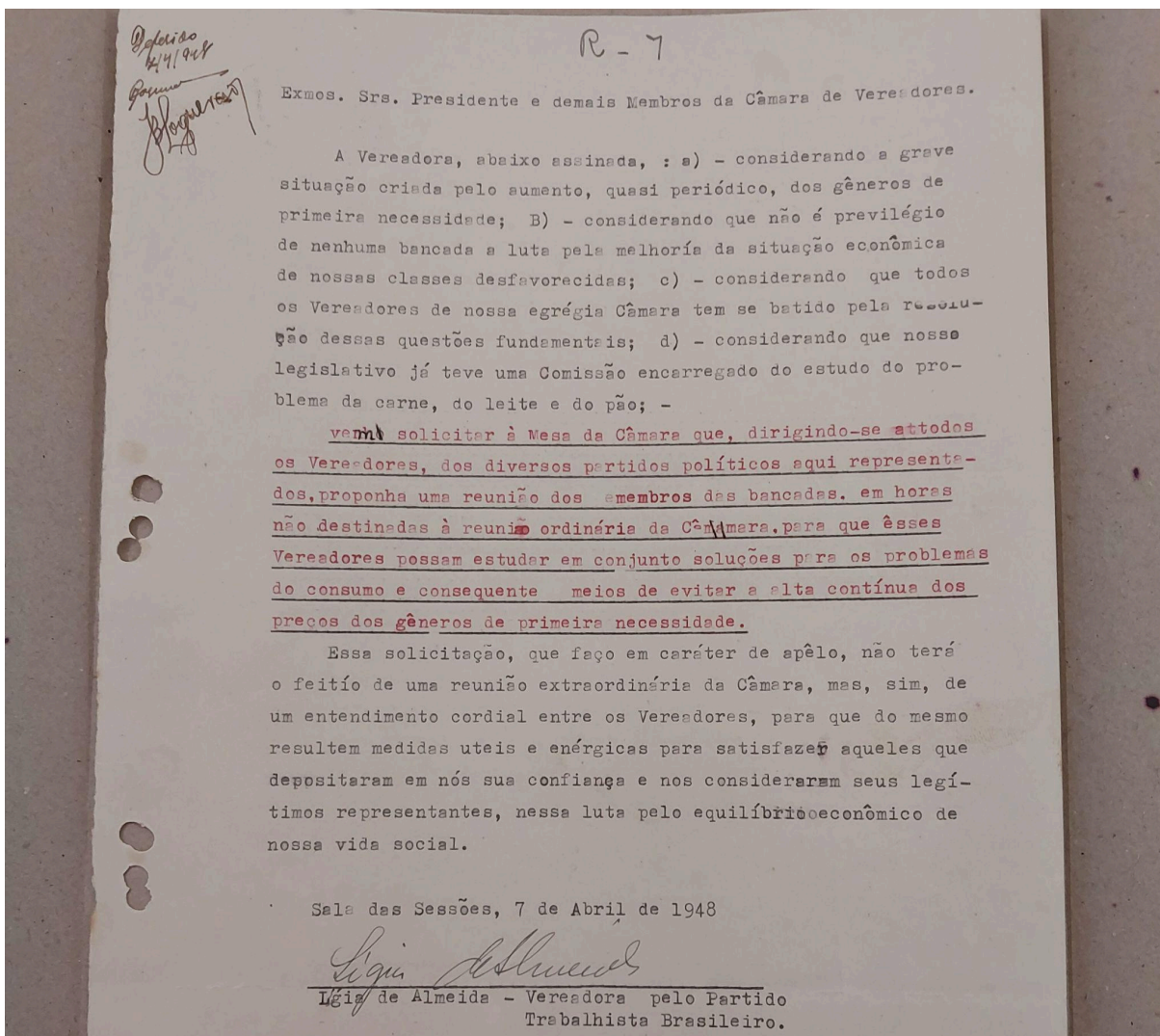
Cláudio Lemieszek, em seu livro "Bagé - Relatos de sua história", em capítulo sobre a Luz Elétrica discorre sobre os grandes avanços que ocorreram no município a partir da instalação da usina elétrica, o historiador rememora o período de 1899, onde houveram grandes investimentos no empreendimento em Bagé, mobilizando diversas cidades do Estado e elevando a boa reputação da cidade. Apesar disso, ao longo das décadas que se passavam, o autor discorre sobre o descontentamento da população com o serviço prestado:

Passada a euforia, voltou a cidade a sua calma cotidiana, mas já agora com todos desfrutando das vantagens da energia elétrica. Porém não demorou muito tempo para que surgissem os primeiros desconfortos e reclamações. [...] As reclamações já eram mais repetidas, insistentes e críticas, eis que além das queixas quanto ao horário de funcionamento da usina, também se começa a reclamar das interrupções constantes no fornecimento de energia e iniciavam, igualmente, os pedidos de substituição das lâmpadas queimadas nas ruas e praças. Aliás, passando quase cem anos as reivindicações de hoje são praticamente as mesmas, especialmente com relação à iluminação pública e nos cortes de energia. (Lemieszek, 1997, p. 51, 59).

As múltiplas temáticas de preocupação da vereadora percorriam solicitações das portarias referente a nomeação e número de Fiscais da Iluminação Pública, fiscalização de pagamento de impostos do Banco do Brasil e empresas de alto-falantes, andamento das obras públicas e restabelecimento do serviço de fiscalização do trânsito de veículos. Além disso, prezava e identificava a importância da comunicação por correspondência, propôs a instalação da primeira agência de correios nos distritos de Seival em Candiota, requerimento este que foi aprovado com urgência pela Câmara de Vereadores no dia 11 de fevereiro de 1948.

Já no dia 7 de abril de 1928, a vereadora iniciava a discussão sobre o aumento dos valores da comida na cidade, propondo, portanto, que o plenário se reunissem, em horário não destinado às reuniões ordinárias da Câmara, para estudar coletivamente e propor soluções para o aumento contínuo dos preços de alimentos como carne, leite e pão. Como podemos observar na imagem a seguir:

FIGURA 21 - Requerimento de informação e solicitação (07/04/1948)



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Foram 17 documentos de atas e requerimentos investigados neste período, que dispuseram de diversos temas políticos e sociais com intuito de proporcionar melhorias dos órgãos públicos, da cidade, da manutenção de leis promulgadas, da educação, da saúde e das melhorias nas condições de trabalho. Outros destaques para o requerimento 2.47 que dispunha da determinação de colocação de filtros nos motores dos carros para evitar ruídos "para-sitários na rádio-recepção" (sic). A constante fiscalização do pagamento de imposto do Banco do Brasil questionando "Estão os mesmos edifícios contribuindo com o pagamento da taxa de água e esgotos?" (Almeida, 1947). Cobrança do pagamento, de acordo com a Lei Orçamentária, das subvenções concedidas às pequenas escolas (5 de maio de 1948) e solicitação para a criação de um órgão metrológico na cidade (14 de maio

de 1948). A secretaria do município levava, em média, de 2 semanas a 1 mês para responder aos requerimentos de pedido de informação. Fazendo-os de forma satisfatória, até mesmo reestruturando e reorganizando certas questões de acordo com a Lei Orgânica Municipal, desse modo, dos 17 requerimentos, 14 foram aprovados em parecer assinado por vereadores, presidente e relator da Câmara de Vereadores.

6.3.1 Os projetos de lei em defesa da Educação de autoria de Lígia Farinha Almeida

Referimo-nos, neste capítulo, a matéria de interesse que julgamos ter sido uma das principais durante a atuação de Lígia Farinha Almeida enquanto vereadora: a Educação. Foram 3 projetos de lei propostos pela educadora, protocolados e aprovados na Câmara de Vereadores de Bagé, que por sua vez, foram significativos na defesa da educação e de melhorias do ensino bageense. Perpassava, no período em questão, diversas reformas em torno da educação e ensino, como a criação do Ministério da Educação (1930), Instauração do Estado Novo (1937), Início da industrialização do país (1940), Lei orgânica do Ensino Secundário ou conhecida como Reforma Capanema (1942), Fim da 2ª Guerra Mundial (1945), deposição de Getúlio Vargas (1945), Assembléia Constituinte e Eleição presidencial (1946) e Eleições Municipais (1947).

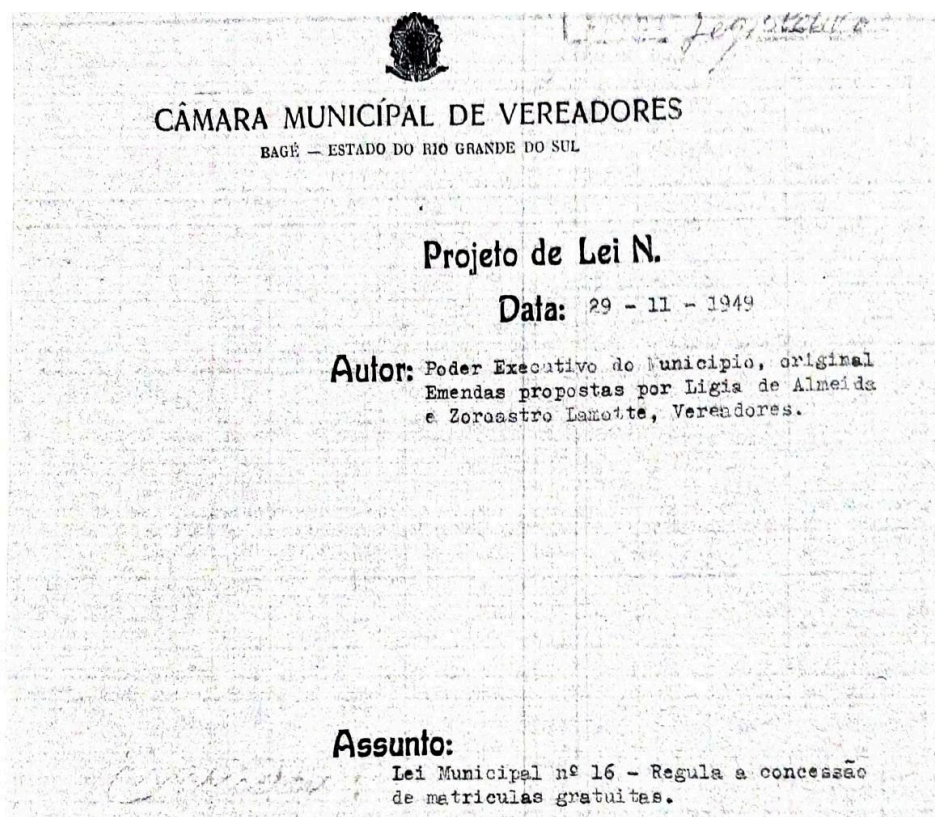
Na década de 40 e 50, o Brasil enfrentava o grande desafio da superação do analfabetismo, configurando metade da população brasileira sendo analfabeta, dada a hipótese de que o projeto político em face do ensino privilegiava as classes mais abastadas, visto que, as instituições escolares eram, em sua maioria, particulares, com vieses religiosos. Consideramos o mapeamento realizado por Bica (2009), no texto "Os primeiros olhares sobre as instituições escolares de Bagé" onde a partir da análise os dados investigados nos jornais União Liberal e Dever, identifica e rememora sete instituições escolares bageenses, nas primeiras décadas do século XX, das quais cinco eram particulares e de natureza confessional (Bica, 2009, p. 6). Parte de tais instituições particulares são mencionadas na Lei Municipal de Nº 16, proposta por Lígia Farinha Almeida, que regulava a concessão de matrículas gratuitas, seriam elas: Ginásio Espírito Santo, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e Ginásio Perseverança.

No período alvo desta pesquisa, 1947-1955, em Bagé, o tema da educação era alvo de discussão e reflexão pelo Partido Trabalhista Brasileiro, diversos eram os problemas a serem enfrentados no município para mitigar problemas sociais e educacionais enraizados no cotidiano bageense, percorriam a problemática de infraestrutura das escolas, a necessidade da abertura de Escolas municipais que contemplassem não tão somente a área urbana como, também, os subúrbios, as vilas e os distritos. Outras questões não ficaram de fora da guisa do pensar populista e trabalhista, tal qual, o propósito de criar serviços médicos dentários, alimentação escolar, auxílio na compra de livros e vestuário, toda proposição voltada às classes menos abastadas.

Na cidade da campanha, de acordo com os dados do IBGE, em 1949, Bagé possuía 67.580 habitantes. A população era dividida entre 36.100 habitantes na área urbana e 31.480 na área rural e de acordo com dados apresentados no jornal Correio do Sul, o município possuía 12 mil crianças em idade escolar das quais 5.535 receberam instrução primária e secundária apenas 991, verificando "com pesar que a menos de 10% é ministrada a instrução secundária e a mais de 40% é vedada toda e qualquer instrução, ora por faltarem recursos, ora por indiferentismo pecaminoso dos responsáveis por nossos destinos. (Correio do Sul, 1947, p. 7). O número inferior de alunos no ensino secundário também se dava pelo fato de que a cidade não dispunha de ensino secundário gratuito, reivindicação que seria efervescente nos anos seguintes da legislatura investigada, nas matérias impressas nos jornais, certos eram os autores de que a Bagé faltava tanto o ensino qualitativo quanto quantitativo, tendo em vista que haviam diversos obstáculos a serem superados.

Uma das formas que iniciavam Lúcia Farinha Almeida a ser expoente na discussão sobre educação foi a proposta da lei Nº 16 e lei Nº81/49 após aprovada que promulgava a obrigatoriedade da concessão de matrículas gratuitas para jovens de baixa renda, como podemos observar na figura a seguir:

FIGURA 22 - Projeto de lei nº 16 que dispõe sobre a concessão de matrículas gratuitas (29/11/1949)



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Em regulamento enviado para o prefeito Dr. Carlos Kluwe, após o projeto de lei ser sancionado com unanimidade na Câmara de Vereadores, Lígia Farinha descreve detalhadamente a aplicação da lei, em quais instituições, para quantos alunos deveria a prefeitura incubir de subvencionar as matrículas:

Art. 1º - O Município concederá, anualmente, 325 matrículas, entre os estabelecimentos de ensino secundário desta cidade: Ginásio Espírito Santo, Colégio N.S.Auxiliadora e Ginásio Perseverança.

§ 1º - Nos estabelecimentos de ensino secundário em que funciona o 2º ciclo, os alunos gratuitos, aprovados na 4ª série do 1º ciclo, serão transferidos para o 2º ciclo, se assim requererem.

§ 2º - Quando os estabelecimentos particulares de ensino secundário e normal tiverem anexo um curso elementar, a matrícula nunca será concedida para êste.

§ 3º O disposto § 3º aplica-se, igualmente, ao curso normal.

Da Concessão e Cancelamento das Matrículas gratuitas

Art. 2º - As matrículas gratuitas serão concedidas aos candidatos, cujo representante legal não dispuser de meios para atender as despesas decorrentes do curso.

Parágrafo Único - A mesma exigência será feita quando o candidato for o próprio requerente.

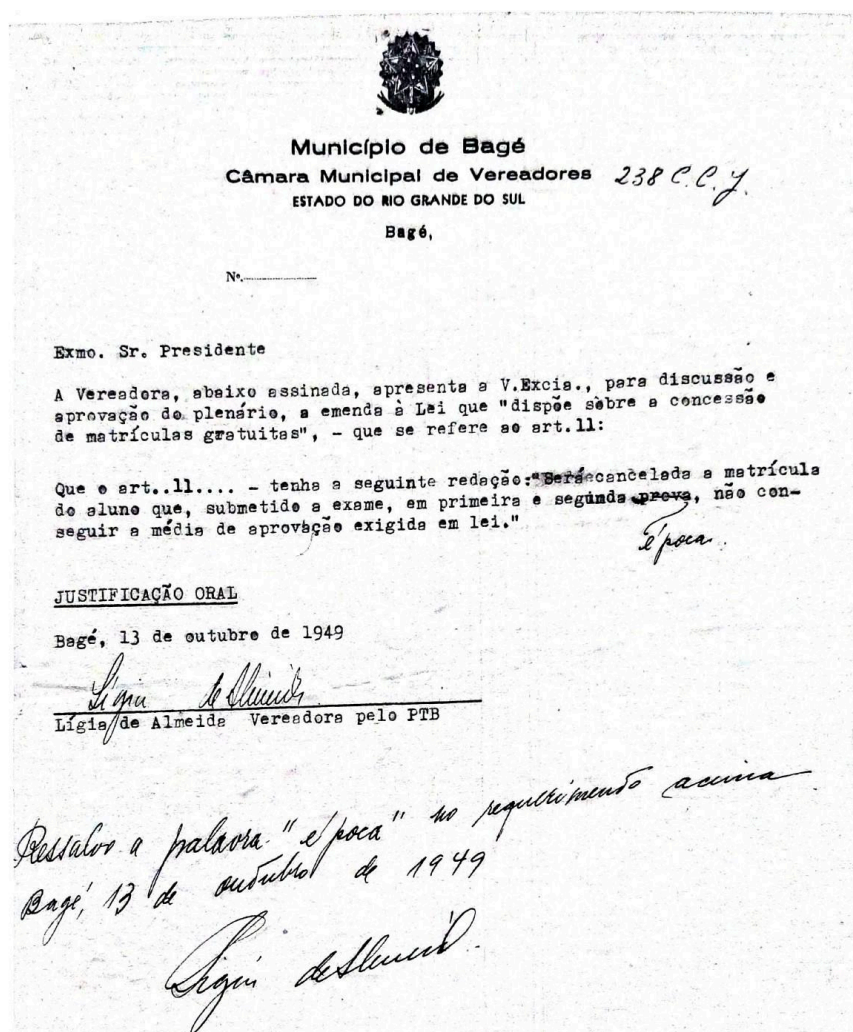
Art. 3º - Nas condições estabelecidas no artigo anterior, terão preferência, guardada a seguinte ordem: os pedidos de renovação de matrículas dos candidatos aprovados no ano anterior, os candidatos órfãos de pai e mãe, os órfãos de pai, pertencentes a famílias numerosas e os que servirem de arrimo.

[...]

Art. 17º - Esta lei entra em vigor na data da sua promulgação revogadas as disposições em contrário. (Bagé, 29 de novembro de 1949, grifos nossos).

Existia nas linhas descritas neste documento uma preocupação com a implementação da concessão das matrículas, garantindo e solicitando a verificação em detalhes de documentos e matérias físicas a comprovação das reais necessidades do sujeito, a fim de que a lei pudesse, de fato, contemplar pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e que eram esquecidos ao olhar das políticas públicas até aquele momento. E, levando em consideração o que diz Saviani sobre a análise de documentos legislativos onde afirma que “Para se compreender o real significado da legislação não basta ater-se à letra da lei; é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas” (1986, p. 135), apresentamos um fragmento da lei nº 16 que foi adicionada enquanto emenda a fim de corrigir a grafia de um artigo apresentado, denotando o compromisso de Lígia Farinha Almeida em apresentar uma proposta coesa podendo ser percebida até nos mínimos detalhes.

FIGURA 23 - Projeto de lei nº 16 que dispõe sobre a concessão de matrículas gratuitas (29/11/1949)



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A seguir, a sanção do projeto de lei assinado e publicado pelo prefeito Dr. Carlos Kluwe (com a reprodução do texto original apresentado por Lúcia Farinha Almeida):

FIGURA 24 - Projeto de lei nº 16 que dispõe sobre a concessão de matrículas gratuitas (29/11/1949)



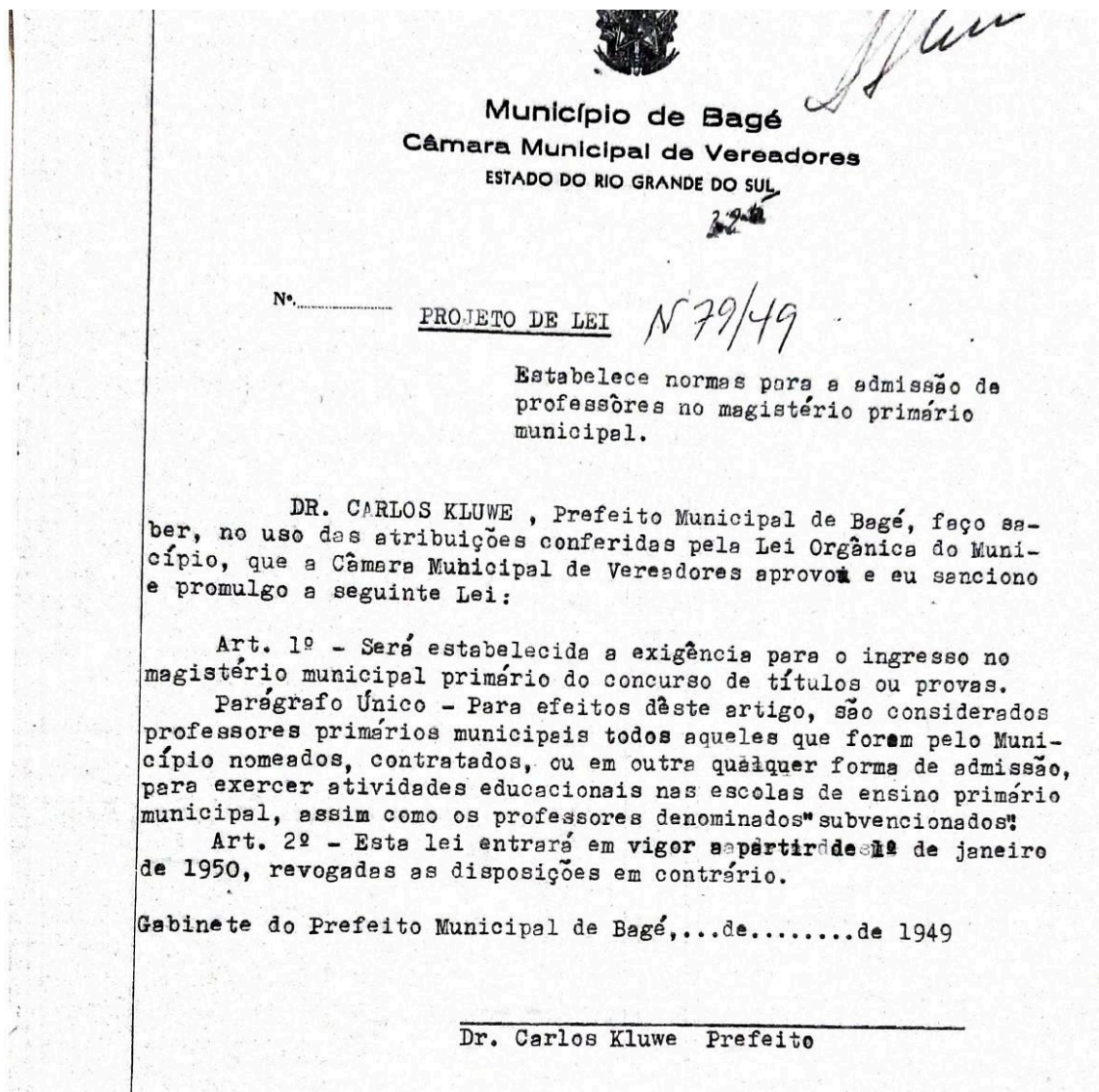
Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Em novembro de 1949 eram publicados os projetos aprovados na Câmara de Vereadores e sancionados pelo prefeito do município de Bagé, propostas estas que foram discutidas, aprimoradas e ajustadas durante os primeiros anos das legislaturas vigentes na época. Dessa maneira, outro projeto causava amplas reflexões sobre a qualidade do ensino no município de Bagé, este era o projeto de nº 79/49 que estabelecia normas para a admissão de professores no magistério primário municipal.

No Brasil a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a redemocratização, quando se cogita da organização da instrução popular, no entanto, torna-se uma discussão mais difundida após a década de 60/70. [...] o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico. [...] predominou nelas a preocupação com o domínio dos

conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. (Saviani, 2009, p. 143, 144).

FIGURA 25 - Projeto de lei nº 79/49 que estabelece normas para a admissão de professores no magistério primário municipal (24/11/1949)

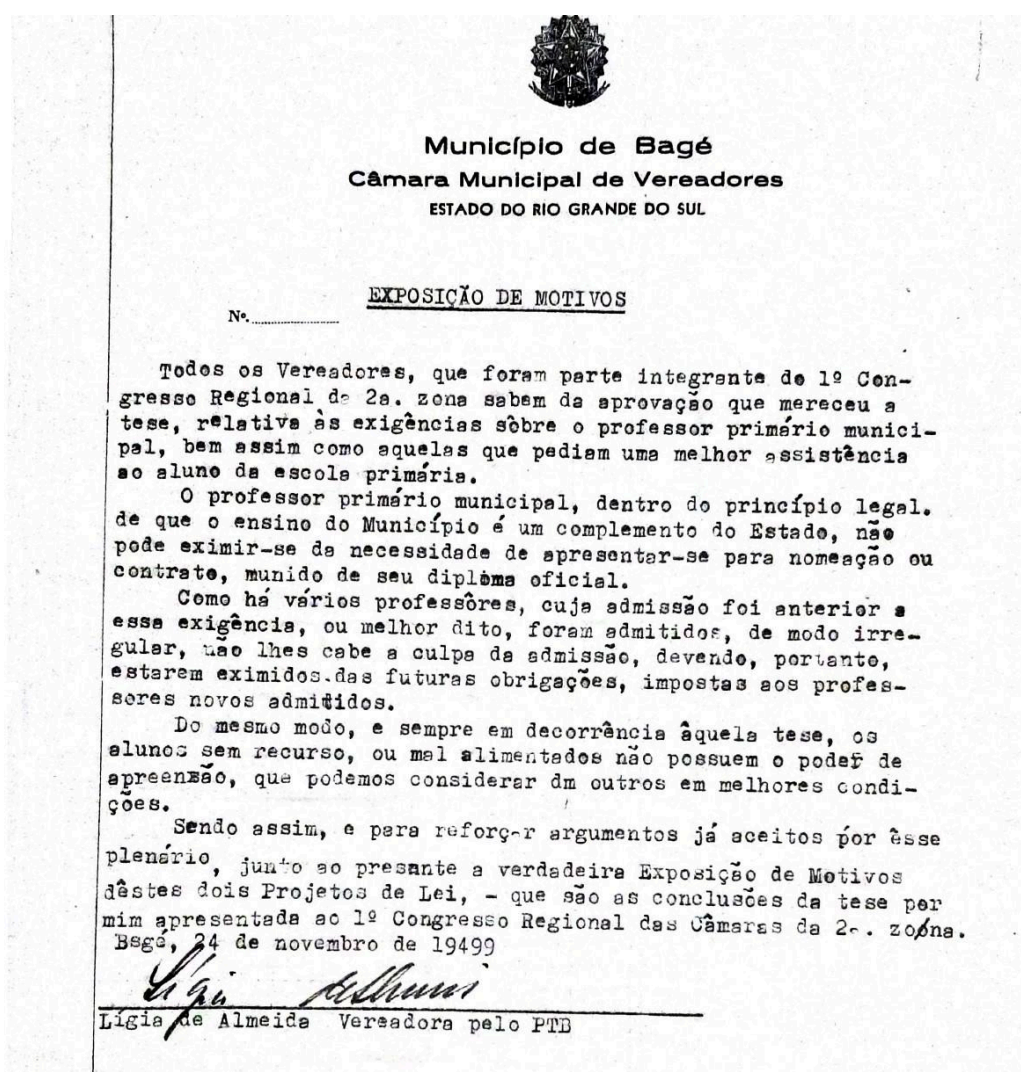


Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Uma das questões apresentadas em 1949 por Lígia Farinha Almeida, era a quantidade de professores sem formação lecionando nas escolas bageenses, aliada a questão da descontinuidade do Ensino Primário ao Ensino Secundário, considerando que a maioria dos alunos que formavam-se na escola primária não davam continuidade aos estudos em segunda etapa de formação. Apesar disso, não havia a proposta de rescisão dos contratos de professores já existentes, pois, de

acordo com a educadora, não havia intenção de prejudicar os profissionais que já dispunham da prática escolar, no entanto, havia naquele momento a necessidade de criar um projeto de lei que institui as normas para a contratação de professores, a partir daquele ano, atendendo a emergente transformação que o ensino do município carecia.

FIGURA 26 - Projeto de lei nº 16 que estabelece normas para a admissão de professores no magistério primário municipal (24/11/1949)



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A discussão pela descontinuidade do *notório saber* vinha no sentido de refletir a respeito da qualidade educacional da época, tendo em vista que era permitida a contratação de profissionais de outras áreas/profissões para lecionar conteúdos de áreas aquém de suas formações, até mesmo quando sequer tinham uma área de

formação. No Brasil, a conversa sobre políticas públicas de formação de professores acontecia de maneira tímida, ao mesmo passo em que as políticas públicas eram discutidas, escritas e implementadas. Desde o século XIX ao século XX, as Escolas Normais eram difundidas no país a fim de que profissionais da educação obtivessem a formação e os títulos necessários para atuação em sala de aula. Como bem nos apresenta Saviani em uma sistematização da abertura dos principais cursos e grau de instrução destinados aos educadores:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais. 2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo à escola-modelo. 3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933. 4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971). 5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996). 6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006). (Saviani, 2009, p. 143-144)

A partir da década de 40, acontece a promulgação de novas leis que regulamentavam aspectos do ensino, a exemplo disso, mais especificamente no ano de 1961, institui-se a Lei nº 4.024/61²⁹, a nível nacional, que determinou no art. 59 a formação de professores para a atuação no ensino médio, sendo feita a partir das faculdades de filosofia, ciências e letras, assim como formação específica para educadores a nível técnico. Todavia, é apenas a partir de 1996, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996³⁰, que passa a ser obrigatório formação específica para constituir docência em determinadas áreas, assim como as profissões que sempre foram vistas de aspectos privilegiados de valorização como médicos, advogados, engenheiros, dentre outras. Assim, concordando com a afirmação de Guathier (1998, p. 20), quando diz que: “uma das condições essenciais a toda profissão é a formalização dos saberes necessários à execução das tarefas

²⁹ Ver mais em Câmara de Deputados, Legislação Informatizada - LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961 - Publicação Original: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

³⁰ BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 12 dez. 2023.

que lhe são próprias”. Sendo, pois, imprescindível a atuação profissional certificada, uma vez que a educação é a base da sociedade, cuja formação de jovens deve ser tratada de forma complexa e ampla, dotada de bons fundamentos teóricos, metodológicos, práticos e pedagógicos.

Tendo em vista que a discussão a respeito da formação profissional de educadores e regulamentação da contratação de professores passou a ser discutida amplamente a partir da década de 60 junto ao advento da LDB e é discutida até os dias de hoje, de forma polêmica, como foi na Medida Provisória da reformulação do Novo Ensino Médio onde foi adicionado um inciso no artigo 61 (medida já revogada) da LDB que apresentava a seguinte redação: “*IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do caput do art. 36.*”³¹. É possível afirmarmos a natureza pioneira dos pensamentos e posicionamentos de Lígia Farinha Almeida, que em seu primeiro mandato enquanto vereadora, já refletia sobre a precarização do ensino bageense em face da pouca regulamentação da contratação de profissionais e infraestrutura das escolas do município. Em anexo a Lei nº 17/49-2, proposta e aprovada no mesmo ano, apresentamos trecho da *carta pedagógica histórica*, trecho este escrito pela educadora e vereadora, tecendo reflexões acerca do tema:

O PROFESSOR SUBVENCIONADO MUNICIPAL

Considera, entretanto, o Município uma categoria de professores para os quais não estabelece exigências de ordem cultural, ou seja, a presença de um título. São os professores subvencionados, que auxiliam a tarefa da educação municipal. Entretanto, ao realizar tarefas educativas, tais professores deverão estar preparados para tal. Seguindo a regra estabelecida para o pedagogismo "instintivo", aquele que dispensaria a cultura, podendo estender de tal modo essa regra que médicos e advogados, como engenheiros, estariam livres da necessidade de estudar para formar-se. Seguiriam, apenas, a inclinação. Porque, necessariamente, não poderá julgar o Município que a tarefa de ensinar, preparar crianças para a escola secundária, para a escola profissional, ou para a própria vida, em tôdas as suas fases, seja menos importante que aquela de curar o corpo doente, de estabelecer a defeza de princípios de Direito, ou de reconstruir casas ou de erguer pontes e monumentos.

Da escola parte um ser em que deverá estar impresso "um valor para a vida",

Nunca se poderá atentar na justificativa de que a subvenção é um mero auxílio. É uma afirmação perversa. Nenhum Govêrno do Estado ou do

³¹ Ver mais em Senado Federal, Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4708207&disposition=inline>. Acesso em: 12 de dez. 2023.

Município "auxiliar", para "auxiliar" apenas, alguém que, sem ser formado, quisesse exercer a medicina para "ajudar" o próximo, ou para "exercer uma obra de benemerência social."

Nossa Lei Orgânica criou, para o Município, uma obrigação em relação aos professores subvencionados, quando estabelece que lhes deverão ser concedidas vantagens equivalentes às dos professores públicos municipais. É o que reza o art. 6º do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município.

Se o professor público municipal deve ser formado, o professor que usufrue da subvenção também deve ser, porque ambos exercem atividades educativas.


Naturalmente, o bom senso indica que não se prejudiquem criaturas que já exercem atividades educacionais, há longo tempo, sem possuírem título. Cuidará o Município de não conceder novas subvenções fora do critério exigido para o preenchimento dos cargos de professores públicos municipais.

Para a realização da escola primária e de seus objetivos, tal deve ser cumprido, porque "sob o ponto de vista do bem coletivo e do interesse nacional, é muito mais útil o indivíduo que não sabe ler do que aquele que não sabe o que deve ler. (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, p. 5, grifos nossos).

É lícito afirmar que além do posicionamento político que Lígia Farinha Almeida se filiava, suas proposições eram baseadas em estudos pontuais e reflexivos acerca das melhorias que defendia, buscando, dessa maneira, possibilidades de mudanças dentro da Lei Orgânica do Município. Podemos observar no recorte acima a preocupação da vereadora para com a desprofissionalização do ensino, bem como a valorização do saber da experiência em detrimento do saber pedagógico, questionando, de tal maneira, o porquê da educação e o profissional da educação não ser considerado respeitável assim como outras profissões de prestígio social, isto é, não seria socialmente aceito que o *notório saber*, o saber pela experiência fosse ser aplicado em contextos médicos, de engenharia na construção civil ou de advogados em defesa de seus casos.

O projeto de lei em questão foi aprovado de forma unânime pela Câmara de Vereadores e aprovado pela comissão de Constituição e Justiça como podemos observar abaixo (**figura 27**):

FIGURA 27 - Projeto de lei nº 16 que estabelece normas para a admissão de professores no magistério primário municipal (24/11/1949)



Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer

A Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação deste projeto de lei nº 16/49-2, dando-se nova redação ao parágrafo único, como segue:

Parágrafo único: A exigência do artigo 1º desta lei será extensiva aos professores que, a contar de 1º de Janeiro de 1950, o Município quiser contratar, subvencionar ou, por qualquer meio ou forma, torna-los como parte das atividades educacionais do ensino primário municipal.

Sala das Sessões, 28 de Novembro de 1949

Antenor Gonçalves Pereira - Presidente e Relator

Otávio Assunção - Secretário

Israel G. Pereira

1ª disc. 28-11-49 Proposiç.
Visto por M. L. S. A.
Votando Ant. Brit.
21-11-49
2ª disc. 21-11-49 Proposiç.
Res. em disc. Proposiç.

Aprovado em discussão
..... votos contra

Sala das Sessões, 24 de Novembro de 1949

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Tabora

Não obstante, o tema Educação foi pensado e discutido em diversas instâncias no mesmo período através das propostas de Lígia Farinha Almeida, seja pela concessão de matrículas gratuitas para alunos em vulnerabilidade socioeconômica, pelo estabelecimento de regras e normas para contratação de professores, assim como o PL que julgamos ser um dos mais distintos da época, que foi a proposta de instituição da Sopa Escolar, através do Projeto de Lei nº17/49-2. Apreciado a seguir (**figura 28**):

FIGURA 28 - Projeto de lei nº 17 que institui a obrigatoriedade da Sopa Escolar (24/11/1949)

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BAGÉ - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICIPAL
30/49
Legislativa
Renovada
P/Lei N.º 86/5

Projeto de Lei N. 17/49-2
Data: 24 de novembro de 1949

Autor:
Vereadora Lígia de Almeida, do P. T. B.

Assunto:
Institue a obrigatoriedade da soppa escolar em tôdas
as aulas municipais

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A descrição da proposta intitulava quatro artigos explicitando a maneira com a qual tal instituição da obrigatoriedade deveria ocorrer. Assim como na transcrição a seguir:

Dr. Carlos Kluwe, Prefeito Municipal de Bagé, faço saber, no uso das atribuições legais, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica instituída, a partir do início do ano escolar de 1950, a obrigatoriedade da sopa escolar em todas as escolas municipais, propriamente ditas.*

Art 2º - *No último trimestre do ano escolar, a sopa poderá ser substituída por uma merenda à base de leite e frutas.*

Art 3º - *Servirá de recurso para cobrir as despesas prevista nesta Lei a abertura de um crédito especial, no início do segundo trimestre do ano escolar de 1950.*

Art 4º - *Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário. (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, grifos nossos)*

Ao investigar 84 projetos de lei propostos na Câmara de Vereadores de Bagé no período de 1947 a 1955, uma distinção nas proposições saltou aos olhos durante as investigações. Nestes documentos, foi possível identificar ser comum a proposta ser apresentada formalmente de acordo com os artigos da lei e em anexo tais proposições terem ou não suas emendas, seguidas da assinatura dos vereadores que a propuseram bem como a palavra grifada ‘Justificativa Oral’, que era realizada no pleito no momento da apresentação da proposta de projeto de lei, apreciação e votação do plenário, no entanto, assim como a justificativa técnica, a distinção observada nas propostas e projetos de lei elencados por Lígia Farinha Almeida foram as cartas - que aqui chamaremos de *Carta Pedagógica Histórica*³² - em anexo as proposições realizadas por elas, tais justificativas eram enviadas ao prefeito Carlos Kluwe (PTB), prefeito de Bagé no período de 1947 a 1951, a fim de que pudesse apreciá-las e compreender a natureza e importância da implementação de tais projetos de lei.

Neste estudo, atribuímos às cartas de Lígia Farinha Almeida, em anexo ao projeto de lei que institui a obrigatoriedade da sopa escolar, a nomenclatura de *Carta Pedagógica Histórica*, haja vista, o conteúdo de tal material. Para Moraes e Paiva (2018, p. 11) “a carta é um documento, peça para o diálogo, prosa, comunicação mais direta, coloquial, direcionada a um interlocutor. Há nelas um sentido, ao mesmo

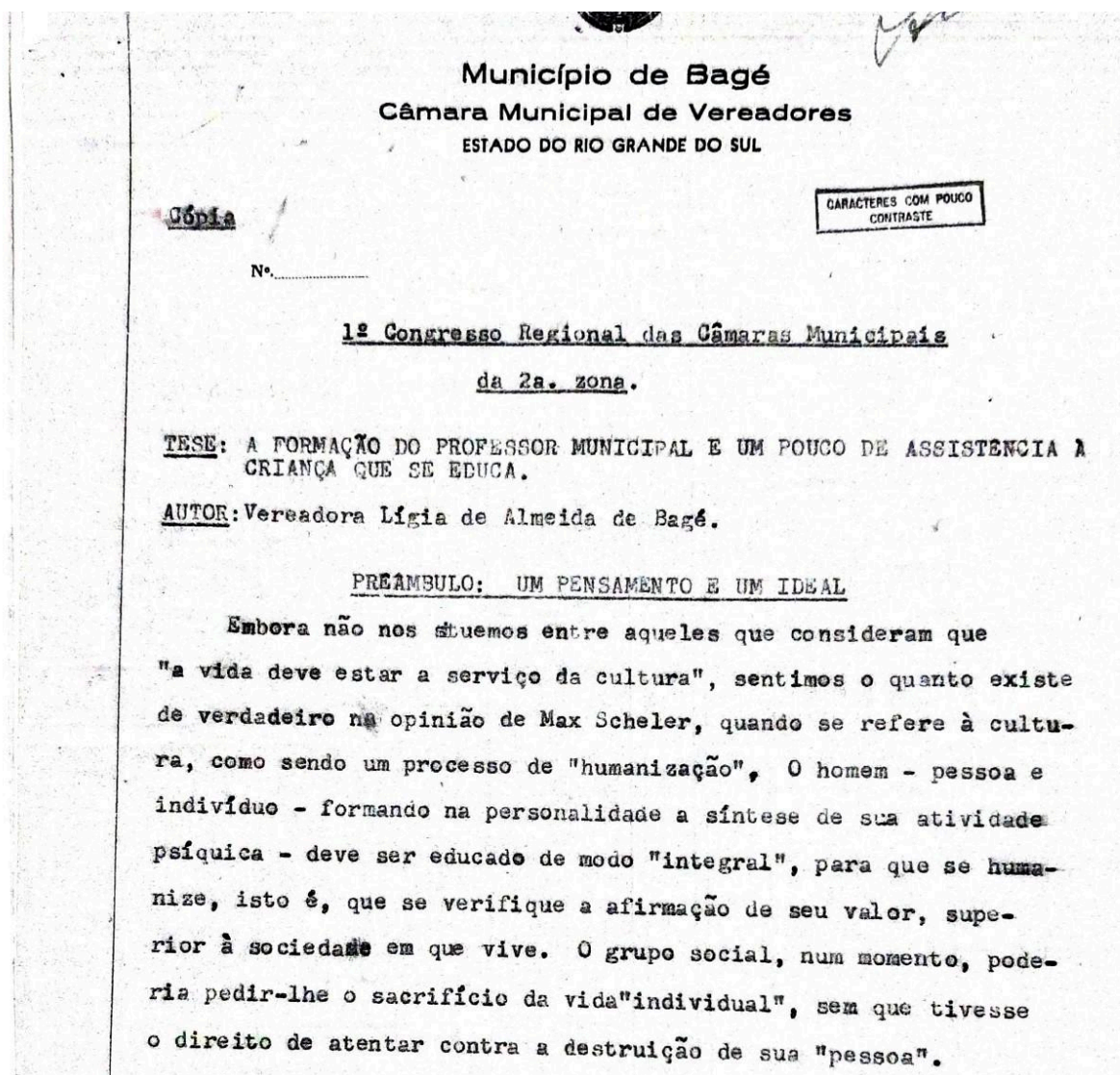
³² ANEXO B (Carta na íntegra).

tempo, objetivo e subjetivo, coloquial e formal, prosaico e poético”. As cartas foram e são utilizadas há séculos como um meio de comunicação, porém, tendo em vista que há no conteúdo das cartas da vereadora um objetivo específico, com intuito de mobilizar uma ação e um saber, de forma filosófica e com suporte de teorias da educação, tal material deve ser tratado com um cunho educacional, assumindo a atribuição de carta pedagógica (Freire, 2000; Camini, 2012; Moraes e Paiva, 2018) e, histórica, pois nos descreve o momento político da educação da época em que foi produzida.

Para Camini (2012, p. 79) “uma carta, que se proponha a ser pedagógica, deve conter cunho pedagógico, isto é, essencialmente seja portadora de conteúdo, de metodologia popular, de uma intencionalidade formativa e informativa [...]”. Para Paulo Freire, grande educador e filósofo que mobilizou tal conceito na produção de diversos livros escritos em forma de cartas pedagógicas, tal documento poderia ser utilizado enquanto instrumento por “professoras e professores que, chamados à reflexão pelos desafios em sua prática docente, encontrassem nelas elementos capazes de ajudá-los na elaboração de suas respostas”, (Freire, 2000, p. 29). Ou seja, há nas cartas pedagógicas o sentimento de rememorar experiências e ideologias, sobretudo, convicções, imaginações, perguntas, soluções e, sobretudo, um olhar crítico à realidade vivida, sendo esta, um instrumento de diálogo e reflexões de uma possível educação.

Lígia Farinha Almeida apresentou a leitura da *carta pedagógica histórica* durante o 1º Congresso Regional das Câmaras Municipais da 2ª zona, realizado na cidade de Bagé com a presença de delegados dos municípios de Lavras, Livramento, Caçapava, Rosário do Sul, São Gabriel e Cacequi (Almeida, 23 de maio de 1950), congresso este que esteve sob a presidência do vereador Protásio da Rosa Fagundes (PSD), ao apresentar o projeto de lei nº 17/49-2 em novembro de 1949 (ANEXO B).

FIGURA 29 - Carta pedagógica histórica em anexo ao projeto de lei nº 17/49-2
(24/11/1949)



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A carta em questão possui 8 páginas, em seu conteúdo, Lígia Farinha Almeida não limitou-se em descrever tão somente a justificativa da importância de se implementar cozinhas equipadas e concedimento de alimento para crianças e jovens nas escolas de Bagé, porém, refletiu sobre um panorama do ideário da educação. Sendo subdividida em seções, sendo elas: *PREÂMBULO: UM PENSAMENTO E UM IDEAL; A MESTRA DA ESCOLA PRIMÁRIA; O ENSINO PRIMÁRIO MUNICIPAL; O PROFESSOR SUBVENCIONADO MUNICIPAL; A CRIANÇA e a CONCLUSÃO.*

O título da carta pedagógica já nos apresenta a reflexão e tese que busca defender em sua proposição: "*A FORMAÇÃO DO PROFESSOR MUNICIPAL E UM POUCO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA QUE SE EDUCA*". Lígia Farinha Almeida inicia o texto citando dois filósofos: Max Scheler e Jacques Maritain para refletir sobre a imagem da filosofia diante dos conceitos de humanização e a importância de se formar cidadãos humanizados, educados e preparados para viver em sociedade. Para indagar a questão inicialmente apresentada, os desafios da escola e da vida particular e coletiva:

Temos como pensamento e como ideal realizar a cultura na escola, afirmando a personalidade do educando. Educar é construir uma vida melhor para si e para os outros, dedicando uma parte, ou uma integral do tempo à ação benéfica de transmitir conhecimentos.

Educar é cultivar na criança seu amor inato pelas coisas belas do mundo. O ensinamento constrói porque liberta o espírito e disciplina o corpo, descobrindo tendências, orientando inclinações.

O LIVRO, a VIDA, o TRABALHO, são os novos rumos da escola, liberta hoje da preocupação absoluta de fazer leitura, ensinar cálculos e escrita. Sem abandonar a imprescindível colaboração do livro, procura-se hoje, iniciar a criança para a vida, pelo trabalho, afim de que ela possa ajustar-se às difíceis contingências de nosso mundo cheio de problemas para os jovens e para os velhos. (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, p. 1, grifos nossos).

Desta forma, o ideário posto pela educadora é de que o espaço escolar também seja um espaço formativo de caráter e preparo para a vida fora do ambiente da escola, apresentando também os desafios que são enfrentados diante dessa colocação, visto que a escola, naquele período, era utilizada enquanto um braço direito das ideologias governamentais, preparando sujeitos para o mercado laboral, aquém do interesse de formação intelectual, do pensamento crítico e do preparo para viver em sociedade, todavia, cabia aos professores identificar tais problemáticas do dia-a-dia e solucioná-los, para isto, cabe a necessidade dos conhecimentos das leis e das teorias que envolvem a educação para melhor atender as diferentes realidades encontradas no seio escolar:

A MESTRA DA ESCOLA PRIMÁRIA

Somos dos que acreditam que se nasce Mestre, como se nasce artista. Assim como a arte é necessário o conhecimento das leis que regem a arte, àquela é imprescindível a noção dos conhecimentos que presidem à escola. À criança, que se educa, existe, nessa época de formação, uma passagem de vida "egocêntrica" para a vida "exocêntrica", isto é, do seu próprio mundo para o mundo real da vida em sociedade.

Quando não há equilíbrio nessa passagem, quando não correspondem a vida exterior e a personalidade que se forma, surgem, de imediato, conflitos que a Mestra terá de resolver. São problemas oriundos do meio e das diferenciações, às vezes, da fortuna... Há ambições que se formam, há inquietudes, haverá um dia recalques.

A Mestra do curso primário é artífice de tais caracteres, atentando, anda, que as crianças entregues aos seus cuidados, vindas, na sua maioria, de lares humildes, outras de lares desfeitos, outras abandonadas em sua formação familiar, deverão, como as suas iguais, porém melhor dotadas quanto ao ambiente da vida de família, ler os mesmos livros, saber a mesma rudimentar ciência, enfrentar os mesmos problemas, - quiça mais árduos, nascidos da necessidade de sentir-se grande mesmo sabendo que se é pequeno pelos bens materiais que a vida, a sorte, a herança, colocaram nas mãos de uns e não nas mãos de todos. (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, p. 2, grifos nossos)

Uma das características que percorrem todo o texto é a atenção às diferentes condições materiais de alunos que ingressam na escola e a responsabilidade que há do poder público em suprir tais necessidades que se apresentam às pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, bem como, a evidência de que quanto menos abastado o sujeito é, menor o grau de instrução, atentando aos educadores a importância de se considerar as diferentes realidades para que assim seja possível lecionar diante das condições particulares de cada sujeito que ali ocupa o espaço escolar. Isto posto, há de se considerar as condições materiais, as condições do ambiente e, também, as condições imbricadas aos corpos vulneráveis, como afirma no excerto a seguir:

[...] É certo que em nossas escolas encontram-se os mais variados ambientes. Podemos afirmar que elas são precárias, quanto à higiene e bem estar que oferecem. Nêsses lugares, entretanto, é que se evidencia a necessidade do material humano suprir o material didático e, se fosse possível, num milagre de boa vontade, tornar mais saudável uma aula sem luz, de teto esburacado, onde o vento e chuva entram livremente. **Vive a Mestra primária um verdadeiro drama: ensinar regras de higiene, de bem-estar, de conforto, a crianças desnutridas, fracas, com fome, doentias, atestando nosso mal, nosso grande mal de falta de alimentação suficiente.** E êsse drama persistirá até que - o que já se evidencia - as más escolas sejam substituídas pelas boas, nos planos governamentais, da União, do Estado ou do Município, de prover a instrução nacional.

A Mestra da escola primária deve ter a indispensável cultura pedagógica, considerando ser a criança um mundo, uma vida, um futuro.

Com mais facilidade se perdoaria o artista que falhasse na consecução de seus ideias de arte, do que se perdoaria à Mestra que falhasse em sua missão de formar uma personalidade, um caráter e um cérebro infantil.

Daí a necessidade de praticar-se a aristocracia democrática.

Pela seleção dos melhores, dos mais aptos, daqueles que não se caracterizam pelo "estilo" do profissionalismo de fim de mês, responsáveis

direitos pela decadência intelectual ou pela falha dos que foram confiados à sua guarda.

Nada pode realizar o Mestre sem o concurso do lar. Mas quando este é deficiente, deve realizar a educação "integral" a Mestra, como alma da escola, como guia do aluno. (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, p. 3, grifos nossos)

A educadora discorre no trecho acima sobre os desafios que educadoras se deparam no cotidiano das escolas, sejam eles de infraestrutura, higiene escolar ou condições financeiras de seus alunos matriculados. Atribuindo ao poder público como o Governo Federal, Governo do Estado e Municípios de prover melhores condições as instituições escolares e atribuindo aos professores a responsabilidade moral e pedagógica de enfrentar as adversidades materiais que estavam postas enquanto tal problema não era mitigado, cabendo ao educador possuir formação adequada para lecionar. Isto pois, não caberia ao professor o simples fato de ensinar a criança a juntar sílabas e proferir palavras, conjugar seus verbos e saber sua sintaxe, sem refletir sobre o texto e os contextos lidos, há de considerar veemente a formação profissional de um educador, haja vista da qualidade do ensino, um ensino para ensinar a pensar e não um ensino para reproduzir doutrinas e ideologias. Como bem defende no recorte a seguir:

O ENSINO PRIMÁRIO MUNICIPAL

Diz Miranda Santos: "A simples alfabetização de modo nenhum prepara o indivíduo para a moderna vida social. Aprendendo apenas a ler e a escrever, êle não se torna um elemento ativo e consciente do progresso social, nem adquire a noção precisa de sua função política no seio da nacionalidade."

Sabemos que a simples alfabetização sujeita, ainda, a criança a no futuro ser presa fácil de tôdas as idéias e doutrinas deletérias, "porque apenas saber ler é estar vivendo dentro da rotina e da ignorância.", sem aperfeiçoamento espiritual, nem capacidade mental de adaptar-se ao meio coletivo. A vida moderna traz ao homem, para vencer, a necessidade de estar possuído de um "equipamento de idéia que vão muito além da simples alfabetização." Afirma um sociólogo brasileiro que o nosso problema educacional "não pode ser resolvido com a simples criação de escolas, porque de nada vale criar escolas que não estejam em condições de realizar sua finalidade educativa."

Diz a Constituição Federal pelo seu art. 174: "O amparo à cultura é dever do Estado." Na conceituação da moderna democracia, o Estado ativo substitue o indivíduo em suas limitações, fortalece-o, ampara-o, dá-lhe direitos e lhe impõe deveres. Cumpre, portanto, que seja mantida a verdadeira hierarquia das Leis. O Estado e o Município deverão amparar a cultura, tornando o ensino uma harmonia, um conjunto em que não haja sons falsos, ou ideais irrealizados.

Por sua vez, o art. 72 da Lei Orgânica do Município, que é a transcrição do 1º do art. 19º da Const. Estadual, diz que "o ensino municipal é

complementar do estadual." A clareza do texto confirma a necessidade de seguir-se no Município, o que foi estabelecido para o Estado. Os professores de ambos deverão ter ou apresentar condições idênticas, porquê idênticas deverão ser as exigências de ambos Estado e Município. (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, p. 4, grifos nossos).

A partir da reflexão sobre a realidade e infraestrutura das escolas bageenses, da formação de professores atuantes, do compromisso do Governo Federal e Estadual de mitigar desigualdades e prover para melhorias educacionais, Lígia Farinha Almeida propõe a reflexão acerca da criança, alvo e prioridade de sua proposta da Sopa Escolar nas escolas, tema este que delineou e esteve presente em toda narrativa da carta, a falta de recursos das famílias, a má alimentação e subnutrição de crianças, as condições materiais precárias e explicita a importância da implementação deste projeto de lei:

A CRIANÇA

"A sociedade reclama para as gerações vindouras maior soma de felicidade do que aquele que desfruta do presente. Entretanto, através de uma organização escolar deficiente, deprime a criança, matando iniciativas, animando a revolta e o ódio".

Nossa criança é um mundo em perspectiva. É mistér prepará-la bem, agora, que se compreende, dentro dos princípios da pedagogia moderna, que a escola orienta para o futuro, para um trabalho, que poderá ser manual ou intelectual.

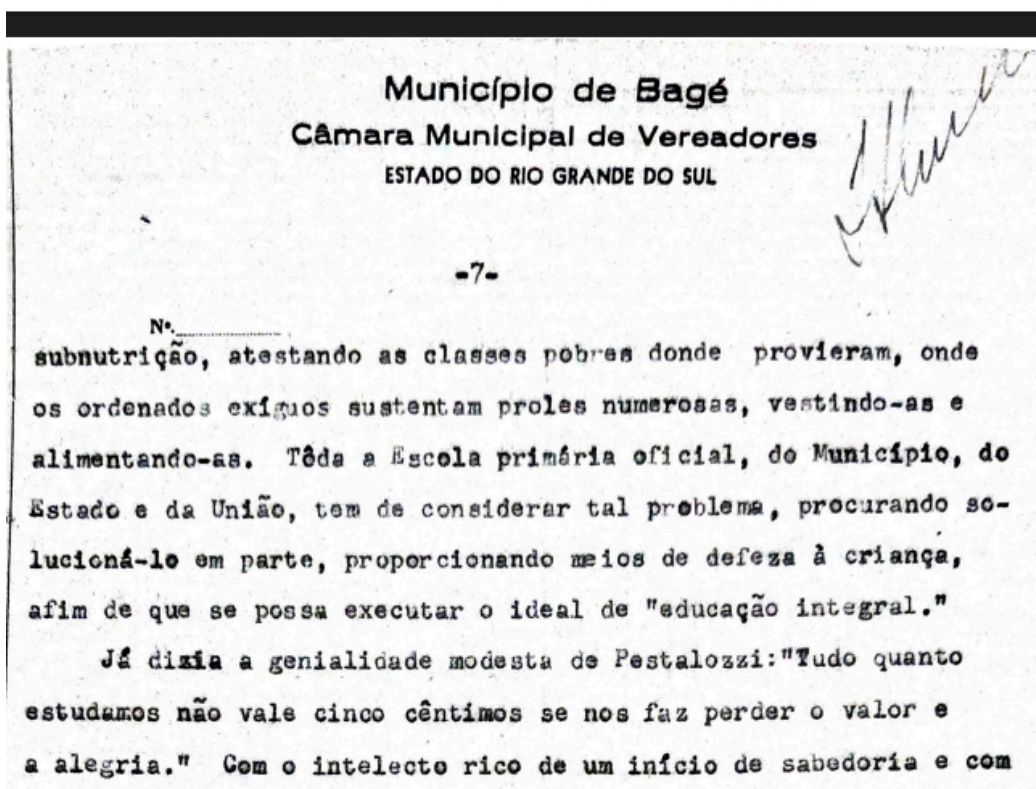
*A educação integral visa, entretanto, o aperfeiçoamento do corpo e do espírito. As crianças de nossas escolas ressentem-se, em geral, da falta de alimentação sadia e suficiente. As horas largas de aula, mesmo dadas com arte e perfeita distribuição, requerem o cuidado do corpo do educando, alimentando-o em determinados intervalos. **É absolutamente impossível lecionar crianças que sintam fome, em estado de subnutrição, atestando as classes pobres donde provieram, onde os ordenados exíguos sustentam proles numerosas, vestindo-as e alimentando-as. Tôda a Escola primária oficial, do Município, do Estado e da União tem de considerar tal problema, procurando solucioná-lo em parte, proporcionando meios de defeza à criança, afim de que se possa executar o ideal da "educação integral."***

Já dizia a genialidade modesta de Pestalozzi: "Tudo quanto estudamos não vale cinco cêntimos se nos faz perder o valor e a alegria." Com o intelecto rico de um início de sabedoria e com o corpo enfraquecido de fome e de gadiga, produzida pelo enfraquecimento, estará educada a criança? terá a escola cumprido a sua finalidade?

Na lei Orgânica do Município de Bagé, o art. 83 & 2º. quando se refere à formação dos "fundos de educação", diz: "parte dos mesmos fundos deverá ser aplicada em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito do material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, médica e dentária, e para vilegiaturas. Baseia-se este artigo no 190 da Constituição Estadual. Daí considerarmos que todos os Municípios deverão tê-lo inscrito em sua Lei Orgânica. (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, p. 7, grifos nossos)

FIGURA 30 - Carta pedagógica histórica em anexo ao projeto de lei nº 17/49-2
(24/11/1949)

corpo do educando, alimentando-o em determinados intervalos. É absolutamente impossível lecionar crianças que sintam fome, em estado de



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A carta pedagógica histórica foi concluída da seguinte maneira, atestando o posicionamento da necessidade da contratação de professores formados e destinamento da verba de "fundos de educação" para a implementação da Merenda Escolar no Município de Bagé:

CONCLUINDO:

a) - Considerando o ensino Municipal "Formador de Cultura" e Complementar do Estadual" que, a partir de 1º de janeiro de 1950, não sejam admitidos professores subvencionados sem concurso de títulos ou de provas assegurando-se, entretanto, os direitos, que porventura, tenham aqueles que foram admitidos anteriormente àquela data;

b) - que seja consignada uma verba em orçamento, ou como parte da formação dos "fundos de educação", anualmente, com fim preciso da obrigatoriedade de manter, na época de inverno e verão, durante todo o ano escolar, a denominada "sopa escolar" que, em época

de calor, pela aproximação do estío, poderá ser substituída por uma merenda constituída de leite e frutas.

Bagé, 28 de outubro de 1949

Ass. Lígia de Almeida (Almeida, Lei nº17/49-2, 24 de novembro de 1949, p. 8, grifos nossos)

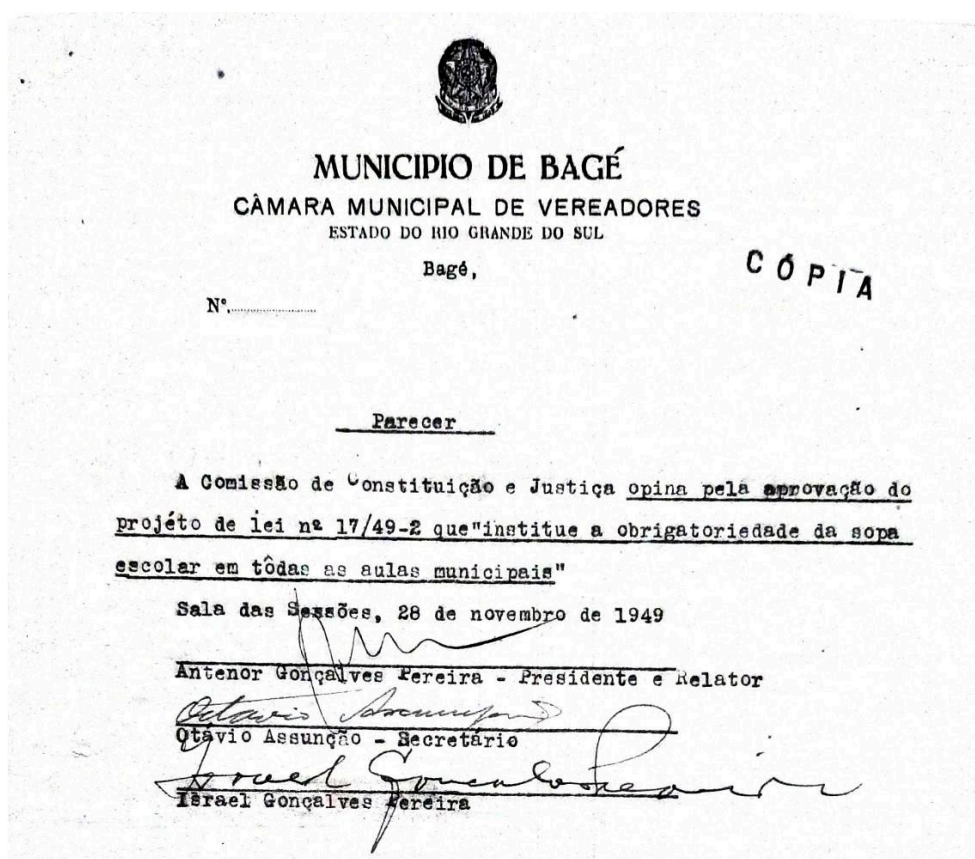
Ressaltamos que esta era uma discussão relativamente nova para a educação e para o município. Tendo em vista que deu-se início através de um estudo realizado por Getúlio Vargas sobre a alimentação e o caráter nutricional das refeições brasileiras, afim de que pudesse realizar campanhas eleitorais levantando o tema para debate, identificando, dessa forma, a precarização das escolas e das condições alimentares de seus estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, frequentando a escola, muitas vezes, sem nenhuma comida no estômago. Timidamente alguns estados e municípios passam a implementar a chamada merenda escolar após a criação do primeiro programa de merenda nacional, no governo democrático de Getúlio Vargas em 1951, no entanto, é somente a partir da década de 70 que é criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), porém, tornando-se obrigatória a partir de 2001, garantindo recursos transferidos pelo governo federal e com gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sua ampliação e melhorias acontece a partir de 2009³³, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) onde houve ampliação no atendimento, incluindo o Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), tal alimentação escolar, na atualidade, atende mais de 47 milhões de crianças e jovens da rede pública de ensino subsidiando alimentação saudável para as escolas.

Porém, esta não era a realidade em 1947, tanto para o Brasil, Rio Grande do Sul quanto para o município de Bagé, sendo este um tema totalmente novo, não havia reflexão crítica a respeito da importância da alimentação para o aprendizado, assim como as escolas não dispunham de infraestrutura adequada para receber uma cozinha, sendo que esta nunca havia sido considerada em sua fundação e utilidade. Lígia Farinha Almeida foi a primeira a trazer a temática para discussão, defendendo sua tese em um importante congresso regional, que reuniu prefeitos e vereadores das cidades vizinhas. Não obstante, o projeto foi promulgado e aprovado com a maioria da Câmara de Vereadores, reconhecendo a importância da temática

³³ Ver mais em Casa Civil da Presidência da República: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 3 de jan. de 2024.

para a melhoria das condições de ensino e qualidade do aprendizado nas escolas bageenses sob a justificativa da prerrogativa da Lei Orgânica Municipal que referia-se a formação do fundo da educação, onde deveria ser aplicada em auxílio a alunos necessitados. Observamos a aprovação na figura abaixo (**figura 31**):

FIGURA 31 - Projeto de lei nº 17 que institui a obrigatoriedade da Sopa Escolar (24/11/1949)

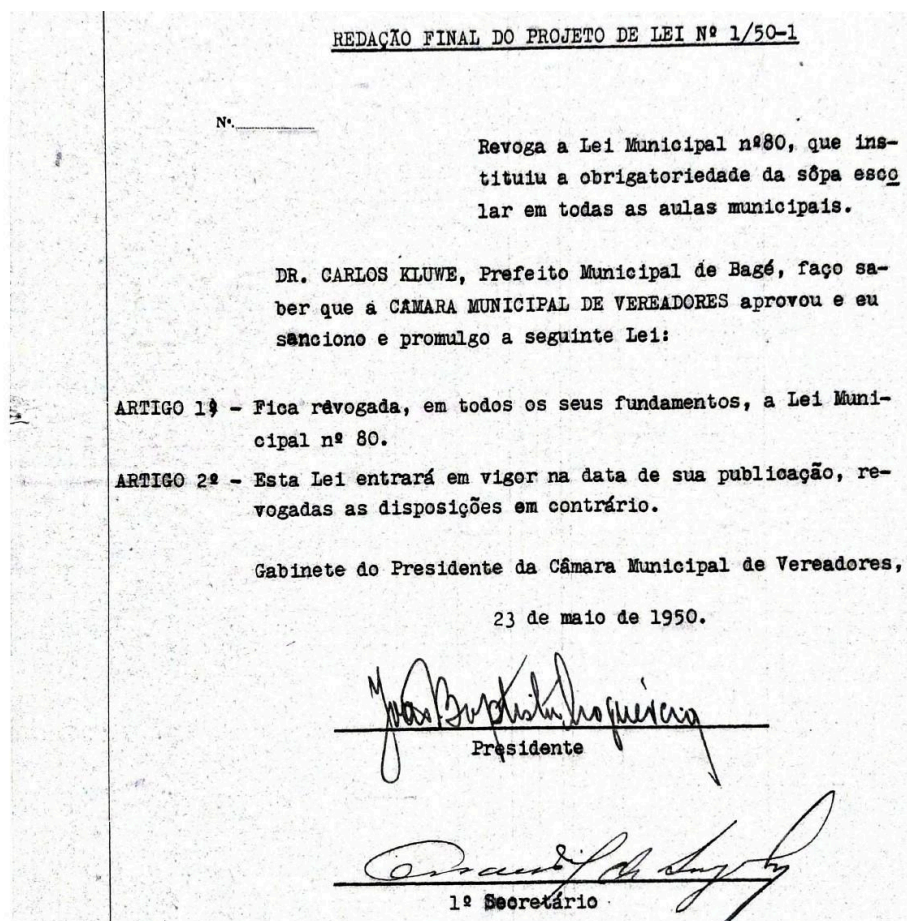


Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

O projeto de Lei nº17/49-2 foi aprovado em discussão no plenário com unanimidade, no entanto, em 1950, após a aprovação da Lei que instituiu a chamada Sopa Escolar, a discussão voltou à tona por parte do plenário no sentido de revogá-la. A proposta foi feita pelo vereador Protásio da Rosa Fagundes (PSD) no dia 13 de abril de 1950, provocando, dessa maneira, ampla discussão a respeito do tema dentro da Câmara de Vereadores. O tema foi debatido em 3 sessões parlamentares ocorridas nos dias 25 de maio de 1950, 04 de abril de 1950 e 23 de

abril de 1950. Dessa maneira, a revogação foi aprovada na 3º discussão e teve 8 votos a favor em oposição a um voto contra, o de Lígia Farinha Almeida.

FIGURA 32 - Projeto de Lei 1/50-1 que revoga a Lei nº 17/49-2 (13/05/1950)



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Considerações

Considerando as dificuldades econômico-financeiras que atingem todos os setores da Nação;

Considerando as dificuldades e o atraso com que são recebidas as cotas federal e estadual a que tem direito a Prefeitura;

Considerando que assuntos de assistência social são de alçada, primordialmente, do govêrno federal;

Considerando que, para cumprimento da Lei Municipal nº80, seria necessário a criação ou elevação de taxas, o que não mais é comportado pelas classes produtoras ou por qualquer outra classe;

Considerando, portanto, a inexequibilidade da Lei nº80, o vereador que subscreve a proposição anexa, acha aconselhável e indispensável a sua aprovação, revogando uma lei, muito justa no seu método, mas de impossível realização.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1950.

Protásio Alves da Rosa Fagundes (PSD)

Em anexo a lei nº 1/50-1, a Comissão de Finanças apresenta o parecer referente ao projeto de lei, afirmando ser a missão da comissão vigiar pelo dinheiro público e avaliar as possibilidades de realização dos projetos de leis aprovados em plenário, no entanto, a partir do estudo realizado pela Comissão de Finanças e Orçamento foi avaliado que a receita do município não comportaria a realização dos encargos, sendo a quantia necessária muito superior ao que a municipalidade poderia atender "A comissão de Finanças e Orçamento não pôde deixar de reconhecer o mérito da iniciativa, mas, [...] reconhece a impossibilidade de vê-la satisfeita, por isso, neste parecer, opina favoravelmente à sua revogação." (Lei nº 1/50-1, 27 abril de 1950).

Apresentando, dessa forma, o seguinte parecer:

FIGURA 33 - Projeto de Lei 1/50-1 que revoga a Lei nº 17/49-2 (13/05/1950)

MUNICIPIO DE BAGÉ		
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		
Bagé,		
N.º		
Prováveis despesas com a instalação de cozinhas e fornecimento de sopa escolar nas Escolas Municipais.		
=====		
<u>Despesa inicial</u>		
35 fogões tipo "00".....	a l/400:00	14.000:00
105 metros de cano	a l/ 30:00	3.150:00
35 chapéus para fogão.....	a l/ 30:00	1.050:00
35 panelas de ferro, médias;	a l/ 40:00	1.400:00
35 " " " pequenas	a l/ 30:00	1.050:00
35 conchas esmaltadas	a l/ 10:00	350:00
35 facas de cozinha	a l/ 30:00	1.050:00
35 tabuas para cortar carne	a l/ 10:00	350:00
70 latas para mantimentos	a l/ 15:00	1.050:00
35 mesas para cozinha peq.	a l/ 60:00	2.100:00
35 mesas para refeitório	a l/120:00	4.200:00
420 vadeiras coloniais	a l/ 30:00	12.600:00
70 toalhas para mesa	a l/ 60:00	4.200:00
70 guardanapos	a l/ 10:00	700:00
35 armários para louças	a l/100:00	3.500:00
3000 pratos esmaltados	a l/ 5:00	15.000:00
3000 colheres para sopa	a l/ 3:00	9.000:00
3000 facas	a l/ 3:00	9.000:00
3000 garfos	a l/ 3:00	9.000:00
		<u>92.750:00</u>
<u>Despesa permanente</u>		
7.000 kos. de carne	p/ano a l/ 4:80	33.600:00
3.500 kos. de banha	p/ano a l/ 16:00	56.000:00
1.200 kos. de sal	p/ano a l/ 1:00	1.200:00
Verduras	p/ano	10.000:00
35 cozinheiras	p/ano a l/ 150:00	52.500:00
35 serventes	p/ano a l/ 60:00	21.000:00
Lenha	p/ano	15.000:00
Material para limpeza	p/ano	10.000:00
Eventuais	p/ano	30.000:00
		<u>229.300:00</u>
Resumo: Despesa mensal - mais ou menos - = <u>22.930:00</u>		

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A prerrogativa inicial da revogação da lei foi apresentada pela Comissão de Finanças diante do orçamento que deveria ser destinado para o empreendimento, alegando a falta de recursos materiais e financeiros para fazê-lo afirmando que "sendo que ao nosso ver, é impossível à Prefeitura atender, com os recursos normais da receita, ao encargo criado pela Lei nº80" (Bagé, 11 de maio de 1950) e pela comissão de Alimentação e Saúde Pública afirmando que "reconhece o mérito da Lei Municipal proposta, no entanto, tomando conhecimento do parecer da Comissão de Finanças e Orçamentos, reconhece a absoluta impossibilidade financeira da Prefeitura" (Lei nº 1/50-1, 1950), no entanto, o que chama a atenção é a carta³⁴ escrita pelo novo prefeito de Bagé, João Baptista Fico (PTB), companheiro de partido de Lígia Farinha Almeida, que traz em anexo ao projeto de revogação da lei, justificando a sua posição contrária a implementação da merenda escolar no município de Bagé.

FIGURA 34 - Carta do prefeito João Baptista Fico (PTB) em anexo ao Projeto de Lei 1/50-1 que revoga a Lei nº 17/49-2 (13/05/1950)

PROJETO DE LEI Nº 1/50/1
 AUTOR : VEREADOR PROTASIO DA ROSA FAGUNDES
 ASSUNTO: REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 80

Devo, inicialmente, declarar quæes as razões que me obrigam a esclarecer o meu voto, embora ^{de acordo} neste projeto de lei. Considerando as finalidades da lei, que ora se pretende revogar, deve-se atentar que tal ação não imprime, ou, melhor, não pretende retirar, de nossos escolares, uma medida humana e de proteção individual, e, para isso, basta que se verifique certos e determinados princípios de higiene escolar, hoje, tão apregoados pelos mestres, na matéria de Assistência a infância escolar. OS princípios que regem uma melhor assimilação, tanto ~~material~~ intelectual, como alimentar, estão hoje de acordo que não se deve, nestas ocasiões, obrigar quer a infância, como o adulto, a um trabalho digestivo maior, pois que, este reduz, em produção, tanto uma como outra daquelas assimilações. Ora, a nossa infância vem tendo uma orientação que não se coordena com estes pontos básicos, quer na sua proteção material, como, também, na intelectual; daí, o desenvolvimento intelectual observado em nossos escolares.

A nossa infância e, neste temos muitas vezes chamado a atenção das tas colenda Camara, usa e abusa de alimentos tóxicos e de difícil digestão, não tendo quem, com a responsabilidade de orientá-la, lhe ministre os ensinamentos necessários, salvaguardando-a de ^{de} e de imprecisos recursos intelectuais futuros. Assim, já- temos feito sentir, os malefícios trazidos pela ingestão de sanduíches, doces, sopas etc., nas horas de aprendizagem que, exercendo um trabalho digestivo maior, reduz consequentemente, o poder assimilativo dos jovens escolares, isto tudo decorrente da depressão mental originada pela função digestiva. Isto é fato provado e com grandes fundamentos

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

³⁴ ANEXO C (carta na íntegra).

A seguir, a transcrição completa da carta do Prefeito João Baptista Fico em anexo a lei nº 1/50/1 de autoria do vereador Protasio da Rosa Fagundes:

*Devo, inicialmente, declarar quaes as razões que me obrigam a esclarecer o meu voto, embora aprovado, neste projeto de lei. Considerando as finalidades da lei, que ora se pretende revogar, deve-se atentar que tal ação não imprica ou, melhor, não pretende retirar, de nossas escolares, uma medida humana e de proteção individual, e, para isso, basta que se verifique certos e determinados principios de higiene escolar, hoje, tão apregoados pelos mestres, na Assistencia a infancia escolar. **Os principios que regem uma melhor assimilação, tanto intelectual, como material, alimentar, estão hoje de acordo que não se deve, nestas ocasiões, obrigar quer a infancia, como o adulto, a um trabalho digestivo maior, pois que, este reduz, em produção, tanto uma como outra daquelas assimilações.** Ora, a nossa infancia vem tendo uma orientação que não se coordena com estes pontos basicos, quer na sua proteção material, como, tambem, na intelectual, dahi, os desnivelamentos observado em nossos escolares.*

*A nossa infancia e, nisto temos muitas vezes chamado a atenção destas colenda Camara, usa e abusa de alimentos toxicos e de deficit digestão, não tendo quem, com a responsabilidade de orienta-la, lhe menistre os ensinamentos necesarios, salvaguardando-a de mães e de imprecisos recursos intelectuaes futuros. **Assim, ja- temos feito sentir, os maleficios trazidos pela ingestão de sanduiches, doces, sopas etc., nas horas de aprendisagens que exercendo um trabalho digestivo maior, reduz consequentemente, o poder assimilativo dos jovens escolares, isto tudo decorrente da depressão mental origenada pela função digestiva.** Isto é fato provado e com grandes fundamentos na ciencia, razão pela qual a Higiene moderna dos escolares aconselha quer para a facilidade do trabalho digestivo, como para a maior facilidade de assimilação intelectual, conforme tem-se verificado, torna-se muito superior e, mesmo dando caso as estatisticas, verificam-se casos de verdadeiros transformações, fruto desta doutrina" **AO ESTOMAGO FARTO DEVE-SE SOBREPÔR O ESTOMAGO UTIL**".*

Deve o Estado (Governo) surpir, no meio, as deficiencias individuaes. Certo de que, mais facil se torna adquirir uma sopa do que um pouco de leite, cabe no Estado a suprencia deste aos elementos que, dadas as suas condições economicas, não podem usa-lo de acordo com as necessidades alimentares.

Embora, parecendo, até certo ponto, mais caro o leite, deve-se compreender que o Poder publico tem em mão meios de fazer com que os necessitados possam usa-lo e, mesmo, sem prejuizo da coletividade. Haja visto que se passa na Inglaterra, onde o Governo, monopolisando, até certo ponto o leite, só o permite que seja fornecido aos doentes, velhos e crianças, na dose minima de 300 gramas diarias, tornando a infancia daquele paiz uma das mais fortes de quantas já tenham vivido sobre os ceus daquela grande nação.

*Poderia extender-me em muitas considerações, entretanto, **como acha-se em discussão a revogação de uma lei aprovada e sancionada, devo esclarecer que vejo na mesma, não uma maneira de se fornecer, somente um alimento, mas fazer com que a infancia, alem de bem alimentada, esteja em condições de uma maior recepção mental.** Por isso, não entro em considerações sobre a situação financeira do municipio, dado que a primordial função do Poder Publico é defender e estabelecer condições de proteção ao elemento essencial: o homem. Nada poder-se-a conseguir, desde que não tenhamos um maior cuidado e carinho para o fundamento e unico dos destinos da patria, esse elemento que trabalhando e satisfazendo as suas obrigações com o Estado também, exige do mesmo a sua conservação e perpetuidade. É a vida que obriga procurarmos a*

conservação da espcia, já que, como seres, somos dela, apenas depositarios efemerros.

Aceitando a revogação desta lei, faço com a consciencia tranquila de poder exigir em seu lugar aquilo que, bem quiz esplanar, neste voto, o fornecimento aos nossos escolares de uma merenda que esteja de acordo com os principios fundamentaes da Higiene escolar. (Fico, 19 de maio de 1950, p. 13-14-15, grifos nossos)

Importante elucidar que João Baptista Fico foi um importante e reconhecido médico de Bagé, tendo ele sido prefeito em dois mandatos no município de 1951-1955 e 1959-1963. Sua figura é rememorada em diversas pesquisas históricas, mencionado em diversas publicações de livros de historiadores e tem monumentos e ruas em homenagem à sua trajetória. A transcrição acima, da carta escrita por Fico em anexo a revogação da Sopa Escolar, denota o posicionamento médico da época, na qual se sobrepunha o pensamento higienista alinhado a alimentação, sendo a alimentação escolar uma pauta inédita, recente e que vinha ganhando timidamente respaldo teórico, era possível encontrar respaldo dentro dos pressupostos da higiene, da alimentação alinhada com a aquisição do conhecimento, a prerrogativa da revogação de tão importante lei que propunha levar alimento para dentro da escola. O posicionamento do prefeito João Batista Fico não se pautava na justificativa do orçamento municipal mas sim na tese de que a alimentação e digestão eram influências diretas no processo de retardo da aquisição do conhecimento, como podemos observar nos seguintes trechos:

Assim, ja- temos feito sentir, os maleficios trazidos pela ingestão de sanduiches, doces, sopas etc., nas horas de aprendisagens que exercendo um trabalho digestivo maior, reduz consequentemente, o poder assimilativo dos jovens escolares, isto tudo decorrente da depressão mental origenada pela função digestiva. (Fico, 1950, p. 14)

Ou a afirmação de que “AO ESTOMAGO FARTO DEVE-SE SOBREPÔR O ESTOMAGO UTIL” (Fico, 19 de maio de 1950, p. 14). O discurso posto por Fico era o de que a alimentação aliada ao momento da aprendizagem poderia trazer malefícios para o aprendizado, visto que o processo digestivo poderia vir a atrapalhar a concentração e assimilação dos conteúdos escolares. Apesar das fortes afirmações, não foi possível encontrar teorias da área da saúde que dessem conta de trazer alguma compreensão acerca do que está posto na carta transcrita do médico e prefeito, ainda que ao justificá-lo, Fico afirmara que este “fato” era subsidiado por grandes fundamentos da ciência (sic).

Não obstante, Lúgia Farinha Almeida, redigiu um projeto de lei a fim de substituir a revogação da PL 1/50-1, afim de contestar as decisões postas e descritas na revogação, assim escrevendo, novamente, uma carta em anexo, que transcrevemos na íntegra:

CARTA EM ANEXO AO PROJETO SUBSTITUTO DA REVOGAÇÃO DA SOPA ESCOLAR

Exmo. Sr. Presidente.

À Mesa da Câmara e Projeto de Lei nº 1/50-1, de autoria do nobre Vereador Protásio da Rosa Fagundes da bancada do PSD, faço à Casa as seguintes observações:

De acordo com a resolução unânime ao Congresso de Vereadores da 2ª zona, realizado nesta Cidade, com a presença de Delegados desta Câmara e representantes do Municípios de Lavras, Livramento, Caçapava, Rosário do Sul, São Gabriel e Cacequi - sob a presidência do Vereador Sr. Protário da Rosa Fagundes - apresentei à câmara um Projeto de Lei, instituindo a SOPA ESCOLAR nas escolas municipais. Visei, tornar realidade a deliberação unânime ao Congresso.

O Projeto de Lei de minha autoria foi aprovado pela Câmara e enviado ao Dr. Carlos Kluwe, que sancionou e promulgou, conforme é do conhecimento de todos.

Em mensagem, enviada a esta Casa, relativa à demonstração administrativa de 1949, o Sr. Prefeito do Município, referindo-se aos projetos de Lei sancionados e promulgados, assim se manifesta:

"Colaborando com o culto e honrado Poder Legislativo, não vetamos uma sequer as suas leis, que foram tôdas sancionadas, porque julgamos que os Srs. Vereadores, representantes diretos do povo, têm discernimento suficiente e arraigado espírito ao patriotismo para legislarem, exclusivamente, em proveito da coletividade." (O grifo é nosso).

Esta declaração espontânea ao Dr. Prefeito atesta que Sr.Excets não teve dificuldade nenhuma em aprovar a lei de minha autoria.

Veio, agora, o Sr. Vereador, autor do pedido de revogação a Lei da SOPA ESCOLAR, ameaçando torná-la sem eleito, sob a alegação de que ao Município faltam elementos materiais para o cumprimento da Lei. **Em primeiro lugar, devemos manifestar profunda estranheza pela atitude ao ilustre Vereador Protásio Rosa Fagundes, tentando revogar uma lei, aprovada pela unanimidade da Câmara, sancionada e promulgada pelo Sr. Prefeito Municipal e, sob o ponto de vista público, considerada de profundo intêresse social e humano.**

O argumento principal, invocado pela Sr. Excl., o Vereador requerente ou autor da lei, digo, o Projeto de Lei de revogação da Lei da SOPA ESCOLAR, é a falta de verba ou meios para atender tal despesa.

É um argumento irrisório, se considerarmos que cabia ao Prefeito evitar que a Lei fosse sancionada e promulgada, pondo seu veto à mesa, - caso faltassem meios materiais para atendê-la - porque não ignoramos que cabe ao Sr. Prefeito conhecer os recursos ao Município, cujos negócios dirige, como Poder Executivo.

Não podemos compreender e, dificilmente, razão humana compreenderia, porque se quer tirar das crianças pobres a merenda escolar, ou negá-la, quando sabemos que, em tôda parte, ingentes esforços são feitos pelos Governos para dar uma alimentação aos escolares durante as horas do currículo escolar. O pedido de revogação - puro e simples - representa um retrocesso nas conquistas modernas da assistência e da pedagogia, quando se tenta multiplicar escolas e tornar o ensino ao nível dos pobres e ricos.

*Ao mesmo tempo, temos de confessar que, neste momento, como em outro, ao ser pedida a revogação da lei, sentimos que **nossa Câmara deu um triste atestado da sinceridade de seus propósitos e alerta-nos para outras futuras aprovações - que sempre deixarão nos espíritos e dúvidas de serem tornadas nulas, amanhã.***

Não quero acreditar que Carlos Kluwe, amigo de infância, médico e benemérito criador da escola SABER, tenha a coragem de aceitar a triste deliração da maioria desta Casa, revendo a Lei que criou a SOPA ESCOLAR. Sabemos que em sua propaganda política, o Senhor Excelentíssimo, o Prefeito de hoje, traçou as linhas mestras ao seu pensamento sobre a educação das crianças e a assistência às mesmas.

Se o Município está com seus cofres depauperados, não é com a revogação pura e simples dessa lei, que irá revigorá-los. Unir-se-ia a uma dificuldade financeira presente, um atentado à infância pobre da cidade que acreditou, ingenuamente, nos seus mandatários.

Porque não foi procurado, junto ao autor da lei, um entendimento justo e humanitário? Por que não foi procurada uma solução que agradasse, não ao autor da Lei, mas ao interesse da juventude pobre, tantas vezes acalmada neste Legislativo.

Em nome das crianças pobres, alunos das escolas municipais, lanço um derradeiro apêlo à maioria desta Câmara para que, com consciência, não cometa esse atentado aos humildes e desprotegidos, - revogando a Lei da SOPA ESCOLAR - para que não vá contra os direitos dessa infância pobre, que não tem pais abastados, mas que representa na sua maioria expressiva, os filhos dos humildes trabalhadores, aos paupérrimos operários das nossas vilas e arrebaldes. (Almeida, 23 de maio de 1950, p. 2-3, grifos nossos)

Na carta acima é possível observar o profundo descontentamento de Lígia Farinha Almeida com as justificativas dadas diante da revogação da lei, ao mesmo passo que se denota a denúncia que se faz diante da afirmação da falta de recursos, tendo o projeto de lei de nº17/49-2 aprovado e promulgado pelo prefeito Dr. Carlos Kluwe, sob a afirmativa de que as despesas para sua realização terem sido previamente observadas, resultando na aprovação do PL. Além disso, a vereadora faz um apelo à Câmara pela reconsideração da revogação, reafirmando a importância da alimentação dentro das instituições escolares enquanto um direito da infância pobre, posicionamento este que foi contrário ao do prefeito da época, João Baptista Fico, reconhecendo o embate enquanto um retrocesso nas políticas de assistência estudantil. Sendo assim, defendeu novamente a aprovação e implementação do projeto de lei, como posto na figura abaixo (**figura 35**):

**FIGURA 35 - Substituto do Projeto de Lei 1/50-1 que revoga a Lei nº 17/49-2
(13/05/1950)**

Em nome das crianças pobres, alunos das escolas municipais, lance um gorceire apêlo à maioria desta Câmara para que, com consciência, não cometa se se atentado aos humildes e desprotegidos, - revogando a Lei de SOPA ESCOLAR - para que não vá contra os direitos dessa infância pobre, que não tem pais bastados, mas que representa, na sua maioria expressiva, os filhos dos humildes trabalhadores, aos paupérrimos operários das nossas vilas e arrebaldas.

Isto peste, apresento à consideração de VV.Excias. o seguinte

PROJETO DE LEI - Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1/50-1
de autoria do Vereador Protásio Rosa Fa-
gundes e outros:

PROJETO DE LEI


Altera o art. da Lei Municipal nº 80.

Art. - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1952.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bagé, ... de de 1950

ass. Carlos Kluwe Prefeito Municipal

Bagé, 10 de maio de 1950


Lígia de Almeida Vereadora

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Apesar da luta travada em defesa deste projeto de lei, o mesmo foi revogado dada a justificativa da Comissão de Finanças e Orçamentos de que a prefeitura não dispunha de elementos para ajuizar das possibilidades financeiras, tal justificativa foi acatada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Desta maneira, deu-se início ao segundo mandato da vereadora Lígia Farinha Almeida, não tendo registro de outros projetos de lei de sua autoria, porém, no que diz respeito continuidade de sua atuação, registrada em atas da Câmara de Vereadores, em suas participações nas discussões do plenário, seguiu sendo ferrenha em defesa dos trabalhadores, da educação e seguindo atenta às questões de ordem pública e privada. E eram apresentadas da seguinte maneira:

FIGURA 36 - Protocolo da Câmara de Vereadores (1952)

5
M. 1406

Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Bagé

Nome Vereadora LÍGIA DE ALMEIDA - P.T.B.

REP. DO POTO - BAGÉ -

No.	Data do Protocolo			N.º do Prot.	ASSUNTO
43	31	Maio	1952	485	Apresenta Proj. de Resolução que prorroga de 1ª á 30 de Junho a presente sessão legislativa.- Aprovado 31.5.
46	31	"	"	487	R. que a Casa se dirija ao P.Executivo solicitando que que as aulas da campanha sejam postas em funcionamento.
47	2	Junho	"	489	R. seja telegrafado ao Gov. Estado e Comis. de Federal de Pregos protestando contra a alta da carne autorizada por aquele órgão.
48	3	"	"	501	R. seja pedido ao P.Executivo a imediata reparação das ruas da cidade.
49	3	"	"	504	R. seja pedido ao P.Executivo informações referente o inquerito sobre o concurso de provas das professoras.
50	3	"	"	510	e outros - R. prorrogação da sessão por mais 1/2 hora.

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Foram 16 protocolos fotografados, dentre as demandas evidenciamos sua participação em tais discussões:

Nº 32 (Protocolo 336) - Dia 20 de Maio de 1952 - Req. que a Casa dirija a Dep. Suely Oliveira, do PTB, um voto de louvor, em telegrama, pela sua desasombrada atuação no assunto da convocação do Secr.Dr. Marino de Carvalho, tornando extensivo o voto à todos os deputados que assinaram o ref. documento.

Nº 57 (Protocolo 558) - Dia 4 de junho de 1952 - Req. seja solicitado ao P.Exec. renovando o pedido de informação ref. iluminação das Vilas da cidade.

Nº 61 (Protocolo 575) - Dia 11 de junho de 1952 - Seja telegrafado ao Pres. da República, apelando para que não se permita aumento do preço da carne.

Nº 63 (Protocolo 581) - Dia 11 de junho de 1952 - Req. que a Casa se dirija ao P.Exec. solicitando que as diretoras dos Grupos Escolares Municipais sejam pagas de acôrdo com a Lei.

Nº 68 (Protocolo 635) - Dia 20 de junho de 1952 - Req. seja pedido ao P.Executivo sejam postas em funcionamento as Feiras-Livres.

Nº 77 (Protocolo 706) - Dia 20 de junho de 1952 - Pede ao P.Exec. informações ref, consertos das ruas da Vila Dois Irmãos.

Nº 87 (Protocolo 58) - Dia 03 de outubro de 1952 - Req. seja apresentado ao P.Exec. uma proposição, afim de que os "jeeps" da Pref. não sejam usados para fins particulares. (Aprovado)

Nº 20 (Protocolo 78) - Dia 9 de abril de 1953 - Req. seja telegrafado ao Chefe de Política, ref. medidas tomadas pela política ref. a proibição e tolerancia do jogo nesta cidade.

Sua atuação enquanto vereadora seguiu sendo ferrenha em todos os sentidos, não se limitando a tão somente ao corpo feminino que ocupava aquele espaço, nem tão somente ao seguimento de uma cartilha partidária, é possível afirmar, após as análises que Lígia Farinha Almeida tinha ímpeto forte, muitas vezes questionando os posicionamentos dos próprios colegas de bancada, a ela não faltavam argumentos, teses e teorias que davam sustentação às suas formulações pedagógicas. Ela tinha apenas 25 anos ao adentrar a vida política, mantendo-se no pleito até os 32 anos de idade, era jovem, porém, não lhe faltava experiências de vida que lhe davam subsídio para suas inquietações, o seu maior aliado era o povo e deles era uma grande defensora, não de forma simples ou falaciosa, manifestava-se e agia em torno de propostas reais para mudanças possíveis, em discussões que tornaram-se gigantes décadas após sua atuação. Seria possível afirmarmos que nela havia um caráter pioneiro para o contexto bageense conservador da época? Ao findarmos tal análise, podemos dizer que sim. Pioneira, com caráter de ineditismo, até mesmo ousada para o seu momento histórico.

Para findarmos este capítulo de análises, intitulado “**A ATUAÇÃO POLÍTICA, EDUCACIONAL E PEDAGÓGICA DE LÍGIA FARINHA ALMEIDA**” apresentamos uma entrevista realizada com a educadora para o jornal Correio do Sul:

FIGURA 37 - Lygia "Um mito na história política de Bagé" (1987)



Fonte: Museu Dom Diogo de Souza

Na reportagem de Vilmar Monteiro, em 1987, ele a descrevia enquanto "uma moça idealista cuja eloquência desde logo evidenciou-se nos comícios e reuniões partidárias do PTB", elucidou ainda que a intromissão (sic) das mulheres na política era a coisa mais rara de se ver. Por isso, a professora Lígia Farinha Almeida causou espanto e admiração quando em novembro de 1947 foi apontada nas urnas enquanto a segunda mais votada dentre todas as legendas que concorriam à eleição.

Na matéria, a educadora conta que iniciou a vida política partidária a convite do Dr. Waldomiro Domingues, que era Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro em Bagé. Afirmou no impresso que:

Graças à leitura na adolescência e à observação da vida comunitária, impressionava-nos o desequilíbrio sócio-econômico. Não aceitávamos que uma sociedade que se intitulava cristã pessoas dormissem nas praças e calçadas, vivendo de restos de lixo, não possuíssem abrigos; crianças esfarrapadas esmolassem e roubassem para comer. Lendo autores como Alberto Pasqualini, conversando com amigos e discutindo a situação exposta, se nada fizéssemos tentando modificar o rumo das coisas, seríamos pessoalmente inúteis. Procurávamos uma solução para aquele quadro que de fato nos angustiava. (Correio do Sul, 1987)

Continuou afirmando que encontrava no PTB um partido solidário e que espantava-se com a ostentosa indiferença dos ricos, diante da dolorosa pobreza dos outros. Lígia Almeida fez parte de duas legislaturas, sendo do dia 20/12/1947 a 30/12/1955. Exerceu as funções de membro do Diretório Municipal e foi Presidente da Ala Feminina do PTB. A professora afirma que muito se emocionou com suas vitórias expressivas nas urnas, pois o partido não dispunha de poder ou capital destinado a sua candidatura. Na entrevista ela narra um momento que ainda não foi mencionado neste trabalho mas que desvelamos em suas próprias palavras, Lígia Farinha Almeida foi expulsa do PTB em 1954 e narra o fato na matéria:

Em contrapartida, nossa maior decepção foi ser expulsa do PTB, isto é, do Partido escolhido porque defendíamos a concorrência pública e não administrativa, para a execução de um projeto do então prefeito Dr. João Baptista Fico. A executiva do Partido reunida, com a bancada discutiu cansativamente o projeto em questão que referia-se à compra de máquinas rodoviárias e indicava, inclusive, a firma escolhida. Era absolutamente ilegal e anti-ético. Causou-me grande choque e decepção saber que um partido popular, cujo idealismo mandava zelar pelo erário público assim se deixava envolver pelas malhas da má política. (Correio do Sul, 1987)

Lígia Farinha Almeida conta que não pode votar a favor do projeto que determinava como forma única, empresa e valor do maquinário a ser comprado, sem eleição de concorrentes e não votou a favor justamente em nome de seus princípios. Ao ser expulsa do partido, recebeu uma carta do Alberto Pasqualini, que a aconselhou a continuar na Câmara de Vereadores sem legenda, prosseguindo a luta que já estava realizando no pleito, tendo sido ela escolhida, ocupando a cadeira para qual o povo a elegeu.

Ao ser interpelada sobre o tema feminismo, ela afirma que:

*No cenário nacional poucas mulheres pertencem aos Poderes da República. Entendemos ser necessário que as mulheres se libertem entrando ativamente nos movimentos sócio-econômicos. É óbvio que a sociedade liberou a moda, os costumes, nas diversões moças e meninas discutindo ampla e publicamente a questão sexual graças aos órgãos de comunicação, livros, jornais, revistas e principalmente a TV. Por que essa liberação não vista outros caminhos? A politização real da mulher, despertando-a para o ideal político-partidário. As mulheres eleitas para o Legislativo e Executivo demonstram ativa dedicação, coragem, idealismo e tenacidade. Apesar das aparências, ainda há, e fortemente restrições a essa ascensão feminina desde o interior das próprias direções partidárias, a própria rua estimulando a mulher de uma sociedade de consumo. É revoltante, aliás, pensar que a figura feminina educada hoje em escolas de todos os níveis, viva socialmente apenas como membro passivo do consumismo. **Chegou o momento da mulher assumir todos os direitos políticos que, até agora, foram inexplicavelmente reservados somente aos homens.** (Correio do Sul, 1987, grifos nossos)*

A matéria foi publicada em 1987, pouco antes do falecimento de Lígia Farinha Almeida, na época ela era professora aposentada que exercia suas atividades enquanto diretora da Biblioteca Pública Municipal. O jornalista Vilmar Monteiro, finalizou a matéria a descrevendo enquanto uma "pessoa simples, inteligente e amante de boa música", sendo mencionada por ela a sua canção favorita "Apassionata" de Beethoven.

Um ano após tal publicação, o Correio do Sul publicava a matéria na sessão obituária, convocando a população para seu velório, tendo em sua despedida extensas homenagens e carinho consternado por parte da comunidade bageense.

FIGURA 38 - Convite para enterro (1988)



Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

6.3.2 Um centenário de Lígia Farinha Almeida: Homenagens Póstumas e vozes que rememoram

Em 2022, quando a presente pesquisa e as investigações a respeito da educadora se iniciavam, completava um centenário do nascimento Lígia Farinha Almeida, nascida em 1922 e partindo em 1988 com apenas 66 anos de idade. Após o falecimento não houveram pesquisas a respeito da primeira mulher eleita vereadora no município de Bagé, foram diversos livros investigados, escritos por historiadores e pesquisadores que dão conta de narrar trajetórias e feitos de personalidades do município, Lígia Farinha Almeida foi mencionada em apenas um. Indício este que fez-nos questionar se tal mulher, tão importante para a história das mulheres na política do município, teria passado por um processo de apagamento histórico. Foi a primeira pergunta norteadora desta pesquisa, assim como um dos primeiros desafios para realização da investigação, como poderíamos tecer quem foi e como foi a atuação de Lígia Farinha Almeida sem as grandes narrativas historicizadas por pesquisadores da história do município ou por acadêmicos curiosos navegando pelas águas do campo da História da Educação.

Isto, pois, foi no lugar da falta que nos propusemos alinhar cada fio encontrado nas instituições públicas de preservação da memória bageense. As materialidades não eram muitas, a exemplo disso, durante toda investigação, entre público e privado, foram encontradas apenas duas fotografias de Lígia Farinha Almeida, a primeira disponível nos quadros da Biblioteca Pública Municipal e na Câmara de Vereadores e a segunda impressa em uma entrevista no jornal Correio do Sul, os Projetos de Lei, Atas e Solicitações da Câmara de Vereadores e edições do Jornal Correio do Sul, no período de 1947 a 1955, disponível no acervo do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda e Museu Dom Diogo de Souza, um livro do jornalista e fundador do Núcleo de Pesquisas Tarcísio Taborda, Mário Nogueira Lopes, disponível na Biblioteca Pública Municipal.

No entanto, ao levantarmos a perspectiva do apagamento histórico, nos referenciamos aos livros escritos por historiadores e as pesquisas acadêmicas, que por um lado tornam evidentes narrativas da alta sociedade bageense e por outro lado não mencionam as mulheres, sobretudo, mulheres e homens negros. O véu

que recaiu sobre Lígia Farinha Almeida, também recaiu sobre tantas outras histórias que cabem a novos olhares desvela-los.

Apesar disso, tal dificuldade não nos impediu de buscarmos, de fio a fio, as informações, as histórias, os relatos, os documentos, os anexos, as vozes que rememoram, para assim, costurá-los, engendra-los em categorias e organizá-los para irmos pouco a pouco, entre a linha e agulha, a leitura e a teoria, compreender cada período, cada embate, cada significado que os signos invocavam, desembaraçando os fios do novelo e costurando cada retalho - retalhos de memória - que recontam e remontam importantes histórias do passado.

Lígia Farinha Almeida, pode não ter sido amplamente rememorada como grandes figuras de médicos, policiais e militares, mas isso não significa que seu nome tenha caído no esquecimento. Por isso, neste capítulo de *“Um centenário de Lígia Farinha Almeida: Homenagens Póstumas e vozes que rememoram”* apresentamos as homenagens que foram realizadas pela Câmara Municipal de Vereadores, vozes que rememoram através de quatro entrevistas³⁵ realizadas com duas familiares, vereador e uma eleitora e as considerações publicadas pelo jornalista Mário Nogueira Lopes.

A primeira homenagem feita postumamente à Lígia Farinha Almeida ocorreu em 1988, no ano de seu falecimento, porém, só foi aprovada em 1991, com o decreto nº 16/88 que propunha denominar Lígia à uma via pública da cidade de Bagé, proposto pelo vereador Laudares Urrutia do PT. Em anexo a este decreto legislativo havia em anexo o *curriculum vitae* (ANEXO D) e a certidão de nascimento (ANEXO E) de Lígia Farinha Almeida, nos dando subsídios para escrever o capítulo *“Primeira Vereadora do Município de Bagé/RS: Lígia Farinha Almeida (1922-1988)”*.


O decreto legislativo possuía em anexo uma justificativa, apresentada pelo líder da bancada do PTB, Dr. Humberto Alves Gasso, no dia 09 de maio de 1990, no recorte abaixo podemos perceber que a educadora era bem quista entre a bancada do PTB e demais partidos que compunham a Câmara de Vereadores da época, reconhecendo sua contribuição para as lutas em defesa da educação e da comunidade da cidade de Bagé:

³⁵ As entrevistas que estão transcritas neste estudo foram organizadas dentro das normas ABNT e com base no material publicado pela UFRGS "Como citar no texto acadêmico as entrevistas oriundas de pesquisas qualitativas?". Disponível em: <https://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/wp-content/uploads/2017/07/como-citar-entrevistas.pdf>.

Justificativa

Conforme vemos no "Curriculum Vitae"³⁶, em anexo, a professora Lígia Almeida prestou uma imensa contribuição de seu trabalho, ao longo de sua vida pública, para a Educação e para a comunidade de Bagé, pelo brilhante desempenho como Vereadora eleita pelo Partido Trabalhista Brasileiro, pela sua dedicação, principalmente dada aos trabalhadores e ao povo humilde de Bagé, pelo exposto, **JUSTIFICA-SE** a homenagem para - que seja perpetuada em uma das vias públicas o prestimoso nome, de quem deu muito de sua abnegação, cujo reconhecimento público ficou gravado nos anais desta Casa. (Bagé, 1990, p. 7, grifos nossos)

FIGURA 39 - Decreto Legislativo denomina Lígia à via pública.

	<p>CÂMARA MUNICIPAL DE BAGÉ</p> <p>ESTADO RIO GRANDE DO SUL</p>	Processo 1425/88 fl. 04 J.M.
	<p>AUTÓGRAFO DO Decreto Legislativo nº 16/88</p>	<p>DÁ A DENOMINAÇÃO DE LIGIA FARINHA ALMEIDA A UMA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NA VILA OPERÁRIA Nº 27 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>

A Câmara Municipal de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, aprovou e eu, Presidente promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 01 - Fica denominado de LIGIA FARINHA ALMEIDA à uma via pública LOCALIZADA na Vila Operária nº 27 e dá outras providências.

Art. 02 - Fica a mesa Diretora da Câmara Municipal autorizada a comunicar ao Poder Executivo para que sejam adotadas as medidas necessárias à demarcação referida no art. 01.

Art. 03 - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BAGÉ,

SALA DAS SESSÕES, 07 de janeiro de 1991.

Ver. JOÃO DE DEUS LIMA GALVÃO
Presidente

Ver. ANTÔNIO VANDERLEI DE OLIVEIRA
1º Secretário

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

³⁶ ANEXO D.

Após 10 anos, em 2001, o projeto de resolução nº 009/001 é proposto em homenagem a Lígia Farinha Almeida, que denominou seu nome a Câmara Municipal de Vereadores, proposto pelos vereadores Ubaldo Saraçol e Paulo Figueiredo. Até aquele momento, a casa do povo se chamada Carlos Mário Mércio Silveira, em homenagem ao ex-prefeito e vereador por duas décadas de Bagé, o político era filho de Tupy Silveira (Intendente Municipal nas décadas de 1910 e 1920), sobrinho de Luiz Mércio Teixeira (Prefeito de Bagé de 1935 e durante o Estado Novo), sendo todos figuras importantes para o município de Bagé. (Taborda, 1966). Contudo, mesmo diante do considerável nome já conhecido na Câmara Municipal de Vereadores, o projeto de resolução que denomina Lígia Farinha Almeida o Plenário da Câmara Municipal de Bagé foi aprovado com 19 votos de todos os vereadores e foi promulgado sob tal justificativa de Ubaldo Saraçol Paulo e Paulinho Figueiredo, vereadores do PSD:

Justificativa

*Professora LIGIA ALMEIDA, formou-se na Escola Normal do Espírito Santo, iniciando aí, sua atividade profissional, posteriormente forma-se em Filosofia, na Capital do Estado. Como professora do Espírito Santo, é uma das professoras mais brilhantes e sempre homenageada pelas alunas. **Mulher de destaque, com grande facilidade de expressão e brilhante oradora.** Em 1947, na campanha ao Governo do Estado de Alberto Pasqualini, ingressa no PTB, torna-se a oradora mais aplaudida em todos os comícios.*

No final de 1947, na primeira eleição após a redemocratização do País, foi a mais votada de sua legenda, tornando-se aí, a primeira mulher a ocupar uma cadeira no legislativo Bageense.

Por sua eloquência e com os debates travados, principalmente com o então líder do Governo Municipal, do então Prefeito Carlos Kluwe, vereador Antenor Gonçalves Pereira bem com o Vereador Antônio Britto, fez com que a Câmara tivesse frequência popular expressiva, pois tais de debates, eram altamente comentados posteriormente.

A professora Lígia Almeida é a pioneira na Política Bageense, mulher de grande cultura geral e fácil eloquência, foi de vanguarda, é pois mais do que merecedora de tal homenagem. (Bagé, 2001, p. 8, grifos nossos)

A homenagem foi abraçada com unanimidade reconhecendo aspectos da atuação de Lígia Farinha Almeida, como suas participações nos comícios, na curiosidade despertada nos eleitores para ouvir seus discursos, até mesmo a participação popular nas sessões da Câmara de Vereadores devido aos grande debates em torno do trabalho a ser realizado em Bagé naquele período. Após 23 anos da aprovação deste projeto de resolução, a Câmara de Vereadores continua sendo reconhecida enquanto o Plenário Lígia Farinha Almeida.

FIGURA 40 - Lígia Farinha Almeida denominada ao Plenário da Câmara Municipal de Bagé



CÂMARA DE VEREADORES DE BAGÉ

Poder Legislativo Municipal

PROCESSO
Nº 009/2001
FL. 002
Rub. J

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO
RESOLUÇÃO Nº 009/2001**

A Câmara Municipal de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária aprovou o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

**DENOMINA LÍGIA ALMEIDA O PLENÁRIO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BAGÉ.**

SÍLVIO MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que o Plenário da Câmara Municipal de Bagé **APROVOU** e eu **PROMULGO** a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Denomina Lígia Almeida o Plenário da Câmara Municipal de Bagé.

Art. 2º - Fica a Mesa Diretora autorizada a confeccionar placa, objeto desta resolução que será afixada no principal acesso do Plenário.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE BAGÉ, 06 de setembro de 2001.


Vereador SILVIO NUNES MACHADO
Presidente

Vereador RICARDO LEAL COUGO
1º Secretário

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Em 2007, nos estudos realizados por Mário Nogueira Lopes para o livro *Bagé: Fatos e personalidades*, o jornalista buscou, através do Núcleo de Pesquisas Históricas Tarcísio Taborda, realizar uma pesquisa a respeito da presença feminina no Legislativo Bageense, do período de 1947 a 2010. Neste capítulo ele apresenta

breve currículo das mulheres eleitas e das mulheres que concorreram em anos de eleição, assim como considerações a respeito da atuação de cada vereadora. Em apostila investigada no Museu Dom Diogo de Souza, Mário Nogueira Lopes tece algumas considerações a respeito de Lígia Farinha Almeida:

Vereadora Ligia Almeida

A eleição de 1947 da professora Ligia Farinha d'Almeida para a Câmara de Vereadores alcançou a maior repercussão, não só por ser ela a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo bageense, como uma das primeiras do Brasil a assumir tal função.

Educadora de reconhecida capacidade e cultura, ela desde logo se salientou, principalmente ao debater com as principais figuras do partido contrário. Por sua destacada atuação foi reeleita no pleito seguinte, mas terminou seu mandato como vereadora independente, por ter sido expulsa do seu partido, o PTB, por se negar a votar a favor de um projeto autorizando o prefeito petebista a comprar máquinas rodoviárias, alegando que não havia sido feita a concorrência e o vendedor, inclusive, já estava escolhido, o que considerava ilegal e antiético.

Seu nome figura com destaque também na história do magistério bageense, sendo ainda hoje lembrada com muita saudade e reconhecimento por suas ex-alunas.

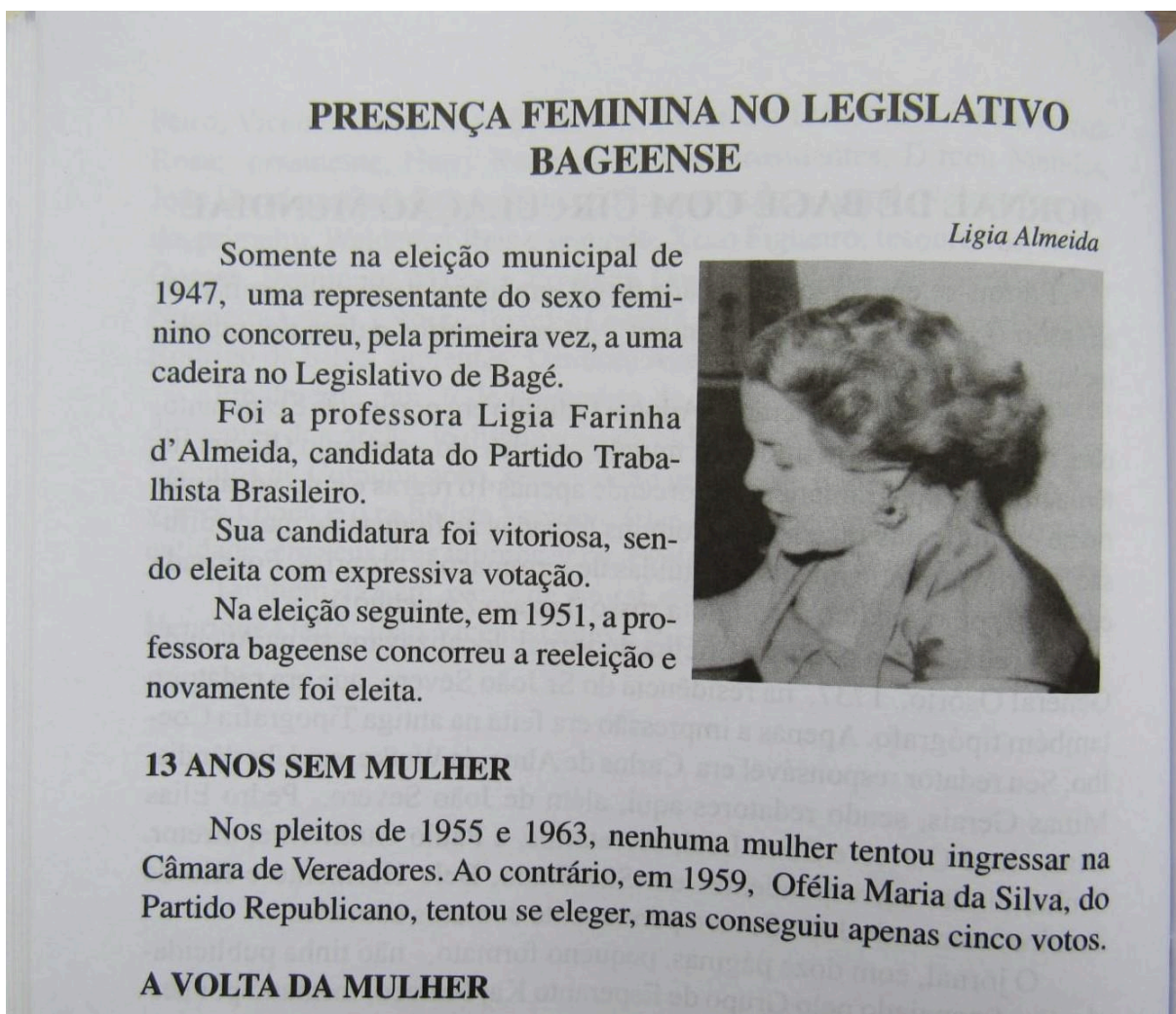
Nascida em Bagé, Ligia passou sua infância em Dom Pedrito onde residiam seus pais, mas fez os primeiro e segundo graus no Colégio Espírito Santo, tendo se licenciado em Ciências Sociais, na PUC em Porto Alegre.

Cursou as Faculdades de Direito de Bagé e Passo Fundo mas não concluiu o curso.

Após se aposentar, como professora, ela foi diretora da Biblioteca Pública Municipal.

Faleceu em julho de 1988. (Lopes, 2006, p. 1, grifos nossos)

No trecho acima, transcrito da foto retirada da apostila encontrada no acervo do Museu de Bagé, já traziam informações do ímpeto de Lígia Farinha Almeida em não se curvar a decisões unilaterais mesmo que isso significasse a sua expulsão do partido. Assim como os comentários a respeito da repercussão que causava nos espaços que ocupava. Já no material final que foi publicado no livro, em 2007, a educadora é mencionada de forma breve narrando os importantes acontecimentos da época, como podemos observar na figura abaixo (**figura 41**):

FIGURA 41 - Presença Feminina no Legislativo

Fonte: Biblioteca Pública Municipal de Bagé

FIGURA 42 - Comenda Lígia Farinha Almeida

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé.

O Vereador que este subscreve apresenta à consideração de Vossa Excelência e do Colendo Plenário o seguinte,

PROJETO DE LEI Nº 089/2019.

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º, 3º E 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.624, DE 18 DE JULHO DE 2016, PARA ACRESCENTAR O NOME “FARINHA” NA DENOMINAÇÃO DA COMENDA

Art. 1º Fica alterada a redação dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei 5.624, de 18 de julho de 2016, que passa a ser a seguinte:

“Art. 1º Fica criada a Comenda de Mérito Vereadora Lígia Farinha Almeida, que será concedida a Mulheres que se destacam em atividades voltadas para o Município de Bagé.

Art. 2º A Cerimônia de entrega da Comenda Vereadora Lígia Farinha Almeida será realizada anualmente, durante o mês de março, em dia escolhido pela Mesa Diretora, como parte das comemorações alusivas ao dia internacional da mulher.

Art. 3º A indicação das candidatas laureadas com a Comenda Vereadora Lígia Farinha Almeida dar-se-ão de acordo com critérios definidos pelos gabinetes dos vereadores.

Art. 4º Fica a Mesa Diretora autorizada a confeccionar o Diploma, Medalha ou Troféu, e a realizar a Sessão para outorga da Comenda Lígia Farinha Almeida, bem como definir dia e horário desta solenidade no mês de março.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de julho de 2019.

OMAR GHAN

Vereador do PL

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Um dos questionamentos que surgiram ao encontrarmos o PL nº 089/19 que objetivou criar a Comenda Lígia Farinha Almeida, foi o que motivou o vereador a apresentar tal projeto de lei. Atualmente tal homenagem é celebrada anualmente no plenário da Câmara de Vereadores de Bagé, no dia 8 de março, reunindo grande público para conceder as láureas as mulheres de destaque no ano da cidade, os

vereadores escolhem a mulher a ser homenageada com base na relevância de seus trabalhos realizados em prol da cidade, da comunidade e/ou de seu contexto específico, ou seja, àquelas que tenham se destacado em seus posicionamentos ou lembradas pela sua importância na história do município de Bagé.

Neste sentido, Omar Ghani, vereador que propôs tal projeto de lei que leva o nome de Lígia Farinha Almeida, foi um de nossos entrevistados³⁷ para que pudéssemos compreender suas motivações para tal. O vereador Omar Soares Abdel Ghani, tem 54 anos de idade e já ocupa a cadeira do legislativo de Bagé há 15 anos, estando em seu quarto mandato, configurando uma das vereanças mais longas da Câmara de Vereadores, atualmente, pelo Partido Progressista.

Inicialmente perguntamos qual seria a motivação para conceder tal homenagem à Lígia Farinha Almeida através da proposta da Comenda e ele concedeu a seguinte resposta:

*Quando eu cheguei na Câmara, percebi que não tinha nenhuma homenagem às mulheres, isso aí entra naquele contexto da sociedade que nós vivemos hoje. Que é uma sociedade ainda nesse ponto que não avançou o que deveria ter avançado. **Nós vivemos numa sociedade patriarcal, uma sociedade muito machista. Ainda, principalmente nessa região aqui do país, o Rio Grande do Sul que ainda tem essa característica forte, né?** Na questão de valorizar mais o homem do que a mulher e pensando nisso, então nós nos deparamos com a história da Câmara, até então não tínhamos nos apropriado da cultura da Câmara e dos encaminhamentos da Câmara. E eu senti falta disso, senti que nós deveríamos, né? **Sempre muito mais homens do que as mulheres eleitas.***

*E a Lígia Farinha Almeida foi a primeira mulher, né? A ter um mandato aqui no nosso município. **Então, para homenagear essa primeira mulher, pensamos em criar a comenda para, a partir daí, estar também reconhecendo o trabalho das mulheres aqui do nosso município e fazer essa distinção, fazer essa justiça, digamos assim, com as mulheres que se destacam, tanto na política como em outras áreas.** Assim, fizemos a proposição de criar a comenda Lígia Almeida, já tínhamos o nome do plenário, né? Depois outro vereador entendeu que o plenário deveria levar todo o nome da Lígia Almeida, Lígia Farinha Almeida fez a proposição e eu pensei, porque não também nós mudarmos o nome da comenda para contemplar, né? As duas famílias, a história dela, a origem dela e também propomos a mudança da denominação da comenda. Passamos também a chamar de Lígia Farinha Almeida e ela tem o intuito, o objetivo, como eu já disse, de homenagear as mulheres que se destacam. (Ghani, 2024, informação verbal³⁸, grifos nossos)*

³⁷ Salientamos que todos os convidados entrevistados que foram apresentados neste trabalho assinaram o termo de consentimento do uso de voz e imagem, autorizando a transcrição das entrevistas e autorizando a menção do nome próprio.

³⁸ GHANI, Omar. Entrevista I. [2024]. Entrevistador: Taiza da Hora Fonseca. Bagé, 1 arquivo .mp3 (38 min.).

Ao elucidar a necessidade de criar a comenda, Omar Ghani explica o sentido de justiça ao propor tal Lei, já que em Bagé, historicamente, homens foram e são contemplados pelas mais diversas honrarias e homenagens, inclusive sendo majoritariamente eleitos para vereadores e prefeitos do município. Este fato, ele explicita que se dá pelo patriarcado e pelo machismo que culminam no apagamento de mulheres e de suas importâncias para a História. Dando continuidade, perguntamos sobre como é realizado o evento anual, como são escolhidas as homenageadas e em qual momento, Ghani salienta:

*Ela funciona, assim, cada vereador escolhe uma mulher que entenda que mereça receber essa homenagem, que tenha se destacado pelo seu trabalho na nossa comunidade e faz a indicação, né? Sempre no mês de março, a partir do dia 8 de março, que é dia Internacional da Mulher, sempre mas não necessariamente no dia 8, mas no mês de março a Câmara realiza. **Então já não é mais a vontade do vereador Omar Ghani, mas é uma lei que tem no município que se concede a comenda Lígia Farinha Almeida, nesses termos que eu te coloquei.** (Ghani, 2024, grifos nossos)*

Ao perguntarmos de que maneira o plenário recebeu a proposição feita por ele, ele nos conta que o projeto foi bem recebido, não teve objeções, tramitando sem nenhuma resistência e de forma muito tranquila, na opinião do vereador “eu acho que todos os vereadores entenderam também que era interessante, né? A Câmara estar destacando as mulheres.” (Ghani, 2024, grifos nossos). Desta maneira, questionamos ao vereador se existiam histórias sobre Lígia Farinha Almeida que percorriam os corredores do plenário, já que muitas histórias dela não estavam presentes nos arquivos públicos ou se ele havia realizado uma pesquisa prévia a respeito da educadora:

*A pesquisa que eu fiz sobre Lígia foi assim, conversando com um, conversando com outro. **Ouvi histórias do destaque dela na questão da Educação, ela era professora e aqui na política, tinha um viés social muito grande, ela ajudou muitas pessoas necessitadas, as pessoas em vulnerabilidade social, né? E acho que ela se destacou nessa questão pela luta, por ser pioneira, na política e nas propostas da educação, como tu deves saber.** (Ghani, 2024, grifos nossos).*

E para encerrar a entrevista com Omar Ghani, levamos a ele uma questão levantada pela banca durante a qualificação da presente pesquisa científica, de qual seria a motivação para tal proposição, advinda de Ghani, quais seriam suas considerações a respeito da temática e porque ele a considerava importante:

*Percebo que ainda, no meio acadêmico, existem mais homens do que mulheres, na política nem se fala então. Acho que em todas as áreas. Começou esse protagonismo das mulheres a pouco tempo atrás, considerando a história como um todo, voto mesmo, se não estou equivocado, foi em média há 100 anos, então se pegarmos a história da humanidade e do Brasil, esse é um espaço que está sendo criado, então a Lígia Almeida se destacou nesse espaço aqui no nosso município. Uma questão para concluir que ainda me chama atenção é que tivemos antes de mim, antes de eu ser eleito, tivemos mulheres que ocuparam esse espaço legislativo, tivemos mulheres presidentes da Câmara, aqui posso destacar a vereadora Nádia La-Bella (PT) que foi presidente desta casa, a Adriana Lara (PL) e outras mulheres que passaram por aqui com grande valor na questão legislativa, tivemos a vereadora Elda Gaspar, a vereadora Janise Colares (PT), outras mulheres que passaram pela Câmara que não tiveram essa iniciativa de propor uma homenagem às mulheres, né? Seguimento que elas militam, então eu fico feliz, um homem, ter tido esse olhar e entendido essa necessidade da Câmara de Vereadores estar reconhecendo uma mulher para destacar o trabalho de outras mulheres. **Eu tenho uma grande satisfação e felicidade de ter feito essa proposição.** (Ghani, 2024, grifos nossos).*

Pensando na maneira como Lígia Farinha Almeida é lembrada na Câmara de Vereadores, sendo prestigiada com seu nome no plenário e homenagens a outras mulheres sendo entregues em seu nome, a partir do reconhecimento da importância que foi para o município seu ímpeto de trilhar um caminho que ainda não havia sido trilhado por outras mulheres. Surgiu a necessidade, nesta pesquisa, de voltarmos para 1947 e buscarmos na memória de outrem qual foi a sensação de ver uma mulher estar pleiteando uma eleição e se Lígia contava com eleitoras em seu encaixe. Foi o caso deste achado, na entrevista com Gladis Irene da Silva, artesã, atualmente, com 85 anos de idade, que nos ajuda a remontar as emoções da abertura do processo democrático em 1947. Gladis apresentou-se dizendo que é filha de dono da *Casa Grande*³⁹ com a sua mãe, que era empregada (sic), e que vivia a vida de forma humilde e trabalhadora dada a situação de seu berço. Este fato não roubava seu brilho ao narrar os momentos da política da década de 40, nos contou que esteve sempre interessada por política, principalmente pelos discursos de Getúlio Vargas:

*Na época eu assisti um comício do Getúlio Vargas, que era aonde Lígia participava, **conheci ela de tanto falarem nela, porque ela ficou muito popular como professora e depois vereadora.** Aí quando saiu vereadora, que muita gente votou nela e pelo Getúlio também. Eu achava aquilo tudo maravilhoso, eu me realizava vendo aquele movimento. Não tive a*

³⁹ Dono de Casa Grande, nomenclatura popular dada a homens brancos e fazendeiros proprietários de terras e que fortaleciam concepções escravagistas.

oportunidade de conhecer ela, assim, de pertinho mas nos comícios eu conheci. (Silva, 2023, informação verbal⁴⁰, grifos nossos).

Apesar de não ter tido proximidade com Lígia Farinha Almeida, a educadora era admirada por Gládis, portanto, perguntamos a ela se votou em Lígia para vereadora apesar de ter outros candidatos do PTB de Getúlio Vargas pleiteando a mesma eleição:

Sim! Votei nela, me parece que foi o primeiro voto, porque eu estava num desespero para votar porque meus amigos, tudo votavam, né? A minha mãe de criação, as pessoas que me rodeavam tudo votavam e eu ficava de fora porque eu não tinha idade! [exclamação] Daí quando se promoveu a idade, eu já fui bem faceira e votei porque eu via ela nos comícios, fantástica, falavam e falavam dela, era solteira, nunca soube de ela namorar, foi professora lá nas freiras, no Espírito Santo, aí fui e voltei nela. (Silva, 2023, grifos nossos).

Gládis nos explica que precisou ser emancipada para conceder o voto à Lígia Farinha Almeida, já que na época tinha apenas 17 anos de idade e na lei era preciso ter 18 anos para o exercício do voto, no entanto, de alguma maneira, conseguiu realizá-lo, indo votar antes da abertura da sessão eleitoral, sendo o primeiro voto da sessão. Tal era o entusiasmo em narrar esse momento que perguntamos o que significava para ela ainda menina, votando pela primeira vez, ver uma mulher ocupando um lugar que nunca havia sido ocupado por outra mulher antes:

Eu achei assim que era uma coisa que Bagé não tinha ainda visto, até em outros lugares, uma mulher ser candidata a vereadora. Eu achei aquilo muito bonito. Eu achava que a política, para mim, era que nem um colégio, pra mim, era uma reunião fantástica porque muitas coisas bonitas a gente via, né? Hoje a gente não vê, não tinha essas algazaras, eram coisas bonitas, banquetes, festas, aquelas pessoas do Getúlio nas praças, enchia e enchia de gente, era pobre e era rico tudo misturado ouvindo os discursos. Agora a gente vê os políticos vindo só na hora da eleição. (Silva, 2023, grifos nossos).

Encerrando a entrevista, perguntamos, ainda, se naquela época havia de alguma forma certa resistência da população à candidatura de Lígia Farinha Almeida, já que era uma grande novidade a conquista das mulheres ao direito de votar e de ser votada.

Olha, até tinha muitas pessoas contrárias, existia nessa época, mas o pessoal que eu convivia da política que eram getulistas doentes, eles

⁴⁰ SILVA, Gladis Irene da. Entrevista II. [2023]. Entrevistador: Taiza da Hora Fonseca. Bagé, 1 arquivo .mp3 (53 min.).

aprovavam, eles condenam quem era contrário a isso, eles aprovaram porque o Getúlio era um homem muito inteligente, falava muito bonito, então a gente conviveu com aquela coisa e não via a pressão que hoje a gente não vê. (Silva, 2023, grifos nossos).

É possível perceber, através do relato de Gládis Irene da Silva, que a coragem de Lúgia Farinha Almeida foi de grande inspiração para outras mulheres, era uma novidade que encorajava o voto feminino na cidade de Bagé, o que resultou nas duas eleições expressivas das quais foi a segunda mais votada de todas as legendas em 1947 e a mais votada na eleição de 1951. Deste modo, para finalizar este capítulo com as vozes que rememoram, entrevistamos duas primas de segundo grau de Lúgia Farinha Almeida, Ana Christina de Almeida Salles, artista plástica, nascida em 1949, atualmente com 72 anos de idade e Rosa Alice Almeida de Salles, Designer e Produtora Rural, nascida em 1954. Ambas eram bem jovens durante o percurso de vereança de Lúgia Farinha Almeida, no entanto, nos concederam um relato importante para entendermos a como Lúgia era percebida socialmente e como era percebida no seio familiar.

Inicialmente relataram-nos a concepção familiar do lado paterno, dos Almeidas, relatando informações à respeito do bisavô de Lúgia Farinha Almeida, chamado Álvaro José d'Almeida que foi conhecido na cidade de Bagé por ter feito parte da queimada do Forte Santa Tecla, que expulsou os espanhóis do território que viria a tornar-se Bagé, em vista disso, afirmam

E aí a Lúgia Almeida, acredito que tenha herdado esse sangue de vanguardista para a época dela, porque ela foi uma mulher que se destacou na região e na cidade por ser uma mulher advogada, porque na época as mulheres nem estudavam, muito menos faziam faculdade, né? Uma mulher que lutou pela cidade, tanto é que foi vereadora. E **ela era uma mulher que, para a época, foi também um passo de muitos anos à frente das outras mulheres. Porquê? Ela se desquitou do marido e era taxada na cidade naquela tempo. Mulher desquitada, você sabe, né? Era um sinônimo, assim, de mulher fácil.** Porque ela era desquitada, não tinha filhos, ficou sozinha, vivia no meio dos homens, tanto na Câmara quanto nos cafezinhos. (Salles, 2022, informação verbal⁴¹, grifos nossos).

Estes cafezinhos, mencionados por Ana Christina, eram lugares frequentados por homens na época. Não eram como cafés tradicionais como conhecemos nos dias de hoje, era um lugar que não possuía mesas, apenas o balcão, onde os homens frequentavam em pé para tomar alguma bebida e realizar encontros diários após o trabalho. E, de acordo com ela, Lúgia Farinha Almeida frequentava esses

⁴¹ SALLES, Christina de Almeida. [2022]. Entrevistador: Taiza da Hora Fonseca. Bagé. 1 arquivo .mp3 (53 min.).

cafés e era mal falada por conta disso, pelo fato de ser uma mulher e estar em um local frequentado majoritariamente por homens. Apesar disso, não havia como negar a postura e eloquência de Lígia, causava estranhamento naqueles que estavam acostumados com a condição feminina do período e admiração para aqueles que almejavam a mudança, como nos conta Rosa Alice “A roda onde ela estava, no cafezinho, na Câmara, na sala de aula, ela tinha a atenção porque ela era uma inteligência que ninguém discutia porque ela tinha essa inteligência privilegiada.” (Salles, 2022, grifos nossos).

Ao notarmos que Lígia Farinha Almeida era percebida de tal maneira, com rejeição e aprovação pela forma como se portava, perguntamos à Ana Christina, que foi aluna da educadora, como ela era vista pela família e qual era a relação que ela teve com sua prima de segundo grau, ela nos relata:

Isso era sabido na cidade, não sou eu que posso analisar, porque eu fui aluna dela com 10, 11 anos de idade, ela não era mais vereadora, era minha professora particular de matemática, me dava aula particular pra eu poder entrar no Ginásio, era aquele livro grosso de admissão ao ginásio que a gente estudava na época e tinha que saber o livro todo. **E eu me lembro quando a minha mãe, que era prima-irmã dela, foi me levar na casa dela pra ela me pegar como aluna, parecia que a minha mãe tava me levando pruma casa mal falada**, como se dizia na época. Por ela ser assim, mais vanguardista, política, ela ficou meio de lado da família, não era frequentadora das casas da família. (Salles, 2022, informação verbal⁴², grifos nossos).

Perguntamos, por conseguinte, pelo fato de tal afastamento, se haviam fotografias de Lígia sob posse da família Almeida e ainda sobre o assunto, nos contou que Lígia Farinha Almeida foi casada por um curto período de tempo e havia se separado, o que culminou em certo julgamento, já que mulheres separadas não eram bem vistas na década de 50/60. Reitera, assim, como este fato repercutiu na época:

Ela não era bem aceita na família, pelo fato de ser desquitada e por viver muito livremente, sem se preocupar com o que os outros pensam. Aquilo na época não era comum. **E quando eu, com os meus 11 anos, ia pra casa dela estudar, parecia que a mãe tava me entregando num bordel [risos], num antro de coisa assim, não que a minha mãe falasse mas pela cara dela que a Lígia podia me converter.** Mas mesmo assim a Lígia era tida como uma cabeça cintilante e que era excelente professora. Não temos fotos dela justamente por conta disso, porque ela não convivia com a família. (Salles, informação verbal⁴³, grifos nossos).

⁴² *Ibidem*, 2022.

⁴³ *Ibidem*, 2022.

Uma das dificuldades desta pesquisa, foi perceber durante a garimpagem documental que não haviam mais de duas fotografias da vereadora que pudessem ilustrar imageticamente este trabalho. Fato este relatado as duas irmãs entrevistadas, por isto, Rosa Alice, nos descreveu como Lígia Farinha Almeida era:

A imagem que eu tenho dela é de uma figura incrível, **ela era uma mulher grande, ela pintava a boca com o batom bem vermelho e usava um sapato, dessa altura [gestos], bem fininho, uma saia preta bem justinha**, eu tinha uns 5 ou 6 anos e eu me lembro dela na rua 7 toda linda. **Andava sempre de salto alto, uma saia acima do joelho e também usava terno**, ela convivia com muitos homens, a roda dela era de homens e ela era vanguarda, ela agia nos termos pela independência da mulher. (Salles, 2022, informação verbal⁴⁴, grifos nossos).

Foi possível perceber que Lígia Farinha Almeida era vista com prestígio por suas primas, com muita admiração, sobretudo, compreensão da importância de tal figura para o município de Bagé, palavras como “incomum”, “independente”, “inteligente”, “brilhante” e “a frente de seu tempo” foram recorrentes durante a entrevista para descrever a educadora. Desta maneira, perguntamos se havia alguma lembrança da repercussão do período de vereança de Lígia Farinha Almeida ou de que maneira foi concebida a eleição e vitória de Lígia para o contexto de Bagé, Ana Christina, afirmou que:

Isso foi um *boom* na cidade porque ela, apesar da família olhar ela com os olhos não muito bons, ela se elegeu como vereadora, **quer dizer que na parte administrativa da cidade ela era bem quista porque ela batalhava pelo povo, pelas pessoas, pelas escolas e pela educação principalmente**. E ainda era professora e depois que fui aluna dela, ela teve um curso na casa dela, pré-vestibular, foi vanguarda nesse tipo de curso para ajudar as pessoas a entrarem no vestibular. (Salles, 2022, informação verbal⁴⁵, grifos nossos).

No findar da entrevista, mencionamos a morte de Lígia Farinha Almeida, relatando os poucos documentos encontrados para constatar a causa de sua morte, conferindo apenas notas jornalísticas da sessão de óbito em chamamento para o velório da educadora. Apesar de não termos tido condições materiais para confirmar tal dado que apresentaremos neste texto a seguir, consideramos válido transcrever o trecho elucidando que é uma informação apresentado por um familiar, com suas

⁴⁴ SALLES, Rosa Alice Almeida de. [2022]. Entrevistador: Taiza da Hora Fonseca. Bagé. 1 arquivo .mp3 (53 min.).

⁴⁵ SALLES, Christina de Almeida. [2022]. Entrevistador: Taiza da Hora Fonseca. Bagé. 1 arquivo .mp3 (53 min.).

impressões particulares do ocorrido, porém, especulativo, pois não dispusemos de documentos que comprovem tal fato. Perguntamos, portanto, se havia alguma informação por parte da família sobre o falecimento de Lúgia, já que ela era ainda jovem quando o fato ocorreu, com apenas 66 anos de idade.

Ela foi assassinada, apareceu morta dentro de casa e até hoje ninguém nada sabe, nada foi resolvido. Por isso não tem registro, foi assassinada dentro de casa, ninguém sabe o motivo, a causa e o assassino não apareceu. Ela já tava aposentada nessa época, foi um período que teve crimes parecidos, outras mulheres assassinadas. Eu já não morava aqui, fiquei sabendo da Lúgia pela minha mãe, **ninguém sabe se foi crime de roubo, crime passionai, que tipo de crime que foi.** (Salles, informação verbal⁴⁶, grifos nossos).

Como não dispomos de documentos que comprovem tal acontecimento ou que nos dê mais informações a respeito do ocorrido, não discorreremos a respeito do relato. Em 1988, nas páginas do jornal Correio do Sul, havia uma coluna específica para tratar das ocorrências policiais que aconteciam na cidade, furtos, abigeatos, autuações no trânsito, assassinatos, diversas naturezas de crimes, no entanto, o caso de Lúgia Farinha Almeida não esteve descrito nas páginas do jornal, que foram investigadas de julho de 1988 à 1989⁴⁷. Reservaram, apenas, notas de pesar e descrições da atuação da educadora em vida, como podemos observar na imagem a seguir:

⁴⁶ *Ibidem*, 2022.

⁴⁷ Saliemos que não tivemos acesso ao atestado de óbito.

FIGURA 43 - Faleceu Lúgia Almeida

Fonte: Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Para encerrar este capítulo, que se ocupou em trazer as homenagens póstumas feitas à Lúgia Farinha Almeida e as vozes que a rememoram, percebemos que as descrições feitas a ela nestes documentos fizeram jus à sua figura. A educadora e primeira vereadora de Bagé tem sua trajetória demarcada por grandes lutas, discursos firmes e é lembrada por todos que a conheceram enquanto uma pessoa distinta e corajosa, talhando um caminho tortuoso pelo qual as mulheres viriam a trilhar no futuro, agiu com o ímpeto de enfrentar o *status quo* para fazer a diferença e abrilhantou a política bageense apesar daqueles que consideravam que aquele lugar não a pertencia. Com as palavras de Rosa Alice Almeida de Salles, contemplados o exposto: "Até hoje é assim, a mulher que se destaca, é motivo de

inveja e isso tinha muito na época, mais acirrado do que agora. E ela é digna de admiração, ela foi, assim, pra uma cidade de interior, super conservadora como é Bagé, foi pioneira e destemida.” (Salles, 2022, informação verbal⁴⁸).

⁴⁸ SALLES, Rosa Alice Almeida de. [2022]. Entrevistador: Taiza da Hora Fonseca. Bagé. 1 arquivo .mp3 (53 min.).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que as pesquisas em História da Educação podem adotar diferentes metodologias, perspectivas teóricas e categorias de análise, podemos afirmar que esta pesquisa não se finda aqui, uma vez que as fontes estão disponíveis para investigação e diferentes olhares podem ser adotados para analisá-las, além disso, diversos documentos do recorte temporal escolhido (1947-1955) ainda estão em fase de catalogação no Arquivo Público Municipal da cidade de Bagé, possibilitando acesso aos pesquisadores a novos materiais que ainda não passaram por tratamento e que, por sua vez, podem revelar outras importantes histórias sobre Lígia Farinha Almeida. Desta maneira, nos reservamos neste momento a tecer reflexões proporcionadas a partir da análise documental sobre a trajetória de Lígia Farinha Almeida enquanto a primeira mulher eleita vereadora no município de Bagé.

É lícito afirmarmos que o ímpeto de uma mulher de 25 anos de idade em se candidatar a vereadora na primeira eleição após a conquista do direito ao voto feminino, na década de 40, foi pioneiro e dotado de potencialidades, principalmente por se tratar de uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul e que é culturalmente conservadora até os dias atuais, não obstante, Lígia Farinha Almeida não se colocava apenas enquanto uma peça do jogo político partidário do partido do qual fazia parte, sustentamos tal afirmativa após a análise documental. Percebemos através das análises que Lígia Farinha Almeida de fato agia enquanto uma agente de transformação e acreditava nas pautas que discutia e elencava, suas proposições não eram meramente discursivas alocadas no lugar da promessa, suas propostas se materializam em sua atuação diária na Câmara de Vereadores após eleita, nos discursos no pleito e, também, em seus Projetos de Lei.

Desta maneira, foi possível perceber a relevância histórica, política e educacional de Lígia Farinha Almeida, destacando-se enquanto uma figura política potente e transformadora de um contexto social que era dominado majoritariamente pelos homens. Através deste trabalho e da análise documental, constatamos os tensionamentos em relação ao gênero, como também, a compreensão de uma conjuntura política e educacional do município de Bagé/RS entre o período de 1947 a 1955. Neste sentido, foi de suma importância as concepções teóricas escolhidas para nosso delineamento metodológico concentrando-se na abordagem teórica da

Pedagogia Histórico-Crítica Social em uma perspectiva antipositivista (Saviani, 1986, 2004, 2011, 2013), caracterizando-se enquanto uma pesquisa de análise documental com abordagem qualitativa. Os estudos assentados na área da História da Educação foram essenciais para a possível compreensão dos documentos investigados, assim como os estudos em uma perspectiva de gênero, decoloniais e feministas.

Foram estes conceitos importantes que nos deram subsídios para compreender o nosso problema de pesquisa levantado inicialmente que seria a tese de que Lígia Farinha Almeida sofreu apagamento histórico, de fato, a primeira vereadora de Bagé não está presente nos livros de historiadores locais e até o momento não haviam pesquisas acadêmicas e análises de sua atuação publicadas. Durante a garimpagem documental encontramos apenas 2 fotografias de Lígia, assim como foram poucos os documentos preservados relacionados às diferentes trajetórias trilhadas por ela, no entanto, após a investigação e análise dos dados, nos firmamos em uma nomenclatura mais adequada para definir o incômodo da ausência de registros mais densos em relação a educadora.

Respondendo a nossa questão levantada, acreditamos que não ocorreu o apagamento, no entanto, tratamos como uma invisibilidade, Lígia Farinha Almeida não caiu no esquecimento, seu nome é rememorado todos os anos com a Comenda Lígia Farinha Almeida e seu nome estampa as paredes da Câmara Municipal de Vereadores, apesar disso, o véu da invisibilidade recaiu sobre ela, muitos conhecem o seu nome apesar de não conhecem sua história mas sua atuação não foi repercutida pois até o momento tal história não estava nas páginas dos livros com seus grandes feitos como os feitos de muitos homens. Esta invisibilidade não recaiu tão somente sobre Lígia mas também sobre outras mulheres, negros, LGBTQIA+ e em muitos casos ocorreram apagamentos ainda mais severos.

Ao encaminharmos-nos para a conclusão deste estudo, consideramos a sugestão de que os estudos sobre as mulheres eleitas vereadoras em Bagé seja ampliado, isto pois, apesar do número ínfimo de mulheres eleitas, sendo vinte mulheres das quais apenas duas são mulheres negras, a pesquisa sobre tais mulheres pode trazer potentes reflexões a respeito da importância de votar e eleger representantes femininas na política e enfrentar a problemática cultural do município em continuamente apenas considerar homens majoritariamente brancos para o

cargo. Tais pesquisas podem trazer novos nuances da história da cidade e contribuir para a escrita da História e da História da Educação.

Ademais, ao findarmos este percurso, esperamos ter contribuído para a rememoração de tão importante figura para o município de Bagé, assim como para o debate acerca da História da Educação. Para além disso, almejamos que este estudo possa ter ajudado na percepção da importância da participação feminina na política, da importância de se eleger mulheres, e principalmente, a importância de rememorar a história de pessoas que estão à margem social, histórias que não foram revisitadas por serem de corpos dissidentes e por não serem parte de uma elite cultural. As suas histórias, as suas lutas, os seus embates diante das injustiças sociais importam.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, C. DIAS, E. Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. Tunja, 2009. v. 13. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86912384002>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível** / Jane Soares de Almeida. São Paulo: Editora UNESP, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000028.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

ALMEIDA, Lígia Farinha. **Projeto de lei Nº 16/49-2**. 24 de novembro de 1949. Estabelece normas para contratação de professores. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

ALMEIDA, Lígia Farinha. **Projeto de lei Nº 17/49-2**. 24 de novembro de 1949. Institui a obrigatoriedade da sopa escolar em todas as aulas municipais. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

ALMEIDA, Lígia Farinha. **Projeto de lei Nº 81/49**. 24 de novembro de 1949. Regula a concessão de matrículas gratuitas nas escolas municipais. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. **Mulher indígena**. In: BERND, Zilá (Org.). Dicionário de figuras e mitos literários nas américas. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais. Uso e mal-uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

BENCOSTTA, Marcus Levy; VIDA, Diana Gonçalves. A historiografia da educação paranaense no cenário da história da educação brasileira: 10 anos de pesquisa na Universidade Federal do Paraná (1999-2008). **Educar em Revista**, n. 38, 2010.

BICA, Alessandro Carvalho. **A organização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

BICA, Alessandro Carvalho. **Uma miragem sobre o processo de formação do município de Bagé no contexto Rio Grandense e Fronteiriço**. Estudos Históricos, Año IX - Julio - Diciembre 2017, Nº 18 - ISSN: 1688, Uruguay.

BICA, Alessandro Carvalho. Os primeiros olhares sobre as instituições escolares de Bagé. **Cadernos de História da Educação** - v. 8, n.2 - jul./dez. 2009.

BAGÉ. **Projeto de Resolução Nº 005/2017**. Dá nova redação à ementa e ao art. 1º da Resolução nº 007/2001. Disponível em:

http://www.camvbage.rs.gov.br/painel/portal_transparencia_projetos/portal_transparencia_projetosbc651fee-2749-484b-ab11-8ad5dbae16b4.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2022.

BAGÉ. **Projeto de lei Nº 089/2019**. Fica criada a Comenda de Mérito Vereadora Lígia Farinha Almeida. Bagé, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em:

http://www.camvbage.rs.gov.br/painel/portal_transparencia_projetos/portal_transparencia_projetos7dba3b27-4333-40aa-ba96-b42fbd998517.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2022.

BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria gênero**. Una introducción teóricometodológica. In: Azeredo, Sandra e Stolcke, Verena (org.). Direito Reprodutivos. S .Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência da vida**. Tradução de Sérgio Milliet. 2 ed. Paris, Gallimard, 1967.

BOGDAN, Robert C, e BIKLEN, SariKnopp. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução á teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Lei de 1º de outubro de 1828. Dispõe sobre a instituição de Câmaras nos municípios. Rio de Janeiro, Casa Civil, 20 de Outubro de 1828. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.s%20e%20de%20um%20Secretario. Acesso em: 27 de dezembro de 2022.

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas: Aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. Porto Alegre: ESTEF, 2012.

CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX**.

História (São Paulo) v.30, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/rxXDkxX8hshjGT9vsDwbndx/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 22 de julho de 2022.

CAVAZZANI, André Luiz; CUNHA, Rogério Pereira da. **Ensino de história: itinerário histórico e orientações práticas**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CORREIO DO SUL. **Jornal Correio do Sul**. Edições 1947-1951.

COSTA, Claudia de Lima. **O tráfico do gênero**. Cadernos. Pagu, Campinas: Ed. Unicamp, v.11, 1998.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2004.

DUARTE, Constância Lima. Pioneira do Feminismo Brasileiro – Séc. XIX. **Revista Mulheres**. Ano 1, vol. 1, 1997.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Da Colônia à Reforma Francisco Campos (1931): análise histórica do ensino secundário no Brasil. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 7 edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo da Epistemologia. In: **Ditos e Escritos**. Vol. II. 2a. ed., RJ: Forense Universitária, 2005.

FREIRE, Paulo. **Vigiar e Punir**. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. – 8ª Ed. - São Paulo: Ática, 2008.

GARRIDO, Joan Del Alcàzar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13,1993.

GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 2002.

GAUTHIER, C. et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Unijuí, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória-História. In **Enciclopédia Einaudi**. V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 6a. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Bagé: relatos de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Governos e governantes de Bagé**. 1ª ed. Bagé, 2003.

LIMA JR., Olavo Brasil de (1993b). **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80**. Rio de Janeiro, Edições Loyola.

LIMONGI, F.; OLIVEIRA, J.; SCHMITT, T. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. São Paulo, v. 27, n. 70, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/FYkrhym6TpRzRf78q7F7Mmq/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 22 de julho de 2022.

LIRA NETO. Getúlio Vargas e Eurico Dutra: Estado Novo, eleição e suicídio. Coleção Folha A República Brasileira -130 Anos, vol. 12. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 2019.

LOPES, Mário Nogueira. Bagé: fatos e personalidades / Mário Nogueira Lopes - Porto Alegre: Evagraf, 2007.

- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2022.
- LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.11, n.2, jul./dez. 1986.
- LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da História da Educação na perspectiva do gênero**. Teoria e Educação. N. 6, 1992.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (2001). **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A.
- LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, mai./ago. 2014.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.
- MATOS, J. S; SENNA, A. K. **História oral como fonte: problemas e métodos**. Historiae, Rio Grande, v. 2. n.1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395/1286>. Acesso em: 28 de julho de 2022.
- MORAES, Ana Cristina de; PAIVA, Darlan Lima. **Cartas Pedagógicas: reflexões de docentes da educação básica e superior**. Fortaleza: EdUECE, 2018.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As Pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n.2, 2005.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

PONTES, Fábio Souza. **A revolução de 1930 e a industrialização na Era Vargas (1930-1939)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2015.

REIS, Jorge. **Apontamentos históricos e estatísticas de Bagé** / Jorge Reis. – 2. – Bagé, RS: Praça da Matriz Editora, 2021.

REICHEL, Heloísa Jochims. **Fronteiras do Espaço Platino**. In: História Geral do Rio Grande do Sul. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2006.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. A mulher no Parlamento brasileiro. In. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 2004. Link:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=265565>. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

RODRÍGUES, Margarita Victoria. **Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais**. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO; Luiz Hermenegildo. (org.). Fontes e métodos em História da Educação. Dourados: Ed. UFGD, 2010.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. O estatuto teórico da violência de gênero. In: **Violência em tempo de globalização**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Org.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção memória da educação).

- SAVIANI, Dermeval. **Breves considerações sobre fontes para a História da Educação.** In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica.** 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação.** v. 14 n. 40, jan./abr. 2009.
- SAKATA, K. L. S.; VIANA, C. C. **Nísia Floresta: Uma história de educação e feminismo.** cadernos da Fucamp, v.20, n.47, 2021.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, jul./dez. 1995.
- SILVA, Roberto Bitencourt da. **Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista.** 2012. xi, 290f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2012.
- SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil (1913-1980).** 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História.** vol. 27, núm. 54, Associação Nacional de História São Paulo, Brasil. 2007.
- SOUZA, José Edimar de; GIACOMONI, Cristian. Análise documental como ferramenta. In **Cadernos CERU**, Série 2, Vol. 32, n. 1, jun. 2021.
- SOUZA, Susana Blein de Identidade e nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguaia no final do século XIX. In: **Humanas. Globalização, Nacionalismo e Regionalização.** Porto Alegre, IFCH/UFRGS, v. 18, n.12, jan.-dez. 1995.

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. **Esboço de história política municipal**. Tarcísio Antônio Costa Taborda. Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, Oficinas gráficas ISPEA, 1966.

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. **Câmara Municipal de Bagé, 1847-1987**. Bagé, Câmara Municipal, 1987.

TÂNIA, Dias Queiroz. **Dicionário Prático de Pedagogia**. 3ª ed. São Paulo: Rideel, 2011.

Vidal, D. G., & Faria Filho, L. M.. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, 23 (45), 2003.

WAYNE, Pedro. **Xarqueada**. 2. ed. Porto Alegre: IEL/Movimento, 1982.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA



Universidade Federal do Pampa
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Ensino



Orientanda: Taiza da Hora Fonseca

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

Pesquisa para a dissertação de Mestrado “Lígia Farinha Almeida - Feminismo, Educação e Resistência na Rainha da Fronteira (1947-1955)”

Nome:

Idade:

Área de atuação:

Pseudônimo que deseja utilizar nesta pesquisa:

Questionário

- 1) Qual é o seu grau de parentesco/relação e/ou proximidade com Lígia Farinha Almeida?
- 2) Como você descreveria quem foi Lígia Farinha Almeida?
- 3) Em suas palavras, como você definiria a candidatura e eleição de uma mulher na década de 40 e 50 na cidade de Bagé/RS?
- 4) Na questão social, seria possível para você lembrar como foi a repercussão da atuação de Lígia Farinha Almeida durante seu mandato enquanto vereadora no município?
- 5) Além de vereadora, Lígia Farinha Almeida atuou enquanto professora em algumas escolas do município. Pensando no processo de escolarização desse período histórico, era comum a atuação de mulheres dentro do contexto escolar?
- 6) Tendo em vista o que respondeu na pergunta anterior, é de seu conhecimento como se deu a atuação e práticas de Lígia Farinha Almeida enquanto professora?

7) Como você definiria o sentimento deixado por Lúcia Farinha Almeida em sua composição familiar? Como pensamentos e memórias deixados por ela.

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE VOZ

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação na dissertação do Mestrado Acadêmico em Ensino de curso a seguir determinado:

Título da Pesquisa: Lígia Farinha Almeida - Feminismo, Educação e Resistência na Rainha da Fronteira (1947-1955)

Orientanda: Taiza da Hora Fonseca

Orientador: Professor Doutor Alessandro Carvalho Bica

As imagens e a voz poderão ser exibidas: em relatórios parciais e final do referido projeto, em apresentações áudio-visuais do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas em banco de imagens resultantes da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. O aluno fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados. Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

_____, ____ de _____ de ____.

_____ (assinatura do participante)

Nome: _____

CPF: _____

Telefone: () _____

Endereço: _____

ANEXOS

ANEXO A - Projeto de lei nº 089/2019

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé.

O Vereador que este subscreve apresenta à consideração de Vossa Excelência e do Colendo Plenário o seguinte,

PROJETO DE LEI Nº 089/2019.

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º, 3º E 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.624, DE 18 DE JULHO DE 2016, PARA ACRESCENTAR O NOME “FARINHA” NA DENOMINAÇÃO DA COMENDA

Art. 1º Fica alterada a redação dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei 5.624, de 18 de julho de 2016, que passa a ser a seguinte:

“Art. 1º Fica criada a Comenda de Mérito Vereadora Lígia Farinha Almeida, que será concedida a Mulheres que se destacam em atividades voltadas para o Município de Bagé.

Art. 2º A Cerimônia de entrega da Comenda Vereadora Lígia Farinha Almeida será realizada anualmente, durante o mês de março, em dia escolhido pela Mesa Diretora, como parte das comemorações alusivas ao dia internacional da mulher.

Art. 3º A indicação das candidatas laureadas com a Comenda Vereadora Lígia Farinha Almeida dar-se-ão de acordo com critérios definidos pelos gabinetes dos vereadores.

Art. 4º Fica a Mesa Diretora autorizada a confeccionar o Diploma, Medalha ou Troféu, e a realizar a Sessão para outorga da Comenda Lígia Farinha Almeida, bem como definir dia e horário desta solenidade no mês de março.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de julho de 2019.

OMAR GHAN

Vereador do PL

JUSTIFICATIVA

O Presente Projeto de Lei tem por escopo corrigir um equívoco existente na Lei nº 5.624, de 18 de julho de 2016, o qual visa contemplar o sobrenome da família pelo lado materno da Vereadora Lígia, ficando desta forma reconhecida também a família “Farinha”, tradicional em nossa cidade.

Sendo estas as razões para apresentação da presente proposição, espera e aguarda a pronta aprovação da mesma;

Sala das Sessões, 02 de julho de 2019.

OMAR GHANI

Vereador do PL

ANEXO B - Carta em anexo ao projeto de lei nº 17/49-2


Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cópia

CARACTERES COM POUCO
CONTRASTE

Nº.....

1º Congresso Regional das Câmaras Municipais
da 2ª. zona.

TESE: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR MUNICIPAL E UM POUCO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA QUE SE EDUCA.

AUTOR: Vereadora Lígia de Almeida de Bagé.

PREÂMBULO: UM PENSAMENTO E UM IDEAL

Embora não nos situemos entre aqueles que consideram que "a vida deve estar a serviço da cultura", sentimos o quanto existe de verdadeiro na opinião de Max Scheler, quando se refere à cultura, como sendo um processo de "humanização". O homem - pessoa e indivíduo - formando na personalidade a síntese de sua atividade psíquica - deve ser educado de modo "integral", para que se humanize, isto é, que se verifique a afirmação de seu valor, superior à sociedade em que vive. O grupo social, num momento, poderia pedir-lhe o sacrifício da vida "individual", sem que tivesse o direito de atentar contra a destruição de sua "pessoa".

Afirmou Maritain: "Dizer que o homem é uma pessoa, é dizer que ele é mais um todo que uma parte. Mais independente do que servil.

É a este mistério de nossa natureza que o pensamento religioso se refere, quando diz que a pessoa humana é a imagem de Deus."

Temos como pensamento e como ideal realizar a cultura na escola, afirmando a personalidade do educando. Educar é construir uma vida melhor para si e para os outros, dedicando uma parte, ou uma integral do tempo à ação benéfica de transmitir conhecimentos.

Educar é cultivar na criança seu amor inato pelas coisas belas do mundo. O ensinamento constrói porque liberta o espírito e disciplina o corpo, descobrindo tendências, orientando inclinações.

Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CARACTERES COM POUCO
FACILIDADE

-2-

Nº.....

O LIVRO, a VIDA, o TRABALHO, são os novos rumos da escola, liberta hoje da preocupação absoluta de fazer leitura, ensinar cálculos e escrita. Sem abandonar a imprescindível colaboração do livro, procura-se, hoje, iniciar a criança para a vida, pelo trabalho, afim de que ela possa ajustar-se às difíceis contingências de nosso mundo cheio de problemas para os jovens e para os velhos.

A MESTRA DA ESCOLA PRIMÁRIA

Somos dos que acreditam que se nasce Mestre, como se nasce artista. Assim como a êste é necessário o conhecimento das leis que regem a arte, àquele é imprescindível a noção dos conhecimentos que presidem à escola. A criança, que se educa, existe, nessa época de formação, uma passagem da vida "egocêntrica" para a vida "exocêntrica" e isto é, do seu próprio mundo para o mundo real da vida em sociedade.

Quando não há equilíbrio nessa passagem, quando não correspondem a vida exterior e a personalidade que se forma, surgem, de imediato, conflitos que a Mestra terá de resolver. São problemas oriundos do meio e das diferenciações, às vezes, da fortuna... Há ambições, que se formam, há inquietudes, haverá um dia recalques.

A Mestra do curso primário é artífice de tais caracteres, atentando, ainda, que as crianças entregues aos seus cuidados, vindas, na sua maioria, de lares humildes, outras de lares desfeitos, outras abandonadas em sua formação familiar, deverão, como as suas iguais, porém melhor dotadas quanto ao ambiente da vida de família, ler os mesmos livros, saber a mesma rudimentar ciência, enfrentar os mesmos problemas, - quiçá mais árduos, nascidos da necessidade de sentir-se grande mesmo sabendo que se é pequeno pelos bens materiais que a vida, a sorte, a herança, colocaram nas mãos de uns e não nas mãos de todos.

É certo que em nossas escolas encontram-se os mais variados am-

Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

-3-

Nº.....
bientes. Podemos afirmar que elas são precárias, quanto à higiene e bem estar que oferecem. Nesses lugares, entretanto, é que se evidencia a necessidade do material humano suprir o material didático e, se fosse possível, num milagre de boa vontade, tornar mais saudável uma aula sem luz, de teto esburacado, onde o vento e a chuva entram livremente. Vive a Mestre primária um verdadeiro drama: ensinar regras de higiene, de bem-estar, de conforto, a crianças desnutridas, fracas, com fome, doentias, atestando nosso mal, nosso grande mal de falta de alimentação suficiente. E esse drama persistirá até que - o que já se evidencia - as más escolas sejam substituídas pelas boas, nos planos governamentais, da União, do Estado ou do Município, de prever a instrução nacional.

A Mestre da escola primária deve ter a indispensável cultura pedagógica, considerando ser a criança um mundo, uma vida, um futuro.

Com mais facilidade se perdoaria o artista que falhasse na consecução de seus ideais de arte, do que se perdoaria à Mestre que falhasse em sua missão de formar uma personalidade, um caráter e um cérebro infantil.

Dai a necessidade de praticar-se a aristocracia democrática.

Pela seleção dos melhores, dos mais aptos, daqueles que não se caracterizam pelo "estilo" do profissionalismo de fim de mês, responsáveis diretos pela decadência intelectual ou pela falha dos que foram confiados à sua guarda.

Nada pode realizar o Mestre sem o concurso do lar. Mas quando este é deficiente, deve realizar a educação "integral" a Mestre, como alma da escola, como guia do aluno.

Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

-4-

N.º O ENSINO PRIMÁRIO MUNICIPAL

Diz Miranda Santos: "A simples alfabetização de modo nenhum prepara o indivíduo para a moderna vida social. Aprendendo apenas a ler e a escrever, ele não se torna um elemento ativo e consciente do progresso social, nem adquire a noção precisa de sua função política no seio da nacionalidade."

Sabemos que a simples alfabetização sujeita, ainda, a criança a no futuro ser presa fácil de todas as idéias e doutrinas deletérias, "porque apenas saber ler é estar vivendo dentro da rotina e da ignorância.", sem aperfeiçoamento espiritual, nem capacidade mental de adaptar-se ao meio coletivo. A vida moderna traz ao homem, para vencer, a necessidade de estar possuído de um "equipamento de idéias que vão muito além da simples alfabetização." Afirma um sociólogo brasileiro que o nosso problema educacional "não pode ser resolvido com a simples criação de escolas, porque de nada vale criar escolas que não estejam em condições de realizar sua finalidade educativa."

Diz a Constituição Federal pelo seu art. 174: "O amparo à cultura é dever do Estado." Na conceituação da moderna democracia, o Estado ativo substitue o indivíduo em suas limitações, fortalece-o, ampara-o, dá-lhe direitos e lhe impõe deveres. Cumpre, portanto, que seja mantida a verdadeira hierarquia das Leis. O Estado eo Município deverão amparar a cultura, tornando o ensino uma harmonia, um conjunto em que não haja sons falsos, ou ideais irrealizados.

Por sua vez, o art. 72 da Lei Orgânica do Município, que é a transcrição do § 1º do art. 19º da Const. Estadual, diz que "o ensino municipal é complementar do estadual." A clareza do texto confirma a necessidade de seguir-se no Município, o que foi estabelecido para o Estado. Os professores de ambos deverão ter ou apresentar condições idênticas, porque idênticas deverão ser as exigências de ambos -

Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

-5-

N.º.....

Estado e Município.

O PROFESSOR SUBVENCIONADO MUNICIPAL

Considera, entretanto, o Município uma categoria de professores, para os quais não estabelece exigências de ordem cultural, ou seja, a presença de um título. São os professores subvencionados, que auxiliam a tarefa da educação municipal. Entretanto, ao realizar tarefas educativas, tais professores deverão estar preparados para tal. Seguindo a regra estabelecida para o pedagogismo "instintivo", aquele que dispensaria a cultura, poderíamos estender de tal modo essa regra que médicos e advogados, como engenheiros, estariam livres da necessidade de estudar e formar-se. Seguiriam, apenas, a inclinação. Porque, necessariamente, não poderá julgar o Município que a tarefa de ensinar, preparar crianças para a escola secundária, para a escola profissional, ou para a própria vida, em todas as suas fases, seja menos importante do que aquela de curar o corpo doente, de estabelecer a defesa de princípios de Direito, ou de reconstruir casas ou de erguer pontes e monumentos.

Da escola parte um ser em que deverá estar impresso "um valor para a vida",

Nunca se poderá atentar na justificativa de que a subvenção é um mero auxílio. É uma afirmação perversa. Nenhum Governo do Estado ou do Município "auxiliaria", para "auxiliar" apenas, alguém que, sem ser formado, quisesse exercer a medicina para "ajudar" o próximo, ou para "exercer uma obra de benemerência social."

Nossa Lei Orgânica criou, para o Município, uma obrigação em relação aos professores subvencionados, quando estabelece que lhes deverão ser concedidas vantagens equivalentes às dos professores públicos municipais. É o que reza o art. 6º do Ato das Disposições

Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

-6-

N.º _____

Transitórias da Lei Orgânica do Município.

Se o professor público municipal deve ser formado, o professor que usufrue de subvenção também deve ser, porque ambos exercem atividades educativas.

Naturalmente, o bom senso indica que não se prejudiquem criaturas que já exercem atividades educacionais, há longo tempo, sem possuírem um título. Guidará o Município de não conceder novas subvenções fora do critério exigido para o preenchimento dos cargos de professores públicos municipais.

Para a realização da escola primária e de seus objetivos, tal deve ser cumprido, porque "sob o ponto de vista do bem coletivo e do interesse nacional, é muito mais útil o indivíduo que não sabe ler do que aquele que não sabe o que deve ler."

A CRIANÇA

"A sociedade reclama para as gerações vindouras maior soma de felicidade do que aquela que desfruta no presente. Entretanto, através de uma organização escolar deficiente, deprime a criança, matando iniciativas, animando a revolta e o ódio."

Nossa criança é um mundo em perspectiva. É mister prepará-la bem, agora, que se compreende, dentro dos princípios da pedagogia moderna, que a escola orienta para o futuro, para um trabalho, que poderá ser manual ou intelectual.

A educação integral visa, entretanto, o aperfeiçoamento do corpo e do espírito. As crianças de nossas escolas ressentem-se, em geral, da falta de alimentação sadia e suficiente. As horas largas de aula, mesmo dadas com arte e perfeita distribuição, requerem o cuidado do corpo do educando, alimentando-o em determinados intervalos. É absolutamente impossível educar crianças que sintam fome, em estado de

Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

-7-

N.º _____
subnutrição, atestando as classes pobres donde provieram, onde os ordenados exigios sustentam proles numerosas, vestindo-as e alimentando-as. Toda a Escola primária oficial, do Município, do Estado e da União, tem de considerar tal problema, procurando solucionar-lo em parte, proporcionando meios de defeza à criança, afim de que se possa executar o ideal de "educação integral."

Já dizia a genialidade modesta de Pestalozzi: "Tudo quanto estudamos não vale cinco cêntimos se nos faz perder o valor e a alegria." Com o intelecto rico de um início de sabedoria e com o corpo enfraquecido de fome e de fadiga, produzida pelo enfraquecimento, estará educada a criança? Terá a escola cumprido a sua finalidade?

Na Lei Orgânica do Município de Bagé, o art. 83, § 2º, quando se refere à formação dos "fundos de educação", diz: "parte dos mesmos fundos deverá ser aplicada em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, médica e dentária, e para vilegiaturas. Baseia-se êste artigo no 190 da Constituição Estadual. Daí considerarmos que todos os Municípios deverão tê-lo inscrito em sua Lei Orgânica.

CONCLUINDO:

a) - Considerando o ensino Municipal "Formador de Cultura" e Complementar do Estadual" que, a partir de 1º de janeiro de 1950, não sejam admitidos professores subvencionados sem concurso de títulos ou de provas, assegurando-se, entretanto, os direitos que, por ventura, tenham aqueles que foram admitidos anteriormente àquela data;

b) - que seja consignada uma verba em orçamento, ou como parte



Município de Bagé
Câmara Municipal de Vereadores
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Garacteres com POUCO
CONTRASTE

-86

Nº.....

da formação dos "fundos de educação", anualmente, com o fim preciso da obrigatoriedade de manter, na época de inverno e verão, durante todo o ano escolar, a denominada "sopa de escola" que, em época de calor, pela aproximação do estio, poderá ser substituída por uma merenda constituída de leite e frutas.

Bagé, 28 de outubro de 1949

ass. Lígia de Almeida

ADENDO

O Congresso Municipal aprovou o adendo apresentado pelo Relator da Comissão de "Estudo de Assistência e Previdência Sociais, Ensino e Problemas Rurais" à presente tese que, em vista de constituir matéria que não faz parte integrante do "problema do ensino" abordada pela autora, fica constituindo uma emenda, com a seguinte redação:

"Toda a Professora que exercer suas funções na zona rural do Município perceberá, durante o período efetivo do ano escolar, uma ajuda de custo, mensal de CR\$ 300,00, desde que não tenha, diariamente, transporte coletivo para a cidade."

Sala das Sessões das Comissões, em Bagé, 29 de outubro de 1949

ass. Miguel Alves Mendina Relator da Comissão
de Estudo e Previdência
Sociais, ensino e Pro-
blemas rurais.

ANEXO C - Carta em anexo ao projeto de lei nº 1/50/1

PROJETO DE LEI Nº 1/50/1

AUTOR : VEREADOR PROTASIO DA ROSA FAGUNDES

ASSUNTO: REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 80

Devo, inicialmente, declarar quaes as razões que me obrigam a esclarecer o meu voto, embora ^{devido} neste projeto de lei. Considerando as finalidades da lei, que ora se pretende revogar, deve-se atentar que tal ação não imprime ou, melhor, não pretende retirar, de nossos escolares, uma medida humana e de proteção individual, e, para isso, basta que se verifiquem certos e determinados principios de higiene escolar, hoje, tão apregoados pelos mestres, na matéria de Assistencia a infancia escolar. OS principios que regem uma melhor assimilação, tanto ~~na~~ intelectual, como alimentar, estão hoje de acordo que não se deve, nestas ocasiões, obrigar quer a infancia, como o adulto, a um trabalho digestivo maior, pois que, este reduz, em produção, tanto uma como outra daquelas assimilações. Ora, a nossa infancia vem tendo uma orientação que não se coordena com estes pontos basicos, quer na sua proteção material, como, tambem, na intelectual; dahi, o desnivelamento intelectual observado em nossos escolares.

A nossa infancia e, nisto temos muitas vezes chamado a atenção desta colenda Camara, usa e abusa de alimentos toxicos e de difficil digestão, não tendo quem, com a responsabilidade de orientá-la, lhe ministre os ensinamentos necesarios, salvaguardando-a de ~~maes~~ e de imprecisos recursos intellectuaes futuros. Assim, já- temos feito sentir, os maleficios trazidos pela ingestão de sanduiches, doces, sopas etc., nas horas de aprendizagem que, exercendo um trabalho digestivo maior, reduz consequentemente, o poder assimilativo dos jovens escolares, isto tudo decorrente da depressão mental originada pela função digestiva. Isto é fato provado e com grandes fundamentos na ciencia, razão pela qual a Higiene moderna dos escolares aconselha quer para a facilidade do trabalho digestivo, como para a maior facilidade de assimilação intelectual: merendas de frutas ou leite. O rendimento, quer material como intelectual, conforme tem-se verificado, torna-se muito superior e, mesmo dando caso as estatisticas, verificam-se casos de verdadeiras transformações, fructos deste doutrina " AO ESTOMAGO FARTO DEVE-SE SOBREPÔR O ESTOMAGO UTIL".

Deve o Estado (Governo) suprir, no meio, as deficiências individuais. Certo de que, mais fácil se torna adquirir uma sopa do que um pouco de leite, cabe ao Estado a suprencia d este aos elementos que, dadas as suas condições economicas, não podem usa-lo de acordo com as necessidades alimentares. Embora, parecendo, até certo ponto, mais caro o leite, deve-se compreender que o Poder publico tem em mão meios de fazer com que os necessitados possam usa-lo e, mesmo, sem prejuizo da coletividade. Haga vista o que se passa na Inglaterra, onde o Governo, monopolizando, até certo ponto o leite, só o permite que seja fornecido aos doentes, velhos e crianças, ~~xxxx~~ nado-se minima de 300 gramas diarias, tornando a infancia daquele paiz uma das mais fortes de quantas já tenham vivido sobre os ceus daquela grande nação.

Poderia estender-me em muitas considerações, entretanto, como acha-se em discussão a revogação de uma lei aprovada e sancionada, devo esclarecer que vejo na mesma, não uma maneira de se fornecer, somente um alimento, mas fazer com que a infância, além de bem alimentada, esteja em condições de uma maior recepção mental. Por isso, não entro em considerações sobre a situação financeira do município, dado que a primordial função do Poder Público é defender e estabelecer condições de proteção ao elemento essencial: o homem. Nada poderá-se-a conseguir, desde que não tenhamos um maior cuidado e carinho para o fundamental e único nos destinos da pátria, esse elemento que trabalhando e satisfazendo as suas obrigações com o Estado também, exige do mesmo a sua conservação e perpetuidade. É a vida que obriga procurarmos a conservação da espécie, já que, como seres, ^{somos} dela, apenas depositários efêmeros.

Aceitando a revogação desta lei, o faço com a consciência tranquila de poder exigir em seu lugar aquilo que, bem quiz esplanar, neste voto, o fornecimento aos nossos escolares de uma merenda que esteja de acordo com os princípios fundamentais de Higiene escolar.

D^e João Fico

João Fico
 A Comissão de Alimentação e Saúde
 Pública

19. V. 50

João Fico

ANEXO D - Curriculum Vitae em anexo ao decreto nº 16/88

CURRICULUM VITAE

Protocolo	1425/88
fl.	07
rub. c.	111

1. DADOS PESSOAIS -

- 1.1 - Nome: LYGIA FARINHA DE ALMEIDA
- 1.2 - Filiação: Pai - MÁRIO BRASIL DE ALMEIDA
Mãe - MARIA FARINHA DE ALMEIDA
Avós paternos - PEDRO FONTOURA DE ALMEIDA
E MARIA GERTRUDES BRASIL DE ALMEIDA
Avós maternos - ANÍBAL FARINHA E CORINA DA SILVA FARINHA
Irmãs - TERESINHA DE JESUS DE ALMEIDA SEVERO E YEDA MARIA FARINHA DE ALMEIDA
- 1.3 - Naturalidade: BAGÉ/RS.
- 1.4 - Data de nascimento: 1º de maio de 1922
- 1.5 - Profissão: PROFESSORA

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL -

- 2.1 - Curso de 1º e 2º graus: NO COLÉGIO ESPÍRITO SANTO - Bagé
- 2.2 - Curso superior: NA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA-PALEGRE
- 2.3 - Graduação: LICENCIADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Disciplina de SOCIOLOGIA

3. ESCOLAS QUE LECIONOU

- 3.1 - COLEGIO ESPIRITO SANTO
- 3.2 - ESCOLA CENTENÁRIO (onde foi Diretora)
- 3.3 - LECIONOU NO MUNICIPIO DE OSÓRIO/RS.

4. VEREADORA ELEITA PELO PTB 1947-1954

5. DIRETORA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL - 1986-1988 (Quando faleceu)

6. DATA DE FALECIMENTO: 26 de julho de 1988

7. OUTRAS OBSERVAÇÕES: Lygia Farinha de Almeida, nasceu nas dependências do Hotel Paris em Bagé, seus pais eram brasileiros, residentes no 3º Distrito de D. Pedrito, proprietários da Fazenda São Pedro, onde Lygia passou sua infância. Ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Getúlio Vargas, sendo a primeira mulher, a eleger-se vereadora, nesta cidade, e das primeiras no Brasil. Lygia Almeida ingressou no PTB a convite do Dr. Waldomiro Domingues. Eleita Vereadora desenvolveu seu trabalho em defesa dos interesses populares, principalmente em defesa dos humildes, contra as oligarquias sociais, no combate à fome, à miséria e nas lutas dos trabalhadores.

Bagé, 15 de fevereiro de 1990
Teresinha de Almeida Severo
 Profª Teresinha de Almeida Severo

